

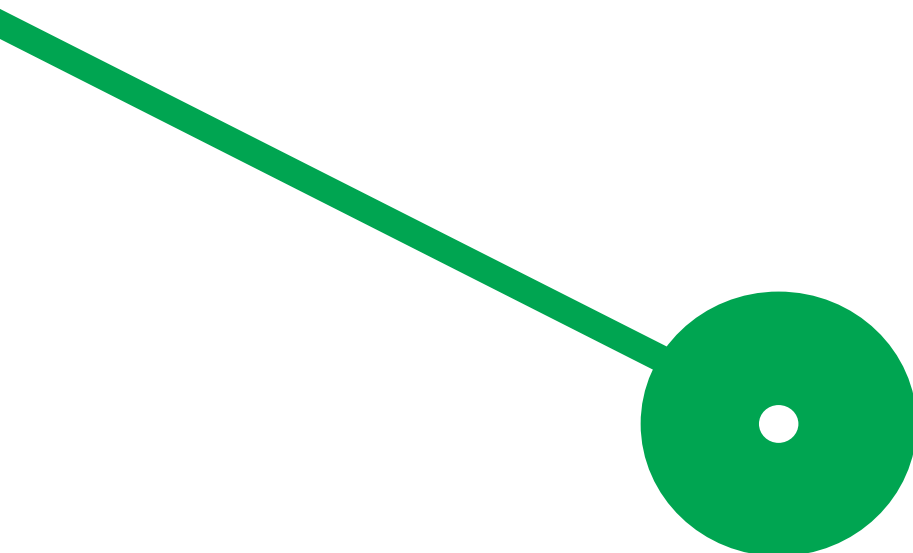
M

—
Mestrado em Gestão do Turismo

Herança Salgada: Roteiro Interpretativo sobre a Tradição da Pesca Artesanal nas Caxinas e Poça da Barca em Vila do Conde

Arnaldo Dinis Franco

07/2026



Politécnico do Porto
Escola Superior de Hotelaria e Turismo

Arnaldo Dinis Franco

**Herança Salgada: Roteiro Interpretativo sobre a Tradição da Pesca Artesanal nas Caxinas e Poça da Barca
em Vila do Conde**

Trabalho de Projeto

Mestrado em Gestão do Turismo

Orientação: Prof.^a Doutora Dália Filipa Veloso de Azevedo Liberato

Prof. Doutor Pedro Manuel da Costa Liberato

Vila do Conde, julho de 2026

Arnaldo Dinis Franco

**Herança Salgada: Roteiro Interpretativo sobre a Tradição da Pesca Artesanal nas
Caxinas e Poça da Barca em Vila do Conde**

Trabalho de Projeto
Mestrado em Gestão do Turismo

Membros do Júri

Presidente

Dra. Teresa Alexandra Azevedo Pataco
Escola Superior de Hotelaria e Turismo – Instituto Politécnico do Porto

Vogal - Orientador

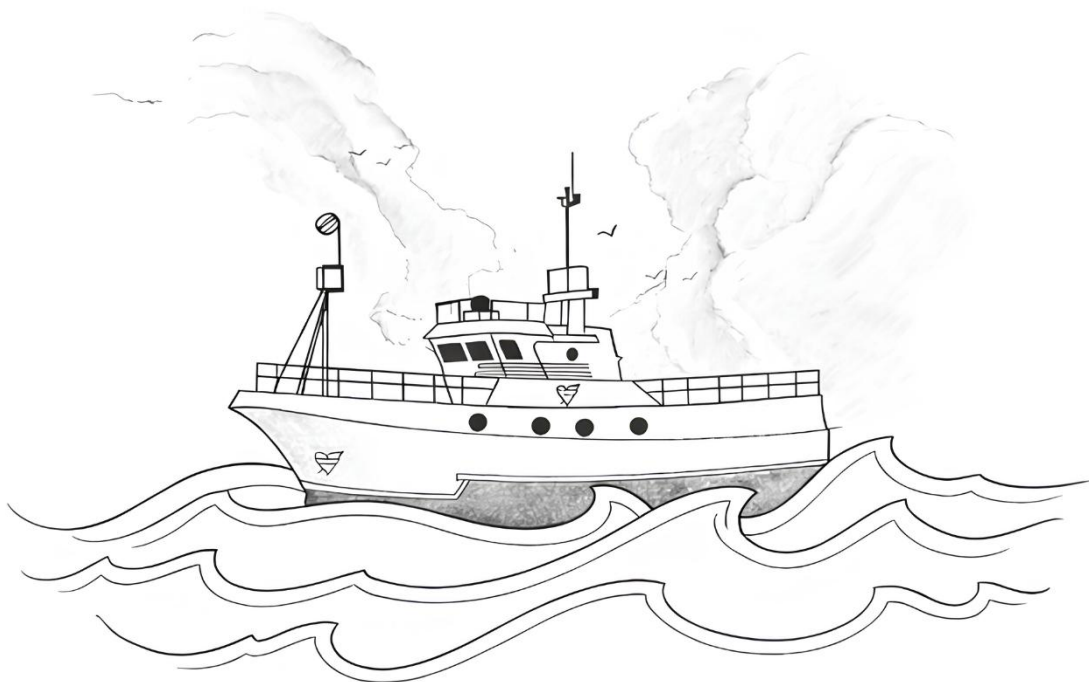
Prof.^a Doutora Dália Filipa Veloso De Azevedo Liberato
Escola Superior de Hotelaria e Turismo – Instituto Politécnico do Porto

Vogal - Arguente

Prof.^a Doutora Ana Filipa Fernandes Aguiar Brandão
Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo
Universidade de Aveiro

Vila do Conde, julho de 2026

DEDICATÓRIA



Ao barco que nos fez.

Carregava em si tudo aquilo que somos.

Não se perdeu,
ficou onde sempre pertenceu.

41°23'20"N

8°59'20"W

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de deixar agradecimento muito especial dirigido aos meus orientadores, Dália Liberato e Pedro Liberato, pelo acompanhamento rigoroso, pela orientação científica e pelo apoio constante ao longo de todo o percurso de investigação. Agradeço, igualmente, a confiança depositada, os valiosos contributos e a exigência construtiva que contribuíram significativamente para o meu crescimento académico e pessoal.

Este trabalho não começa em mim. Começa muito antes.

Começa no mar, nas noites escuras e nas mãos marcadas pelo sal. Começa no nome que carrego herdado do meu bisavô, passado ao meu pai e, depois, a mim. Um nome que é mais do que identidade, é continuidade, é legado.

Ao meu pai, que não é apenas um pescador. É um herói em silêncio, homem de madrugadas que começam antes da luz e regressos com o rosto marcado pelo cansaço. Há homens que trabalham, ele luta. Viveu horas que não cabem no relógio, dias que se prolongam até o corpo já não responder. Foi no mar que encontrou o seu lugar, e foi por nós que enfrentou cada vaga, para que nada faltasse, para que eu pudesse sonhar.

Diz que eu cresci depressa e chama-me “gigante”. Mas gigante é ele, por me ensinar, desde sempre, que tudo é possível quando se junta trabalho, suor e dedicação. Se hoje chego aqui, é porque tive diante de mim o maior exemplo de perseverança.

À minha mãe, força serena e presença. Trabalhou até ao último dia antes de eu nascer, como se a vida não lhe permitisse pausa. É quem dá ordem ao que o mar traz, e transforma o esforço em sustento e estabilidade. Se o meu pai é mar aberto, ela é a firmeza do cais. Complemento perfeito de uma luta partilhada. Juntos garantiram que nunca me faltasse nada, nem o pão, nem os valores.

À minha irmã, que partilhou comigo as mesmas raízes, a mesma casa e os mesmos ensinamentos. Crescemos sob os mesmos valores e enfrentámos juntos as mesmas marés. E claro, deixo aqui esta palavra também porque sei que, se não a escrevesse, mais tarde teria de ouvir sobre isso. Um abraço ao Quim, que garantiu o seu lugar nestes agradecimentos graças à pulseira que me ofereceu.

Houve momentos em que o mar, esse que sempre nos deu tanto, mostrou também a sua força maior, lembrando que nada é garantido e que cada regresso tem um valor que não cabe em palavras. Mas é também aí que se revela aquilo que nos define, a coragem, a união e a capacidade de continuar, porque, no fim, é isso que é mais forte do que o mar.

Cresci entre muitas mãos, um pouco de cada casa, que fizeram de mim um filho da praia, nas Caxinas, terra onde o vento molda homens e onde até as gaivotas nos roubam a comida do prato. A todas essas mãos, avôs, avós, tios, tias, à minha madrinha, à Sra. Adélia e ao Sr. Salvador o meu agradecimento sincero.

À minha bisavó, Maria do Alívio, que sempre acreditou que eu seguiria bons caminhos e teria um bom futuro, deixo um pensamento especial. Gosto de acreditar que cada passo que dou é também o “Alívio da Maria”, e que, onde quer que esteja, possa sentir orgulho.

O destino levou-me para longe do sal, até Felgueiras, onde encontrei amor e uma nova família, a que escolhi e que me escolheu.

À Catarina, que caminhou comigo em cada dúvida e em cada noite longa, sabendo o peso que este momento carrega. Viveu este processo tão intensamente quanto eu, compreendeu os silêncios, respeitou as ausências e transformou os dias difíceis em dias possíveis. Este percurso também é teu.

Ao José, à Ana Olímpia, ao Fábio, à Mônica, ao Afonso e ao Gustavo. Receberam-me de braços abertos desde o primeiro dia, acompanharam cada etapa, respeitaram o meu empenho e acreditaram no meu percurso. Um bem-haja sincero por me terem acolhido como se sempre tivesse pertencido.

Aos meus rapazes, das primeiras ondas às noites que pareciam não ter fim, crescemos juntos. Entre marés e madrugadas foram presença constante, lealdade firme e abrigo seguro. Ensinar-me que, entre objetivos e responsabilidades, também cabem gargalhadas e copos partilhados.

A concretização deste trabalho de mestrado só foi possível graças ao contributo, disponibilidade e generosidade de diversas pessoas e entidades, às quais manifesto o meu mais sincero agradecimento.

Expresso a minha profunda gratidão a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o enriquecimento deste estudo, disponibilizando o seu tempo, partilhando conhecimentos, experiências e testemunhos fundamentais para a construção e aprofundamento da investigação. A vossa colaboração foi determinante para conferir consistência, autenticidade e relevância ao trabalho desenvolvido.

Esta conquista não é uma chegada, é continuidade. Se cheguei aqui, foi porque alguém trabalhou até à exaustão. Se avancei, foi porque alguém acreditou antes de mim. E se hoje ergo este marco, não é para parar, mas para provar que o horizonte não tem fim.

Sou maré antiga em corpo novo.

O barco segue o seu rumo.

Estamos aí.

Ia até Poça da Barca,
Meu muito amado local,
(E quem diz Poça da Barca
Diz Caxinas, sua igual)
E parava a olhar de longe,
Estátuas de bronze a andar,
As belas gentes do mar...

- José Régio, Romance de Vila do Conde

RESUMO ANALÍTICO

O presente estudo teve como objetivo desenvolver um roteiro interpretativo sobre a tradição da pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde, com vista à valorização do património cultural, ao envolvimento da comunidade local e à promoção da sustentabilidade do turismo. O estudo insere-se em um território com forte identidade marítima, marcado pela presença da maior comunidade piscatória do país, reforçando a pertinência da articulação entre o turismo e cultura local.

Do ponto de vista metodológico, foi adotada uma abordagem qualitativa, baseada na realização de 26 entrevistas semiestruturadas a dois grupos distintos, entidades e agentes económicos locais, à comunidade local e comunidade piscatória. Os dados foram analisados através de análise de conteúdo, organizada em categorias temáticas alinhadas com os objetivos do estudo.

Os resultados evidenciaram o forte enraizamento histórico, social e cultural da pesca artesanal, bem como a sua relevância enquanto elemento identitário da comunidade. Foram igualmente identificados desafios à continuidade da atividade, nomeadamente a reduzida renovação geracional, a instabilidade económica e a desvalorização social da profissão. Paralelamente, destacou-se o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca e do território.

Concluiu-se que a proposta de um roteiro interpretativo constitui uma estratégia pertinente para a valorização do património imaterial, promovendo o envolvimento da comunidade local e contribuindo para o desenvolvimento sustentável de territórios costeiros.

Palavras-chave: Pesca artesanal; Turismo cultural; Turismo marítimo; Comunidades costeiras; Desenvolvimento territorial; Turismo sustentável; Vila do Conde.

ABSTRACT

The present study aimed to develop an interpretative itinerary focused on the tradition of artisanal fishing in Caxinas and Poça da Barca, in Vila do Conde, with the purpose of enhancing cultural heritage, promoting the involvement of the local community, and fostering tourism sustainability. The study is set within a territory with a strong maritime identity, characterized by the presence of the largest fishing community in the country, reinforcing the relevance of articulating tourism with local culture.

From a methodological perspective, a qualitative approach was adopted, based on the conduction of 26 semi-structured interviews with two distinct groups, local entities and local economic agents, and the local community and fishing community. The data were analyzed through content analysis, organized into thematic categories aligned with the objectives of the study.

The results highlighted the strong historical, social and cultural rootedness of artisanal fishing, as well as its relevance as a key element of community identity. Several challenges to the continuity of the activity were also identified, namely limited generational renewal, economic instability, and the social devaluation of the profession. At the same time, the potential of tourism as a tool for enhancing both fishing activities and the territory was emphasized.

It was concluded that the proposal of an interpretative itinerary constitutes a relevant strategy for the valorization of intangible cultural heritage, promoting community involvement and contributing to the sustainable development of coastal territories.

Keywords: Artisanal fishing; Cultural tourism; Maritime tourism; Coastal communities; Territorial development; Sustainable tourism; Vila do Conde.

Sumário

1	Turismo.....	24
1.1	A Experiência Do Turista No Contexto Do Turismo Contemporâneo.....	26
1.2	Turismo Náutico.....	29
1.2.1	Turismo Náutico Em Portugal.....	33
1.3	Rede De Estações Náuticas.....	34
1.3.1	Estação Náutica De Vila Do Conde	36
1.4	Turismo De Pesca	37
2	Pesca Artesanal.....	41
2.1	Pesca Com Armadilhas.....	43
2.2	Pesca Com Redes De Emalhar.....	44
2.3	Armazéns De Aprestos.....	45
2.4	Situação Atual Da Pesca.....	45
3	Contextualização Do Território.....	48
4	Plano Estratégico De Marketing Turístico De Vila Do Conde.....	51
5	Análise Da Concorrência / <i>Benchmarking</i>	54
5.1	Destino Nacional - Açores.....	56
5.1.1	Enquadramento Legal.....	56
5.1.2	Experiências Existentes.....	57
5.2	Destino Internacional – Itália.....	60
5.2.1	Enquadramento Legal.....	60
5.2.2	Experiências Existentes.....	60
6	Roteiro.....	62
6.1	Encontro No Armazém De Aprestos	65
6.2	Deslocação Até À Embarcação Atracada No Cais.....	66
6.3	Colocação Dos Coletes Salva-Vidas E Briefing De Segurança.....	66
6.4	Apresentação Dos Componentes Da Embarcação.....	66
6.5	Início Da Navegação	66
6.6	Regras Básicas De Navegação E Habilitações Necessárias	67
6.7	Referências Naturais Utilizadas Como Orientação.....	67
6.8	Visualização Da Igreja Do Senhor Dos Navegantes E Referência À Religião Cristã	

6.9	Farol De Aguilhão	69
6.10	Comunidade Piscatória Das Caxinas	69
6.11	Quotidiano Do Pescador E Artes De Pesca.....	70
6.12	Simulação Do Lançamento E Recolha Das Artes De Pesca	70
6.13	Recolha E Armazenamento Do Pescado	71
6.14	Entrada Na Barra Do Rio Ave E Manutenção Das Embarcações	71
6.15	Observação Do Património Envolvente E Esclarecimento De Dúvidas.....	71
6.16	Atracagem E Visita À Lota	72
6.17	Papel Das Peixeiras	72
6.18	Demonstração Do Amanhar Do Peixe E Do Processo De Venda	72
6.19	Término Da Visita	72
7	Metodologia.....	73
7.1	Objetivo Geral	73
7.2	Objetivos Específicos	74
7.3	Metodologia Qualitativa.....	76
7.4	Metodologia De Recolha De Dados	78
7.5	Universo De Estudo E Amostragem.....	79
7.6	Instrumentos De Recolha De Dados	80
7.7	Procedimento De Recolha De Dados.....	84
7.8	Tratamento E Análise De Dados	87
7.8.1	Enquadramento E Relação Com A Pesca.	88
7.8.2	Importância Da Pesca Artesanal.....	93
7.8.3	Desafios Do Setor E Da Comunidade.....	97
7.8.4	Renovação Geracional.....	100
7.8.5	Experiências Turísticas Ligadas À Pesca Atualmente Disponíveis Em Vila Do Conde.....	104
7.8.6	Turismo Como Instrumento De Valorização Da Pesca E Da Comunidade	107
7.8.7	Opinião Sobre A Criação De Um Roteiro Turístico Centrado Na Tradição Da Pesca Artesanal.....	111
7.8.8	Elementos Essenciais Que Devem Constar No Roteiro.....	115
7.8.9	Papel Dos Entrevistados No Desenvolvimento, Implementação E Divulgação Do Roteiro	118

7.8.10	Cuidados E Normas De Segurança	122
7.8.11	Mensagem Final E Opiniões.....	126
7.9	Síntese Global Dos Resultados Da Análise	129
8	Análise Swot	130
9	Árvore De Síntese Entidades E Agentes Económicos Locais.....	134
10	Árvore De Síntese Comunidade Local E Comunidade Piscatór	135
11	Discussão De Resultados.....	136
11.1	Introdução.....	136
11.2	Objetivo 1. Caracterizar, De Forma Geral, Os Elementos Da Comunidade Piscatória Das Caxinas E Poça Da Barca.....	136
11.2.1	Entidades E Agentes Económicos Locais	137
11.2.2	Comunidade Local E Comunidade Piscatória.....	138
11.2.3	Síntese Interpretativa Do Objetivo 1.....	139
11.3	Objetivo 2. Analisar A Importância Sociocultural Da Pesca Artesanal Para A Comunidade Piscatória, Enquanto Elemento Identitário E De Continuidade Geracional.....	139
11.3.1	Entidades E Agentes Económicos Locais	140
11.3.2	Comunidade Local E Comunidade Piscatória.....	140
11.3.3	Síntese Interpretativa Do Objetivo 2.....	141
11.4	Objetivo 3. Analisar O Potencial Do Turismo Como Instrumento De Valorização Da Pesca Artesanal E De Promoção Da Sustentabilidade Da Comunidade Piscatória.....	141
11.4.1	Entidades E Agentes Económicos Locais	142
11.4.2	Comunidade Local E Comunidade Piscatória.....	143
11.4.3	Síntese Interpretativa Do Objetivo 3.....	143
11.5	Objetivo 4. Analisar Os Elementos Que Configuram Práticas Tradicionais No Âmbito Da Pesca Artesanal.....	144
11.5.1	Entidades E Agentes Económicos Locais	144
11.5.2	Comunidade Local E Comunidade Piscatória.....	145
11.5.3	Síntese Interpretativa Do Objetivo 4.....	145
11.6	Objetivo 5. Desenvolver O Roteiro Interpretativo De Pesca Artesanal.....	145
11.6.1	Entidades E Agentes Económicos Locais	146

11.6.2 Comunidade Local E Comunidade Piscatória.....	146
11.6.3 Síntese Interpretativa Do Objetivo 5.....	147
12 Conclusão.....	147
13 Referências Bibliográficas	155
Anexos.....	166
Anexo A – Consentimento Informado Aplicado Aos Participantes Das Entrevistas Do Estudo.....	166

Índice De Figuras

Figura 1 - Enquadramento geográfico do concelho de Vila do Conde.....	48
Figura 2 - Proposta de roteiro interpretativo da pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca.....	64
Figura 3 – Representação da frequência lexical associada à importância sociocultural e económica da atividade piscatória, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	96
Figura 4 - Representação da frequência lexical associada à importância sociocultural e económica da atividade piscatória, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	96
Figura 5 - Representação da frequência lexical associada aos principais desafios e constrangimentos da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	100
Figura 6 - Representação da frequência lexical associada aos principais desafios e constrangimentos da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	100
Figura 7 - Representação da frequência lexical associada ao envolvimento das novas gerações e aos desafios da continuidade geracional na atividade piscatória, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	104
Figura 8 - Representação da frequência lexical associada ao envolvimento das novas gerações e aos desafios da continuidade geracional na atividade piscatória, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	104
Figura 9 - Representação da frequência lexical associada à oferta turística existente e às experiências associadas à pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	107
Figura 10 - Representação da frequência lexical associada à oferta turística existente e às experiências associadas à pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	107
Figura 11 - Representação da frequência lexical associada ao potencial do turismo na valorização da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	110

Figura 12 - Representação da frequência lexical associada ao potencial do turismo na valorização da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	111
Figura 13 - Representação da frequência lexical associada à avaliação da criação de um roteiro turístico centrado na pesca artesanal, incluindo os seus potenciais benefícios e desafios, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.	114
Figura 14 - Representação da frequência lexical associada à avaliação da criação de um roteiro turístico centrado na pesca artesanal, incluindo os seus potenciais benefícios e desafios, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	114
Figura 15 - Representação da frequência lexical associada aos elementos essenciais a integrar num roteiro turístico baseado na pesca artesanal, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.	118
Figura 16 - Representação da frequência lexical associada aos elementos essenciais a integrar num roteiro turístico baseado na pesca artesanal, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	118
Figura 17 - Representação da frequência lexical associada ao papel dos entrevistados no desenvolvimento, implementação e divulgação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	122
Figura 18 - Representação da frequência lexical associada ao papel dos entrevistados no desenvolvimento, implementação e divulgação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.	122
Figura 19 - Representação da frequência lexical associada aos cuidados e normas de segurança a considerar na implementação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.	125
Figura 20 - Representação da frequência lexical associada aos cuidados e normas de segurança a considerar na implementação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	125
Figura 21 - Representação da frequência lexical associadas a considerações finais sobre a valorização da atividade piscatória e do turismo, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.	129

Figura 22 - Representação da frequência lexical associadas a considerações finais sobre a valorização da atividade piscatória e do turismo, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	129
Figura 23 - Entidades e Agentes Económicos Locais Fonte: Elaboração Própria (com recurso ao Miro).....	134
Figura 24 - Comunidade Local e Comunidade Piscatória (Elaboração Própria (com recurso ao Miro).....	135

Índice De Tabelas

Tabela 1 - Estrutura do guião de entrevista aplicado às Entidades / Agentes Económicos Locais.....	82
Tabela 2 - Estrutura do guião de entrevista aplicado à Comunidade Local / Comunidade Piscatória.	83
Tabela 3 - Caracterização sociodemográfica e profissional dos entrevistados das Entidades / Agentes Económicos Locais.	86
Tabela 4 - Caracterização sociodemográfica e profissional dos entrevistados da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.	87
Tabela 5 – Excertos das entrevistas relativos ao perfil dos entrevistados e à natureza da sua relação com a atividade piscatória e o turismo local na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	90
Tabela 6 – Excertos das entrevistas relativos ao perfil dos entrevistados e à natureza da sua relação com a atividade piscatória na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	91
Tabela 7 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas ao perfil dos entrevistados e à natureza da sua relação com a atividade piscatória e o turismo local na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.	92
Tabela 8 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, ao perfil dos entrevistados e à natureza da sua relação com a atividade piscatória na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.	92
Tabela 9 - Excertos das entrevistas relativos à importância sociocultural e económica da atividade piscatória, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	94
Tabela 10 - Excertos das entrevistas relativos à importância sociocultural e económica da atividade piscatória, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.	95
Tabela 11 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas à importância sociocultural e económica da atividade piscatória, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	95

Tabela 12 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas à importância sociocultural e económica da atividade piscatória, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	96
Tabela 13 - Excertos das entrevistas relativos aos principais desafios e constrangimentos da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	98
Tabela 14 - Excertos das entrevistas relativos aos principais desafios e constrangimentos da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	98
Tabela 15 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas aos principais desafios e constrangimentos da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.	99
Tabela 16 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas aos principais desafios e constrangimentos da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	99
Tabela 17 - Excertos das entrevistas relativos ao envolvimento das novas gerações e aos desafios da continuidade geracional na atividade piscatória, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	102
Tabela 18 - Excertos das entrevistas relativos ao envolvimento das novas gerações e aos desafios da continuidade geracional na atividade piscatória, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	102
Tabela 19 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas ao envolvimento das novas gerações e aos desafios da continuidade geracional na atividade piscatória, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	103
Tabela 20 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas ao envolvimento das novas gerações e aos desafios da continuidade geracional na atividade piscatória, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.	103
Tabela 21 - Excertos das entrevistas relativos à oferta turística existente e às experiências associadas à pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.	105

Tabela 22 - Excertos das entrevistas relativos à oferta turística existente e às experiências associadas à pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	106
Tabela 23 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas à oferta turística existente e às experiências associadas à pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	106
Tabela 24 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas à oferta turística existente e às experiências associadas à pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	107
Tabela 25 - Excertos das entrevistas relativos ao potencial do turismo na valorização da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	109
Tabela 26 - Excertos das entrevistas relativos ao potencial do turismo na valorização da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	109
Tabela 27 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas ao potencial do turismo na valorização da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	110
Tabela 28 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas ao potencial do turismo na valorização da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	110
Tabela 29 - Excertos das entrevistas relativos à avaliação da criação de um roteiro turístico centrado na pesca artesanal, incluindo os seus potenciais benefícios e desafios, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	112
Tabela 30 - Excertos das entrevistas relativos à avaliação da criação de um roteiro turístico centrado na pesca artesanal, incluindo os seus potenciais benefícios e desafios, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	113
Tabela 31 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas à avaliação da criação de um roteiro turístico centrado na pesca artesanal, incluindo os seus potenciais benefícios e desafios, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	113

Tabela 32 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas à avaliação da criação de um roteiro turístico centrado na pesca artesanal, incluindo os seus potenciais benefícios e desafios, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	114
Tabela 33 - Excertos das entrevistas relativos aos elementos essenciais a integrar num roteiro turístico baseado na pesca artesanal, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	116
Tabela 34 - Excertos das entrevistas relativos aos elementos essenciais a integrar num roteiro turístico baseado na pesca artesanal, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.	116
Tabela 35 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas aos elementos essenciais a integrar num roteiro turístico baseado na pesca artesanal, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.	117
Tabela 36 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas aos elementos essenciais a integrar num roteiro turístico baseado na pesca artesanal, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	117
Tabela 37 - Excertos das entrevistas relativas ao papel dos entrevistados no desenvolvimento, implementação e divulgação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	120
Tabela 38 - Excertos das entrevistas relativas ao papel dos entrevistados no desenvolvimento, implementação e divulgação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	120
Tabela 39 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas ao papel dos entrevistados no desenvolvimento, implementação e divulgação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.	121
Tabela 40 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas ao papel dos entrevistados no desenvolvimento, implementação e divulgação	

de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	121
Tabela 41 - Excertos das entrevistas relativos aos cuidados e normas de segurança a considerar na implementação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.	123
Tabela 42 - Excertos das entrevistas relativos aos cuidados e normas de segurança a considerar na implementação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	124
Tabela 43 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas aos cuidados e normas de segurança a considerar na implementação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	124
Tabela 44 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas aos cuidados e normas de segurança a considerar na implementação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	125
Tabela 45 - Excertos das entrevistas relativos a considerações finais sobre a valorização da atividade piscatória e do turismo, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	127
Tabela 46 - Excertos das entrevistas relativos a considerações finais sobre a valorização da atividade piscatória e do turismo, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.	127
Tabela 47 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas a considerações finais sobre a valorização da atividade piscatória e do turismo, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.....	128
Tabela 48 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas a considerações finais sobre a valorização da atividade piscatória e do turismo, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.....	128
Tabela 49 - Análise SWOT geral.....	133

Índice de Siglas

APMSHM - Associação Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar

CBI - *Centre for the Promotion of Imports from developing countries*

CMIA - Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental de Vila do Conde

DGRM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

ESHT-IPP - Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Instituto Politécnico do Porto

EUA - Estados Unidos da América

FEDETON - *Fédération Européenne de Destinations Touristiques Nautiques*

FMI - *Future Market Insights*

FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar

IPDT - Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo

IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera

OMARE - Observatório Marinho de Esposende

PEMTVC - Plano Estratégico de Marketing turístico de Vila do Conde

RevPAR - *Revenue Per Available Room*

RTP - Rádio e Televisão de Portugal

SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*

UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development*

1 Turismo

Segundo o Turismo de Portugal (2025), o turismo assume uma posição central na economia portuguesa, destacando-se como um setor estratégico para o desenvolvimento económico, social e territorial do país. Para além do seu contributo direto para o produto interno bruto, o turismo tem vindo a desempenhar um papel relevante na valorização dos recursos territoriais, na dinamização das economias locais e no reforço da competitividade de Portugal enquanto destino turístico à escala internacional (Turismo de Portugal, 2025).

A evolução recente dos indicadores confirma a robustez e continuidade do crescimento do setor. Em 2024, verificou-se um aumento generalizado da atividade turística, com crescimentos de 4,1% nas dormidas, 5,1% no número de hóspedes e 8,8% nas receitas turísticas em comparação com o ano anterior (Turismo de Portugal, 2025). No total, registaram-se 31,6 milhões de hóspedes, dos quais 19,4 milhões corresponderam a turistas provenientes de mercados internacionais, evidenciando o peso significativo da procura externa no desempenho global do turismo em Portugal (Turismo de Portugal, 2025).

De acordo com o Turismo de Portugal (2025), na análise dos mercados emissores, o Reino Unido manteve-se como o principal mercado internacional, registando cerca de 2,5 milhões de hóspedes e um crescimento de 4,3%. Espanha ocupou a segunda posição, com aproximadamente 2,4 milhões de hóspedes e uma variação positiva de 0,6%. Os Estados Unidos da América evidenciaram um crescimento expressivo, alcançando cerca de 2,3 milhões de hóspedes (+11,9%), enquanto a Alemanha registou 1,7 milhões de hóspedes (+6,7%). A França, apesar de continuar a integrar o grupo dos principais mercados emissores, apresentou uma redução de 3% face a 2023. EM conjunto, estes mercados constituem o núcleo da procura turística internacional em Portugal, ainda que apresentem dinâmicas de crescimento diferenciadas (Turismo de Portugal, 2025).

Relativamente às dormidas, o Turismo de Portugal (2025), refere que em 2024 foram contabilizadas 80,4 milhões, o que representa um aumento de 4,1% em relação ao ano anterior. Deste total, 56,4 milhões corresponderam a dormidas de turistas

estrangeiros. O mercado britânico voltou a assumir um papel preponderante, com 10,2 milhões de dormidas (+3%), seguido da Alemanha, com 6,3 milhões (4,5%). Espanha registou 5,5 milhões de dormidas, apresentando uma ligeira quebra (-0,2%), enquanto os Estados Unidos da América contabilizaram 5,2 milhões, correspondendo ao crescimento mais significativo (13,3%). A França registou 4,5 milhões de dormidas, refletindo novamente uma variação negativa (-2,6%) (Turismo de Portugal, 2025).

A evolução positiva do setor reflete-se igualmente nas receitas turísticas. De acordo com dados do Banco de Portugal, divulgados pelo Turismo de Portugal (2025), as receitas atingiram 27,7 mil milhões de euros em 2024, traduzindo um crescimento de 8,8% face a 2023. O Reino Unido destacou-se como o principal mercado gerador de receitas, com 4,1 mil milhões de euros (+6,5%), seguido da França, com 3,2 mil milhões (+1,8%), da Alemanha, com 3,1 mil milhões (+8,3%), dos Estados Unidos da América, com 2,9 mil milhões (+13,9%) e de Espanha, com 2,8 mil milhões (+8,6%). Importa salientar que, neste indicador, todos os principais mercados apresentaram crescimento, mesmo aqueles que evidenciaram quebras noutros parâmetros da atividade turística (Turismo de Portugal, 2025).

O desenvolvimento do turismo em Portugal tem sido enquadrado por uma orientação estratégica de médio e longo prazo, consubstanciada na Estratégia Turismo 2027, que se afirma como o principal instrumento de planeamento do setor ao longo da década (Turismo de Portugal, 2017). Esta estratégia baseia-se numa lógica integrada e colaborativa, envolvendo os diversos agentes do turismo, e estrutura-se em cinco eixos estratégicos e dez ativos prioritários (Turismo de Portugal, 2017). Entre os eixos definidos, destaca-se a valorização do território, orientada para a preservação e promoção do património histórico-cultural, a manutenção da autenticidade dos lugares, a reabilitação urbana e a valorização económica dos recursos naturais e rurais (Turismo de Portugal, 2017).

Paralelamente, o Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo (IPDT, 2025) realizou uma análise a tendências que revelam uma transformação no perfil e nas motivações do turista. O viajante contemporâneo apresenta níveis mais elevados de exigência relativamente aos destinos e às experiências vividas, procurando ofertas que se alinhem com os seus valores, interesses pessoais e estilos de vida (IPDT, 2025). Esta evolução resulta, em grande medida, da crescente experiência acumulada ao longo

das viagens realizadas e de uma maior consciência das próprias preferências, conduzindo a uma procura mais seletiva e orientada (IPDT, 2025).

Neste contexto, observa-se uma valorização crescente da personalização e da exclusividade no processo de escolha dos destinos turísticos. Segundo o IPDT (2025), o interesse do turista desloca-se progressivamente da simples visita a destinos consolidados para a vivência de experiências singulares e diferenciadoras, capazes de criar valor cultural, emocional ou social (PIDT, 2025). Esta tendência reforça a importância do desenvolvimento de produtos turísticos inovadores, assentes na autenticidade, na diferenciação e na valorização dos territórios (IPDT, 2025).

1.1 A experiência do turista no contexto do turismo contemporâneo

A literatura evidencia uma transformação significativa no perfil, nas motivações e nas expectativas do turista contemporâneo, refletindo uma deslocação progressiva de uma lógica centrada na visita a destinos para uma abordagem orientada para a vivência de experiências diferenciadas, autênticas e emocionalmente envolventes. Este entendimento é partilhado por vários autores, que convergem na ideia que o turismo atual se estrutura cada vez mais em torno da experiência enquanto elemento central da proposta de valor (Revista Spot, 2023; Forbes PT, 2023; McKinsey & Company, 2024; Reis et al., 2020).

De acordo com a Revista Spot (2023), o turista contemporâneo valoriza experiências sensoriais, personalizadas e memoráveis, privilegiando um contato mais próximo com o destino e com as comunidades locais. Esta perspetiva conceptualiza o turismo como uma atividade essencialmente relacional, na qual a interação entre visitantes, residentes e prestadores de serviços assume um papel determinante na criação e cocriação das experiências turísticas. Neste sentido, a autenticidade emerge como um fator-chave, dependente do alinhamento entre as atividades turísticas e as comunidades residentes, condição considerada fundamental para potenciar o turismo enquanto instrumento de desenvolvimento regional (Revista Spot, 2023).

Esta valorização da experiência é apresentada pela Forbes PT (2023), como uma mudança nas prioridades dos turistas europeus, através da demonstração de uma preferência crescente por experiências únicas e exclusivas em detrimento da aquisição

de bens materiais. Segundo esta fonte, esta tendência traduz-se na procura por destinos menos massificados, capazes de proporcionar imersão cultural, contato autêntico com a comunidade local e experiências orientadas por princípios de sustentabilidade. A Forbes PT (2023) associa ainda esta reconfiguração das motivações turísticas ao contexto pós-pandemia, no qual as experiências passaram a assumir um peso superior a fatores tradicionalmente determinantes, como o preço ou a facilidade de acesso.

A centralidade da experiência no processo de decisão turística é igualmente sublinhada por McKinsey & Company (2024), que identifica a personalização como um dos principais fatores de valorização por parte dos consumidores. Segundo os autores, os turistas procuram experiências alinhadas com os seus interesses individuais, criam uma ligação mais profunda com os destinos e com a cultura local. Esta tendência é particularmente visível no segmento do turismo de luxo, caracterizado por um crescimento acelerado e pela disposição dos consumidores para pagar por vivências diferenciadoras. Contudo, McKinsey & Company (2024) alertam para os desafios associados a este crescimento, sublinhando a necessidade de os destinos se preparem para gerir fluxos turísticos crescentes sem comprometer a qualidade de experiência.

Segundo a literatura, apesar de a valorização das experiências não constituir um fenómeno inteiramente novo, observa-se uma intensificação do seu papel enquanto fator central de motivação e decisão turística. McKinsey & Company (2024) destacam uma inversão no modelo tradicional de planeamento de viagens, no qual o destino deixava de ser o ponto de partida do processo decisivo, passando pelas experiências desejadas a ocupar uma posição prioritária e decisiva. Esta alteração tem implicações diretas na promoção e gestão dos destinos, exigindo uma abordagem mais orientada para a conceção e comunicação de experiências únicas e diferenciadoras.

No contexto português, a TNews (2023) reforça esta perspetiva ao considerar a experiência como um elemento determinante de diferenciação e competitividade dos destinos turísticos. A singularidade da identidade cultural de Portugal, sustentada pela diversidade regional, pela gastronomia, pela hospitalidade e pelos modos de vida locais constitui uma base sólida para a oferta de experiências difíceis de replicar noutros territórios. A TNews (2023) acrescenta que os turistas que valorizam experiências autênticas tendem a apresentar níveis de despesa mais elevados, maior participação na construção da reputação digital dos destinos e uma maior propensão para visitar,

associando este comportamento a uma crescente consciencialização cultural e ambiental.

Carvalho e Fonseca (2020) defendem que o turista contemporâneo ocupa uma posição central na experiência, assumindo-se como protagonista da viagem. Segundo os autores, o visitante procura experiências que lhe permitem refletir, aprender e experienciar o destino, valorizando a autenticidade cultural e a sensação de exclusividade. Estes autores distinguem duas dimensões da experiência turística, uma dimensão subjetiva associada às emoções, desejos e vivências pessoais, e uma dimensão material, relacionada com a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências (Carvalho & Fonseca, 2020).

Esta abordagem é complementada por Almeida et al. (2024) que alargam o conceito da experiência turística ao considerar que esta não se limita ao período de estadia no destino, mas constrói-se ao longo de todo o processo de viagem, desde a fase de decisão até ao regresso. Segundo estes autores, o valor global atribuído à experiência turística resulta da acumulação de vivências antes, durante e após a viagem, reforçando a necessidade de visão integrada da experiência.

Reis et al. (2020) contribuem para esta discussão ao caracterizar o turista atual como mais exigente, autónomo e participativo, particularmente no que respeita às experiências de viagem. Esta evolução obriga empresas e destinos a reconfigurarem o seu posicionamento, uma vez que o turismo deixa de se centrar exclusivamente na deslocação até um destino para privilegiar a criação de experiências marcantes, personalizadas e memoráveis. Os autores salientam ainda que existe um segmento de mercado disposto a pagar por este tipo de experiências, reforçando a importância da criatividade e da inovação na sua conceção (Reis et al., 2020).

Ortiz et al., (2024) aprofundam esta perspetiva ao definirem a experiência turística como um conjunto de interações estabelecidas entre os turistas, os destinos, os serviços e os produtos turísticos, abrangendo dimensões tangíveis como a qualidade das infraestruturas e dos serviços e intangíveis, como emoções, expectativas culturais e perceções. Para estes autores, o turismo não se resume ao destino em si, mas ao percurso da viagem, às atividades realizadas e à capacidade de os produtos e serviços responderem às necessidades dos turistas (Ortiz et al., 2024).

Andrade-Cunha et al. (2025) definem a cocriação como um processo colaborativo no qual turistas e organizações participam ativamente na construção da experiência turística. Num contexto marcado por elevada competitividade, esta abordagem surge como uma estratégia de inovação e diferenciação refletindo simultaneamente a crescente predisposição dos turistas para se envolverem de forma mais ativa com os destinos e com as comunidades locais.

1.2 Turismo náutico

A riqueza paisagística e ambiental encontrada junto das linhas de água assume um potencial turístico que deve ser aproveitado no contexto do turismo náutico para promover a valorização do património cultural e natural e a sustentabilidade do território (Figueiredo, 2022).

O turismo marítimo constitui um segmento abrangente que engloba um conjunto de atividades recreativas realizadas em ambientes costeiros e marinhos com finalidade de entretenimento (Yfantidou et al., 2024). É um domínio particularmente relevante para países com uma forte identidade marítima, como é o caso de Portugal, onde a relação histórica, económica e simbólica com o oceano está profundamente enraizada.

Segundo a *United Nations Conference on Trade and Development* ([UNCTAD], 2020) turismo náutico é um dos setores de maior destaque dentro da economia azul, assumindo-se atualmente como o seu maior segmento, essencial para a criação de emprego, rendimento e investimento em inúmeros países.

A economia azul, definida pela Comissão Europeia (2025) corresponde a um conjunto de atividades económicas relacionadas com os oceanos, mares e zonas costeiras.

Segundo a Comissão Europeia (2023), o turismo costeiro e marítimo representa um dos pilares mais significativos em termos de valor acrescentado e volume de emprego nas regiões europeias, reforçando a sua posição enquanto vetor estratégico de desenvolvimento regional. No contexto da economia azul, o turismo náutico representa não só uma atividade de lazer, mas também um motor estruturante de competitividade territorial, inovação e dinamização socioeconómica.

O turismo náutico constitui um segmento diversificado que integra atividades realizadas em ambientes marinhos, fluviais e lacustres. Todorov e Milenkovski (2023) descrevem-no como um produto turístico amplo, composto por um conjunto de serviços e recursos que incluem o aluguer de embarcações, alojamentos, marinas, desportos aquáticos e programas educativos. O objetivo central desta atividade consiste em proporcionar experiências náuticas autênticas e satisfatórias, adequadas às necessidades específicas dos turistas que procuram este tipo de oferta.

A diversidade de atividades incluídas no turismo náutico, como a navegação em rios, lagos e zonas costeiras, mergulho, vela desportiva, pesca recreativa, iatismo e canoagem, evidencia a multiplicidade de perfis de visitantes e motivações associadas a este segmento (Todorov & Milenkovski, 2023; European Commission, 2023). Estas atividades possibilitam a exploração de paisagens naturais e participação em práticas que combinam aventura, cultura e lazer em ambientes aquáticos (Turismo do Porto e Norte de Portugal, s.d.)

De acordo com Carvalheiro et al. (2021), o turismo náutico pode ser dividido em duas categorias principais, o turismo náutico de recreio e desporto e o turismo de cruzeiros. No turismo náutico de recreio e desporto enquadram-se atividades como a vela, pesca desportiva, mergulho, canoagem ou passeios de barco. Já no turismo de cruzeiros, a motivação principal é proporcionada pela experiência na embarcação. Este fator é mais preponderante do que a exploração direta do ambiente costeiro no momento de escolha (Martínez Vásquez et al., 2021; Cavalheiro et al., 2021).

Diversos autores sublinham que o turismo náutico se consolidou como um segmento em expansão desde a década de 1960, impulsionado sobretudo pela popularização das práticas de recreação aquática e desportos náuticos (Pašković, 2020). Já Obradović e Krklješ (2020) argumentam que esta expansão se intensificou no final do segundo milénio, quando o turismo náutico emergiu como uma nova forma de mobilidade turística.

Este crescimento tem sido reforçado pelo desenvolvimento de marinas, infraestruturas especializadas e portos de recreio que atuam como meios de atração e qualificação dos destinos (Todorov & Milenkovski, 2023). Além de uma oferta de lazer, este tipo de turismo constitui um elemento competitivo e territorial.

O turismo náutico evidencia-se como uma modalidade heterogénea que inclui práticas recreativas individuais e produtos turísticos mais complexos.

Autores como Lam-González et al. (2017) e Wang (2020) mencionam que o turismo náutico contribui para a competitividade dos destinos, a qualificação das infraestruturas costeiras, a valorização da imagem territorial e a criação de produtos turísticos inovadores.

O turismo náutico é um dos principais motores de dinamização das regiões costeiras e interiores europeias (Innovamarina, 2024). A junção de recursos naturais, tradições marítimas e infraestruturas adequadas sustenta o potencial deste segmento para criar benefícios socioeconómicos significativos.

O desenvolvimento do turismo náutico acarreta, à semelhança de outras tipologias turísticas, um conjunto de impactes.

A nível económico, o turismo náutico contribui de forma significativa para o desenvolvimento económico local, através de setores como a hotelaria, comércio, serviços marítimos, restauração, transportes e manutenção de embarcações, possibilitando a criação de diversos empregos de forma direta e indireta (Todorov & Milenkovski, 2023; Innovamarina, 2024).

O papel das empresas que se inserem no turismo náutico constitui um fator crítico para o desempenho do setor. Santos et al. (2022), referem a importância de avaliar as mesmas para determinar a sua capacidade de inserção nos mercados internacionais devido à crescente globalização da oferta turística náutica.

Já nos impactes socioculturais, Lopes et al. (2022) destacam que os turistas náuticos tendem a integrar-se profundamente na cultura local dos territórios, procuram conhecer as suas tradições, histórias e práticas das comunidades costeiras. Este contato direto com o património marítimo reforça a valorização das identidades territoriais e permite revitalizar tradições culturais frequentemente ameaçadas pela diminuição das atividades piscatórias.

Pereira et al. (2015) e Shao e Sun (2020), destacam o papel do turismo náutico no reforço da imagem territorial, na promoção da interação social e no fortalecimento das redes comunitárias.

Adicionalmente, a junção de recursos naturais, tradições marítimas e infraestruturas adequadas sustenta o potencial deste segmento para criar benefícios socioeconómicos significativos.

Por último, a nível ambiental o turismo náutico também possui uma dimensão significativa. Segundo Philippe (2020), este segmento contribui para a consciencialização ambiental através de atividades educativas e de práticas sustentáveis associadas ao uso responsável dos recursos aquáticos.

Marušić et al. (2020), referem também que o desenvolvimento socioeconómico sustentável necessita de uma gestão adequada dos ecossistemas marinhos e fluviais, sendo o turismo náutico um aliado na promoção da sustentabilidade desde que aplicado com responsabilidade. Figueiredo (2022), indica que para existir um crescimento sustentável do setor é indispensável a valorização do património natural e paisagístico.

Após a pandemia da COVID-19, observou-se um aumento expressivo por atividades ao ar livre e que possibilitassem contato direto com a natureza, mais especificamente com a água, fator este que intensificou o interesse global pelo turismo náutico (UNCTAD, 2020).

Yang et al. (2020) e Martínez Vásquez et al. (2021) destacam que o crescimento das atividades náuticas está diretamente ligado ao aumento global do interesse por estilos de vida saudáveis em contato com a natureza e práticas ao ar livre.

Todorov e Milenkovski (2023) reforçam que os turistas náuticos são motivados pela exploração de paisagens costeiras e pela diversidade de atividades aquáticas. Estes procuram experiências diferenciadoras e que envolvam a utilização de embarcações com a complementaridade de paisagens, de práticas de atividades e a interação com o património marítimo.

Estes fatores indicam que a atratividade deste segmento tem vindo a ser impulsionada por oportunidades económicas, tendências sociais e ambientais.

1.2.1 Turismo Náutico em Portugal

O turismo náutico em Portugal tem registado um crescimento expressivo nas últimas décadas, consolidando-se como um dos segmentos mais dinâmicos do setor turístico nacional. Este desenvolvimento não só da extensa linha costeira e da herança marítima profundamente enraizada na identidade portuguesa, mas também de uma estratégia concentrada na promoção e investimento em infraestruturas especializadas (Bem-Vindo-a-Lisboa, 2024).

Apesar do notável potencial que o país representa neste domínio, são ainda escassos os estudos que descrevem e enquadram o turismo náutico no contexto do destino turístico português (Cardoso et al., 2023). Ainda assim, o turismo náutico tem-se afirmado como um produto turístico em crescimento em Portugal, consolidando-se a partir de uma longa tradição ligada à exploração de recursos hídricos (Lopes et al., 2022).

O país apresenta uma extensa linha de costa, com mais de 850 km no território continental e cerca de 2830 km quando consideradas as ilhas atlânticas e oferece uma ampla diversidade de oportunidades para atividades náuticas. Nomeadamente a navegação recreativa e passeios de barco e ainda a prática de desportos náuticos. A combinação entre a tradição marítima e a modernidade tem tornado o país num destino particularmente atrativo para turistas nacionais e internacionais que procuram experiências ligadas ao mar (Bem-Vindo-a-Lisboa, 2024). A modernização das marinas e a criação de infraestruturas adequadas ao acolhimento de embarcações de diferentes dimensões refletem o investimento contínuo do país neste segmento¹. Paralelamente, o Governo e as entidades ligadas ao setor têm desenvolvido campanhas de promoção que destacam a segurança das águas portuguesas, a qualidade ambiental e a diversidade da oferta costeira. Tais iniciativas contribuem para a valorização da imagem de Portugal como um destino de excelência para o turismo náutico (Bem-Vindo-a-Lisboa, 2024).

Além do impacto económico, o turismo náutico em Portugal tem também um papel importante na valorização cultural e territorial. Os eventos náuticos e festivais marítimos realizados ao longo do ano não só celebram a tradição marítima nacional,

¹ SIC Notícias. (2025, 30 de outubro). *Marina de Portimão eleita a melhor do Sul da Europa em prémio internacional de luxo*. [Notícia online]. <https://sicnoticias.pt/pais/2025-10-30-marina-de-portimao-eleita-a-melhor-do-sul-da-europa-em-premio-internacional-de-luxo-64bd1269>

como também dinamizam as comunidades locais e promovem a interação entre visitantes e residentes. Estes eventos possibilitam ainda o contato com a gastronomia regional e com paisagens costeiras de grande valor, fortalecendo o posicionamento do país como um destino sustentável e autêntico (Bem-Vindo-a-Lisboa, 2024).

Geograficamente, as potencialidades do turismo náutico distribuem-se ao longo de todo o território nacional. O Algarve apresenta águas mais calmas e transparentes, enquanto o Norte oferece cenários mais agrestes e desafiadores. Açores e Madeira combinam natureza, aventura e hospitalidade (Bem-Vindo-a-Lisboa, 2024).

A diversidade geográfica e hidrográfica do Norte de Portugal tem favorecido a consolidação de uma oferta náutica ampla e diversificada. De acordo com o Turismo do Porto e Norte de Portugal (s.d.), a região disponibiliza um conjunto de atividades adaptadas a diferentes perfis de visitantes e níveis de experiência, refletindo a complementaridade entre lazer, desporto e natureza.

Em síntese, o turismo náutico em Portugal é um segmento em expansão que alia tradição, inovação e sustentabilidade. Através da herança marítima e do investimento em qualidade e diversidade de experiências, Portugal reforça a sua posição como destino de excelência para os entusiastas do mar (Bem-Vindo-a-Lisboa, 2024).

1.3 Rede de Estações Náuticas

O turismo náutico tem vindo a afirmar-se como um dos segmentos mais dinâmicos do setor turístico. Neste contexto, as Estações Náuticas de Portugal surgem como uma das principais iniciativas nacionais desenvolvidas com o intuito de estruturar e certificar produtos turísticos náuticos (Fórum Oceano, 2022; Turismo de Portugal, s.d.).

As Estações Náuticas de Portugal, resultam do projeto Portugal Náutico, desenvolvido pela Associação Empresarial de Portugal em cooperação com a Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar. Este projeto tem o objetivo de desenvolver, promover e certificar destinos náuticos que combinem atividades náuticas, culturais e de lazer, alojamento, restauração e outros serviços que se enquadrem nesta tipologia de turismo, que acrescentem valor e criem experiências diversificadas para o visitante.

Tendo em conta o potencial nacional e tendo como base experiências internacionais, nomeadamente Espanha e França, foi desenvolvido um regulamento de

certificação para as Estações Náuticas Portuguesas. Este processo beneficiou do enquadramento da *Fédération Européenne de Destinations Touristiques Nautiques* ([FEDETON]) sendo esta a entidade responsável pela rede europeia de destinos náuticos (Fórum Oceano, 2022).

De acordo com a Fórum Oceano (2022), uma Estação Náutica é definida como uma rede de oferta turística náutica de qualidade, organizada a partir da valorização integrada dos recursos náuticos presentes em um território.

A Estação Náutica funciona como uma plataforma de cooperação entre entidades públicas e privadas, assegurando a coordenação das atividades e a coerência do produto turístico local. Cada estação Náutica é coordenada por uma entidade pública local, habitualmente o município que é responsável pela articulação entre os intervenientes e pela implementação de políticas de desenvolvimento turístico e náutico do território.

Embora as estações Náuticas estejam na sua grande maioria dispostas ao longo de territórios costeiros, também existem iniciativas em regiões interiores, através de recursos como rios, lagos e albufeiras de barragens (Fórum Oceano, 2022).

Esta abrangência reforça a importância do Turismo náutico como instrumento de coesão territorial e de diversificação económica tanto em destinos marítimos como fluviais.

Atualmente, existem 32 Estações Náuticas certificadas e distribuídas ao longo do país. Encontram-se envolvidos cerca de 1200 parceiros, dos quais 63% correspondem a empresa de animação turística, operadores marítimo-turísticos, agências de viagens, unidades de alojamento e restauração, entre outros (Turismo de Portugal, s.d.).

A diversidade das entidades coordenadores e das identidades que estão inseridas na Estação Náutica, reflete as especificidades de cada território e o princípio da gestão descentralizada.

A constituição de uma Estação Náutica oferece múltiplas vantagens para os territórios envolvidos, entre as quais se destacam a diversificação da oferta turística, o combate à sazonalidade, o aumento do gasto médio por visitante, a promoção conjunta e internacional e a oferta de experiências diversificadas (Fórum Oceano, 2022).

No ponto de vista do visitante, a Estação Náutica representa uma garantia de qualidade e de coordenação de serviços, permitindo uma ampla rede de informação estruturada sobre os serviços disponíveis em cada território (Fórum Oceano, 2022).

É essencial que exista articulação entre o Turismo de Portugal, a Fórum Oceano e as entidades locais que se encontram inseridas na Estação Náutica.

1.3.1 Estação Náutica de Vila do Conde

A Estação Náutica de Vila do Conde integra a Rede de Estações Náuticas de Portugal e constitui uma plataforma de cooperação local entre os diversos agentes públicos e privados do concelho. O seu principal objetivo é estruturar e promover um produto turístico náutico de qualidade, baseado na valorização sustentável dos recursos naturais, culturais e marítimos do território (Câmara Municipal de Vila do Conde, s.d.).

A sua Estação Náutica foi certificada pela Fórum Oceano em 16 de julho de 2020, tornando-se o 24º município a integrar a rede nacional (Câmara Municipal de Vila do Conde, s.d.). A sua coordenação é assegurada pelo município e o seu embaixador é o canoísta Professor José Garcia, simbolizando a forte ligação da cidade aos desportos náuticos e identidade marítima (Câmara Municipal de Vila do Conde, s.d.).

Atualmente, a Estação Náutica de Vila do Conde é constituída por 32 agente locais, incluindo entidades de alojamento, restauração, animação turística, ensino, cultura, desporto, saúde e bem-estar (Escola Superior de Hotelaria e Turismo [ESHT-IPP], 2025)². Esta estrutura promove a integração da oferta turística, reforçando a atratividade e competitividade do destino.

Em 27 de setembro de 2025, aquando o Dia Mundial do Turismo, a Estação Náutica de Vila do Conde renovou a sua certificação, reafirmando o seu compromisso com os princípios da sustentabilidade, inovação e desenvolvimento local (Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Instituto Politécnico do Porto [ESHT-IPP], 2025).

A criação de um roteiro de pesca artesanal apresenta-se como uma oportunidade estratégica para ampliar e diversificar a oferta turística no âmbito da

² ESHT-IPP. (2025, 30 de setembro). *Renovação da certificação da Estação Náutica de Vila do Conde*. Escola Superior de Hotelaria e Turismo. <https://www.esht.ipp.pt/noticias/renovacao-da-certificacao-da-estacao-nautica-de-vila-do-conde>

Estação Náutica de Vila do Conde. Este produto poderá posicionar Vila do Conde como um destino pioneiro na integração do turismo de pesca artesanal em redes certificadas de turismo náutico, articulando a sustentabilidade, tradição e inovação.

Apesar da evolução das Estações Náuticas em Portugal, observa-se ainda uma lacuna na integração de experiências relacionadas com o turismo de pesca artesanal em destinos náuticos certificados, nomeadamente o de Vila do Conde. Poucos estudos têm explorado a viabilidade económica e social deste tipo de produto, bem como o seu potencial para reforçar a autenticidade e identidade local. Deste modo, a criação de um roteiro turístico de pesca artesanal em Vila do Conde constitui um contributo inovador e que se enquadra no turismo náutico português.

1.4 Turismo de pesca

O turismo de pesca é um conceito que tem vindo a evoluir de uma perspetiva estritamente recreativa para um modelo integrado de experiência, sustentabilidade e valorização cultural. Segundo Yfantidou et al. (2024), o turismo de pesca pode ocorrer em diferentes ecossistemas tais como, mares, rios, lagos e lagoas, proporcionando ao visitante a possibilidade de participar ou observar práticas de pesca. Esta abordagem enquadra-se na lógica do turismo de experiência, onde a autenticidade e o contato direto com práticas tradicionais se tornam elementos centrais na motivação do turista.

Turismo de pesca pode ser definido como um conjunto de atividades realizadas por profissionais com o objetivo de diferenciar os seus rendimentos, promover e valorizar a sua profissão e património sociocultural, e valorizar a utilização sustentável dos ecossistemas marítimos através do embarque de indivíduos não tripulantes nas embarcações de pesca (Yfantidou et al, 2024).

O turismo de pesca combina dois conceitos independentes: (1) pesca e (2) turismo, onde a ‘pesca’ responde à pergunta do consumidor “O que quero fazer” e ‘turismo’ responde “Onde posso fazer” (Tsafoutis, D. & Metaxas, 2021, citado em Yfantidou et al, 2024).

Azevedo (2020), reforça esta perspetiva ao definir o turismo de pesca no contexto português, como uma atividade que envolve o acolhimento a turistas em embarcações de pesca artesanal durante a faina, podendo incluir atividades

complementares em terra relacionadas com o mar, as pescas e o pescado. Assim, o turismo de pesca assume um instrumento de diversificação económica para os pescadores, mas também de valorização da profissão, das artes e dos saberes associados ao mar.

Segundo o *Centre for the Promotion of Imports from developing countries* (CBI, 2024), o turismo de pesca caracteriza-se, de forma mais objetiva, como uma tipologia de viagem motivada pela prática de pesca, podendo esta ser realizada em água doce ou salgada. Este enquadramento evidencia que para muitos turistas, a pesca não é uma atividade complementar, mas sim um elemento fulcral decisivo, o que reforça a importância de uma estratégia para este segmento no mercado turístico global.

Klarin (2021) propõe um entendimento mais granular através de duas modalidades, a observacional, onde os turistas acompanham a atividade sem participar diretamente, e a participativa, onde incluem saídas em embarcações, aprendizagem de técnicas tradicionais ou o envolvimento a atividades culturais associadas às comunidades piscatórias. Paralelamente, Hall (2021) destaca a pesca recreativa como uma prática essencialmente experiencial, frequentemente associada ao modelo *catch-and-release*, amplamente difundido em mercados internacionais (CBI, 2024).

O turismo de pesca desempenha um papel tripartido, o que o torna relevante no contexto das transformações dos territórios costeiros (Hall, 2021).

A nível económico, ele permite os pescadores diversificar as suas fontes de rendimento e consequentemente reduzir a dependência de elevadas quantidades de captura, respondendo aos desafios crescentes associados à sustentabilidade dos recursos marinhos. Em territórios como as Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde, onde a pesca artesanal enfrenta dificuldades, este tipo de turismo poderá surgir como uma alternativa complementar.

O potencial desta tipologia de turismo tem ganho expressão no panorama global do setor. De acordo com a *Future Market Insights* (FMI, 2024), o turismo de pesca tem registado uma trajetória de expansão contínua desde 2020, impulsionado pela procura de atividades ao ar livre, pela valorização do contato com a natureza e pelo interesse em experiências diferenciadoras. Em 2025, o valor de mercado é estimado em 77,23 mil milhões de euros, com projeções de alcançar 217,33 mil milhões de euros até 2035, correspondendo a um crescimento anual composto de 10.9% (FMI, 2024).

Para além deste crescimento, a tecnologia tem desempenhado um papel fulcral em atrair o perfil de turistas mais exigentes e orientados para práticas sustentáveis, com destaque para sistemas digitais de planeamento, dispositivos avançados de localização de peixes e experiências imersivas através de recursos como a realidade aumentada e virtual (FMI, 2024).

Relativamente à dimensão sociocultural, o turismo de pesca promove relações de proximidade entre os visitantes e as comunidades locais, contribuindo para a valorização de tradições marítimas, preservação de técnicas e o reforço das identidades comunitárias (Klarin 2021). Em comunidades como as Caxinas e Poça da Barca em Vila do Conde, onde a pesca constitui um forte elemento estruturante da vida social, estas iniciativas permitem fortalecer o sentimento de pertença e transmitir conhecimentos às gerações futuras e a quem visita o território.

Para além disto, práticas associadas ao turismo de observação, tais como, visitas guiadas, narrativas sobre o mar e pesca e demonstrações culturais, reforçam a dimensão interpretativa e educativa, especialmente quando associadas a recursos tecnológicos que possibilitam experiências imersivas (FMI, 2024).

Já na dimensão ecológica, o turismo de pesca pode promover comportamentos mais sustentáveis. Através da sensibilização dos visitantes para a conservação dos ecossistemas aquáticos (Hall, 2021). A adoção generalizada do modelo *catch-and-release* em destinos de pesca recreativa é um excelente exemplo de práticas que podem minimizar o impacto ambiental da atividade (CBI, 2024, FMI, 2024).

Contudo este segmento enfrenta desafios relacionados com a pressão sobre as espécies piscícolas, regulamentação das capturas e as alterações climáticas, sendo assim fulcral garantir que as atividades são monitorizadas e enquadradas aos princípios da sustentabilidade.

O turismo de pesca, sendo uma atividade realizada em meios aquáticos, encontra-se inserida na economia azul.

A economia azul engloba os setores tradicionais como a pesca e o turismo costeiro, assim como setores mais emergentes como a energia renovável offshore e a biotecnologia marinha (Comissão Europeia, 2025).

Após análise da *Blue Economy Report* da União Europeia, de 2025, é importante destacar que o turismo costeiro representa 53% do emprego total da economia azul e 33% do valor acrescentado bruto (Comissão Europeia, 2025).

Os dados apresentados refletem a relevância das atividades recreativas e interpretativas ligadas ao mar, bem como a importância de estratégias que valorizem o património marítimo e promovam o seu crescimento sustentável.

O relatório destaca ainda a escassez de dados relativos a alguns setores emergentes da economia azul, o que representa uma lacuna para a formulação de políticas.

Relativamente à pesca, a União Europeia ocupa a sétima posição como produtor mundial de pescado, com uma percentagem de 2,1% (Comissão Europeia, 2025).

A iniciativa inserida na economia azul, denominada de *Blue Growth Strategy*, destaca o turismo costeiro e marítimo como um dos pilares do crescimento sustentável, reforçando a relevância do turismo de pesca enquanto instrumento de preservação cultural e dinamização económica (Blue-Action n.d.).

Segundo o FMI (2024), o turismo de pesca pode ser dividido em dois segmentos, em turismo de observação, onde se proporcionam experiências menos intrusivas como, visitas guiadas a comunidades piscatórias, programas educativos, experiências culturais ligadas ao mar e demonstrações de artes de pesca. Este segmento tem vindo a evoluir através de utilização de tecnologias como a realidade aumentada e virtual, permitindo uma imersão na experiência (FMI, 2024).

O outro segmento é o turismo de participação, que envolve a prática direta da pesca. Este pode incluir a pesca desportiva, recreativa, em alto mar e expedições guiadas. A utilização de embarcações artesanais e técnicas tradicionais acrescenta valor cultural e autêntico a esta experiência (FMI, 2024). No entanto, é necessário ter em conta os desafios ambientais e regulamentares nesta tipologia, é essencial existir uma monitorização rigorosa e práticas responsáveis.

Já o CBI (2024) menciona que existem dois tipos de perfis principais de quem pratica turismo de pesca. Existem os turistas cuja motivação principal é a pesca, que escolhem o destino em função das espécies existentes e valorizam a autenticidade e técnicas tradicionais. Já o outro perfil é composto por turistas que integram a pesca como atividade complementar na escolha do destino, procuram integrar a mesma com

experiências gastronómicas, culturais ou outros interesses, sendo fulcral a autenticidade e diversidade das mesmas.

2 Pesca artesanal

De acordo com Bog-EC (2025) a pesca marítima desempenha um papel central na história e na economia de Portugal. Deste os tempos antigos, as comunidades portuguesas dependem do mar para a sua subsistência e para o desenvolvimento cultural. Ao longo dos séculos, as práticas de pesca foram evoluindo, incorporando técnicas inovadoras e respondendo aos desafios ambientais e económicos de cada época. Atualmente, a pesca permanece como uma fonte vital de emprego e um motor económico nas regiões costeiras. Estima-se que a economia do mar represente cerca de 5% do PIB Português (Bog-EC 2025).

Segundo Hall (2021), as pescas artesanais e a aquicultura representam a maior parte da força de trabalho global no setor piscatório, cerca de 90%, e desempenham um papel fundamental nas estratégias de economia azul. Estas atividades promovem simultaneamente benefícios sociais, ao apoiar comunidades locais e preservar tradições, benefícios económicos, ao criar emprego e possibilitar rendimentos e benefícios ambientais, ao permitir uma utilização mais sustentável dos recursos marítimos.

O Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental de Vila do Conde (CMIA, 2024), define a pesca como a atividade de captura de peixes e de outros organismos aquáticos, nomeadamente crustáceos, molúsculos e equinodermes. Esta prática pode ocorrer em rios (pesca fluvial), lagos (pesca lacustre) ou mares (pesca marítima) podendo ter finalidades diversas, como a exploração comercial, a subsistência, a recreação ou outros propósitos de carácter científico ou cultural.

No âmbito da pesca marítima, é possível distinguir várias modalidades em função da área de operação, da distância percorrida e da capacidade das embarcações. A pesca local desenvolve-se essencialmente em estuários, lagoas costeiras, praias e zonas próximas da orla marítima, coincidindo em grande medida com a chamada pesca artesanal. A pesca costeira ocorre em águas marítimas mais afastadas, embora possa também integrar práticas artesanais, dependendo do tipo de navegação e o raio de ação. A pesca de alto é realizada a distâncias consideravelmente superiores das zonas

costeiras, exigindo maior autonomia das embarcações e envolvendo deslocações para pesqueiros longínquos, frequentemente sem terra à vista. Por último, a pesca longínqua é efetuada por frotas equipadas com meios de conservação e processamento que lhes permite operar durante vários meses em áreas distantes (CMIA, 2024).

Segundo o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA, 2025), grande parte das unidades de pequena pesca são empresas familiares, operando normalmente apenas uma embarcação. Propriedade do próprio pescador ou patrão, o que reforça o caráter tradicional, comunitário e de proximidade que distingue este setor.

De acordo com o IPMA (2025), as embarcações de pesca em Portugal classificam-se consoante a área que operam em três categorias:

- I. Embarcações de pesca local, com o comprimento até 9m, que operam na área da sua capitania e em capitánias adjacentes;
- II. Embarcações de pesca costeira, com comprimento superior a 9m e igual ou inferior a 35m;
- III. Embarcações de pesca do largo, destinadas a operações em zonas mais afastadas da costa.

Nas comunidades piscatórias das Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde, predominam as embarcações de pesca costeira, que permitem atuar ao longo do litoral, adaptando-se às condições locais e às espécies-alvo mais comuns, como o polvo, a sardinha ou o peixe branco.

A pesca artesanal, também denominada pequena pesca, caracteriza-se pela prática de atividades de pesca tanto em águas interiores (estuários, lagoas, rias e rios) como em águas oceánicas próximas da costa. Este tipo de pesca distingue-se pelo uso de pequenas embarcações e artes de pesca seletivas, geralmente de menor dimensão, o que reduz significativamente o impacto sobre os recursos vivos marinhos. Além disso, observa-se uma estreita relação entre o pescador, os recursos naturais e a comunidade local, refletindo a importância socioeconómica e cultural desta atividade (Martins & Carneiro, 2021).

Em Portugal, a pesca artesanal possui uma tradição ancestral, encontrando-se fortemente enraizada em pequenas comunidades piscatórias distribuídas ao longo de todo o litoral (Martins & Carneiro 2021). Para o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA, 2025) a pesca artesanal representa muito mais do que uma simples atividade

económica, é uma tradição cultural e histórica marcada pela diversidade de métodos de pesca, espécies capturadas e transmissão intergeracional de saberes.

Do ponto de vista socioeconómico, a pesca artesanal contribui para o emprego, rendimento, subsistência e segurança alimentar das comunidades, além de apoiar atividades complementares como o turismo (IPMA, 2025; Observatório Marinho de Esposende [OMARE], 2018; Pesca Barrento, 2020). Os pescadores combinam experiência prática, conhecimento ecológico e tradição, adaptando constantemente técnicas para garantir sustentabilidade e preservação dos recursos (Martins & Carneiro, 2021).

A modernização tecnológica, incluindo novos materiais para embarcações, motorização e mecanização a bordo, trouxe maior eficiência, segurança e produtividade, mantendo o carácter adaptativo da pesca artesanal (Martins & Carneiro, 2021).

A diversidade de artes e técnicas em Portugal resulta da forte tradição marítima e diversidade ecológica das zonas costeiras e oceânicas (Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos [DGRM], 2025; Martins & Carneiro, 2021).

A regulamentação é definida pela DGRM (2025), através de portarias que estabelecem características técnicas, dimensões, zonas de operação, períodos legais de captura, malhagens e espécies alvo. As principais artes regulamentadas incluem, pesca com redes de arrasto, pesca com redes de emalhar, pesca à linha, pesca com arte de cerco, pesca por draga, apanha de animais marinhos e pesca apeeda, apanha de algas, pesca por armadilha e pesca por arte envolvente-arrastante.

A pesca em Vila do Conde, mais concretamente nas Caxinas e Poça da Barca, caracteriza-se principalmente pelo uso de armadilhas e de redes de emalhar. Estes dois métodos tradicionais, estão presentes no quotidiano dos pescadores e são eles que permitem capturar os diversos tipos de espécies.

2.1 Pesca com armadilhas

Segundo Martins & Carneiro (2021) A pesca com armadilhas é um método passivo, no qual os recursos (peixes, moluscos ou crustáceos) são capturados ao procurarem abrigo ou alimento. As armadilhas podem possuir diversas formas, sendo os mais frequentes nesta comunidade os alcatruzes e os covos.

Os alcatruzes: podem também ser chamados de “potes” ou “vasilhas”, tradicionalmente em barro, agora fabricados em plástico. Estes elementos são presos a uma linha denominada de “baixada” ou “alfoque”, podendo ser agrupados em centenas numa estrutura comum chamada “madre” formando assim uma rede organizada. Este método é seletivo, especialmente para a captura de polvo, sendo utilizado ao longo de toda a costa (Martins & Carneiro 2021). Este molusco representa uma grande percentagem do pescado das embarcações das Caxinas e Poça da Barca.

Os covos são armadilhas rígidas de estrutura metálica forradas com rede plástica, utilizadas isoladamente ou em teias, caladas no fundo e iscadas com sardinha ou cavala. O seu tamanho varia mediante a espécie que pretendem capturar, com base nas malhagens regulamentadas de acordo com a espécie; 8-29mm para o polco, navalheiras e camarão branco; 30-50mm para peixes, lagostim e navalheira; >50mm para espécies maiores, incluindo crustáceos (Martins & Carneiro 2021).

Segundo Martins & Carneiro (2021) estas armadilhas utilizam dispositivos que dificultam a saída das presas, seja para procurarem abrigo ou alimento, aumentando a eficiência da captura e evitando a pesca intensiva.

2.2 Pesca com redes de emalhar

Outro método tradicional presente nestas embarcações é a utilização de redes de emalhar, que podem ser classificadas em diversas categorias, sendo as utilizadas nas Caxinas e Poça da Barca as redes de um pano e as redes de tresmalho.

As redes de um pano são compostas por malhas de dimensão específica, que influencia a retenção dos peixes, permitindo uma captura seletiva. Estas artes podem ser fundeadas ou deixadas à deriva, mediante a espécie que pretendem capturar, podendo legalmente possuir um comprimento máximo de 5.000m e de altura até 10m. As que são fundeadas, tem o intuito de capturar salmonete, faneca e pescada, já as que ficam à superfície o intuito de capturar a sardinha (Martins & Carneiro, 2021).

As redes de tresmalho, são compostas por três panos denominado de “miúdo” e “alvitanas”, em que o peixe fica primeiro emalhado e depois enredado. Estas são menos seletivas do que as de um pano e podem ser fundeadas ou colocadas à superfície. As redes fundeadas apresentam um comprimento máximo de 6.000 metros e uma altura máxima

de 5 metros, com atuação limitada a zonas localizadas para além de ¼ de milha da costa, excetuando-se algumas artes tradicionais exercidas em praias (Martins & Carneiro, 2021).

2.3 Armazéns de aprestos

Para que as artes de pesca estejam prontas para utilização, existem duas possibilidades. Podem ser adquiridas em lojas especializadas de pesca, ou elaboradas por uma equipa especializada em terra. Estes elementos dedicam-se exclusivamente à construção e reparação das artes de pesca e é sem dúvida a opção mais utilizada pelas comunidades piscatórias uma vez que apresenta um menor custo e maior eficiência. A existência deste serviço permite prolongar a vida útil das artes e adaptá-las às necessidades específicas das embarcações e espécies alvo.

Outrora, estes serviços estavam alocados no próprio porto de pesca, em garagens ou anexos do local de residência do patrão da embarcação ou em espaços alugados para o efeito.

Com o programa MAR 2020 (2020), foram construídos 115 armazéns de aprestos em Vila do Conde, inaugurados em 2022, centralizando serviços próximos ao porto de pesca, modernizando instalações e apoiando a continuidade da pesca artesanal (Câmara Municipal de Vila do Conde, 2022).

2.4 Situação atual da pesca

Nas últimas décadas, o setor das pescas em Portugal tem atravessado uma crise profunda, refletida num declínio contínuo da mão de obra e na perda de relevância económica e social da atividade. Segundo Marques (2025), o país perdeu cerca de dois terços dos seus trabalhadores das pescas em apenas quarenta anos, um terço nas últimas duas décadas e 16% no último decénio, revelando uma tendência preocupante de abondo progressivo da profissão. Esta perda de capital humano traduz-se na transformação de uma atividade outrora prestigiada e herdada de geração em geração numa profissão cada vez menos atrativa, inclusive em comunidades tradicionalmente piscatórias como as Caxinas, em Vila do Conde.

Entre as causas apontadas para este declínio, destacam-se a desvalorização económica da atividade, os baixos preços do pescado em lota, que podem multiplicar-se até sete vezes no percurso até ao consumidor final, a burocracia excessiva, as contantes fiscalizações e a escassez de mão de obra nacional (Marques, 2025; Observador, 2018). A estes fatores soma-se, de acordo com a Rádio e Televisão de Portugal (RTP, 2024), a ameaça de novas dinâmicas produtivas que afetam diretamente a sustentabilidade do setor, como a expansão da aquacultura e a instalação de parques eólicos em alto mar. Tais transformações têm reforçado o sentimento de incerteza entre os pescadores e contribuído para o abandono da profissão, especialmente entre as gerações mais jovens (Teixeira, 2024).

A desvalorização social e económica da pesca tem tido consequências profundas no tecido social das comunidades piscatórias. Teixeira (2024) sublinha que a falta de incentivos públicos e de apoio estatal, bem como a redução dos benefícios associados ao reconhecimento da pesca como profissão de risco, têm afastado os jovens, inclusive aqueles formados em instituições especializadas como o Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar (FOR-MAR). Fátima Castanho (citada em Teixeira, 2024) reforça esta ideia, apontando a diminuição progressiva do reconhecimento profissional e da proteção laboral como fatores determinantes no abandono da atividade.

Contudo, esta crise não é exclusiva de Portugal. A Confederação do Turismo de Portugal (2021) observa que o envelhecimento progressivo da classe piscatória, aliado ao aumento dos custos operacionais, nomeadamente o preço dos combustíveis e as políticas comunitárias de abate de frotas tem agravado o declínio do setor em diversos países europeus. O resultado é a incapacidade de assegurar a substituição geracional, fenómeno que ameaça a continuidade das práticas tradicionais e o equilíbrio económico das comunidades dependentes do mar.

Face à falta de trabalhadores nacionais, a solução encontrada pelo setor tem sido a integração de mão de obra estrangeira, especialmente da Indonésia. De acordo com Teixeira (2024), os pescadores indonésios representam atualmente cerca de 75% dos trabalhadores embarcados nas frotas das Caxinas, alterando significativamente a composição social da comunidade local. José Festas, presidente da Associação Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar (APMSHM), estima uma carência nacional de cerca de

1.500 pescadores, lacuna que tem vindo a ser particamente colmatada pela presença de trabalhadores estrangeiros (Ferreira & Serrão, 2018).

A escolha de profissionais indonésios justifica-se pelas semelhanças culturais e técnicas com a pesca artesanal portuguesa e reconhecida pela competência destes trabalhadores. Do ponto de vista dos migrantes, a motivação principal para a deslocação é a natureza económica, uma vez que os salários praticados em Portugal são significativamente superiores aos da Indonésia, proporcionando melhores condições de via (Ferreira & Serrão, 2018).

Esta integração multicultural tem produzido também efeitos socioculturais visíveis. A língua indonésia, *bahasa*, passou a ser parte do quotidiano nos portos portugueses, simbolizando uma nova fase de hibridização cultural nas comunidades piscatórias (Observador, 2024). Apesar das barreiras linguísticas, as práticas e saberes do mar funcionam como linguagem universal, permitindo a cooperação e integração funcional das equipas a bordo. Armadores e sindicatos reconhecem amplamente o contributo dos imigrantes, afirmando que “se não fosse esta solução da Indonésia e dos estrangeiros trabalharem na pesca, o setor teria paralisado” (Observador, 2024).

A situação portuguesa insere-se num quadro global de reconfiguração das atividades piscatórias, marcado por desafios económicos, regulatórios e ambientais (Valor Económico, 2025). Estes desafios incluem a sobrepesca, as alterações climáticas, a perda da biodiversidade e a pressão sobre os ecossistemas marinhos, exigindo respostas coordenadas e políticas sustentáveis (Bog-EC, 2025).

Martins e Carneiro (2021) acrescentam que, ao longo do século XX, a perda de rentabilidade, a escassez de mão de obra, o aumento da regulamentação e a diminuição dos recursos marinhos levaram ao desaparecimento de diversas artes tradicionais. Assim, a crise atual não representa apenas um fenómeno conjuntural, mas o culminar de um processo histórico de erosão da sustentabilidade social, económica e ambiental do setor.

Neste contexto, a criação de um roteiro interpretativo sobre a pesca artesanal surge como uma oportunidade de revalorização económica, social e patrimonial do setor. Ao integrar o turismo como nova fonte de rendimento, este tipo de iniciativa permite diversificar a economia local, criar novas formas de emprego e reforçar o sentimento de identidade das comunidades piscatórias. Para além de contribuir para a

preservação dos saberes e práticas tradicionais, um roteiro interpretativo promove a educação ambiental e cultural dos visitantes, fomentando o reconhecimento público da pesca artesanal como parte do património vivo português. Assim, o turismo interpretativo pode desempenhar um papel estratégico na revitalização das comunidades costeiras, transformando a crise do setor numa oportunidade de sustentabilidade económica, cultural e ambiental a longo prazo.

3 Contextualização do território

Vila do Conde é uma cidade costeira situada no distrito do Porto, na região Norte de Portugal, integrando a Área Metropolitana do Porto. O município é composto por 21 freguesias (Junta de Freguesia de Vila do Conde, 2025). A sua localização geográfica, delimitada a Oeste pelo Oceano Atlântico e a Sul pelo rio Ave, confere-lhe uma posição estratégica que influenciou fortemente a sua evolução económica, social e urbana ao longo dos séculos (Costa, 2025).

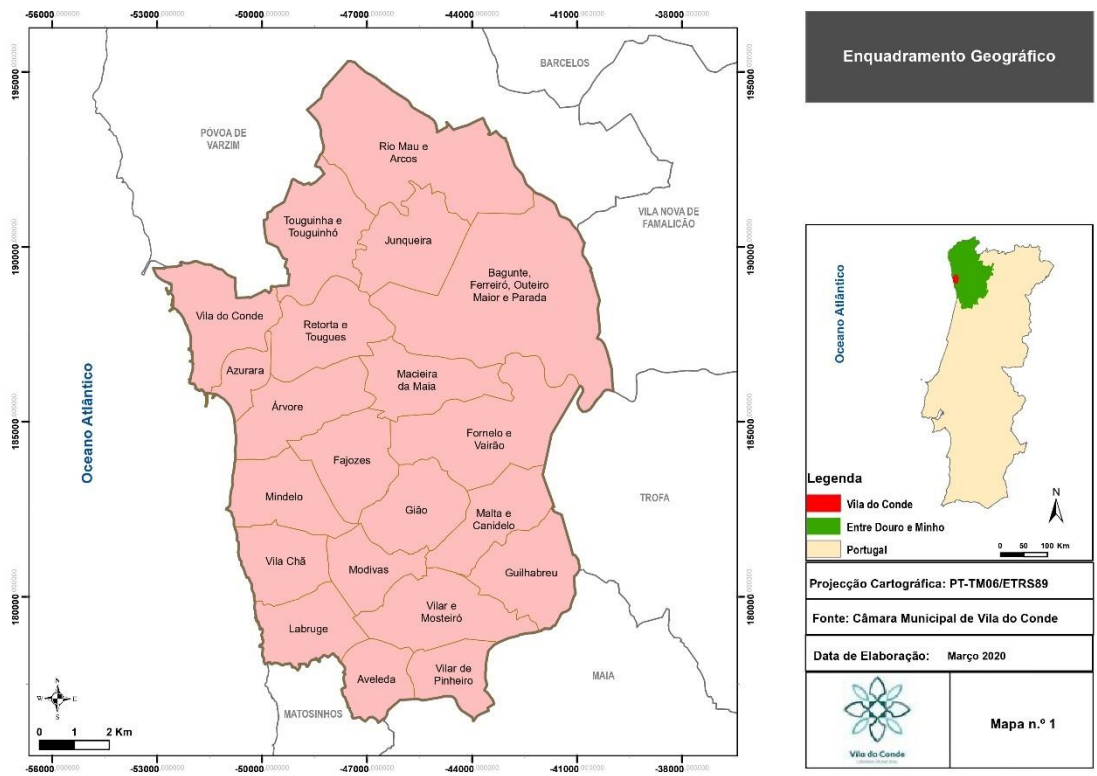


Figura 1 - Enquadramento geográfico do concelho de Vila do Conde.

Fonte: Câmara Municipal de Vila do Conde (2020)

A antiguidade de Vila do Conde é amplamente reconhecida, com referências documentais que remontam ao ano de 953, quando a “Villa de Comite” foi mencionada numa carta de venda de bens por Flamula Deo-Vota ao Mosteiro de Guimarães (Junta de Freguesia de Vila do Conde, 2025).

Durante o século XVI, Vila do Conde tinha uma área aproximada de 8,5 km² e uma população entre 3.600 e 4.000 habitantes, concentrando-se sobretudo ao longo do rio Ave. Atualmente, segundo os Censos de 2021, o município regista 80.825 habitantes, o que representa um crescimento populacional de 1,6% em relação a 2011 (Câmara Municipal de Vila do Conde, 2025). Esta evolução traduz uma transformação gradual do espaço urbano, inicialmente concentrado no Castro de S. João Baptista e progressivamente expandindo em direção ao mar (Junta de Freguesia de Vila do Conde, 2025).

As primeiras indicações da atividade piscatória e salineira datam do século IX, refletindo a importância do mar na organização económica e social do território (CMIA, 2025). A ligação entre Vila do Conde e o mar é, portanto, estrutural. A cidade desenvolveu-se em torno das atividades marítimas, como o comércio, construção naval, salicultura e a pesca que sustentaram a economia e definiram a identidade cultural da comunidade (Costa, 2025; Junta de Freguesia de Vila do Conde, 2025). Embora atualmente Vila do Conde combine funções industriais, residenciais e turísticas, a pesca continua a ser um elemento simbólico e identitário que perdura e se reflete na paisagem urbana e na vida quotidiana (Câmara Municipal de Vila do Conde, 2025).

Entre os territórios que evidenciam esta herança marítima, destaca-se o Núcleo Urbano de Caxinas e Poça da Barca (NUCPB), considerado uma das principais comunidades piscatórias do país. Integrado na freguesia de Vila do Conde, este núcleo representa cerca de 36% da população total da cidade, com 29.384 habitantes (Câmara Municipal de Vila do Conde, 2021). Esta área urbana consolidou-se em torno da pesca e das atividades que dela dependem (Costa, 2025).

Caxinas e Poça da Barca são territórios formados por pescadores vilacondenses e poveiros, muitos deles com origens modestas, que procuravam proximidade ao mar e condições de subsistência. Apesar de oficialmente pertencerem a Vila do Conde, os seus habitantes são reconhecidos como “caxineiros”, expressão que traduz uma forte identidade comunitária e cultural (Costa, 2025; Público, 2024). A vida quotidiana sempre

esteve intimamente associada à pesca, atividade que exigira coragem, fé e solidariedade, valores que moldaram a identidade coletiva destas comunidades (Ferreira & Serrão, 2018; Guedes, 2019).

Ferreira e Serrão (2018) descrevem Caxinas como um território que emergiu “quase nada plantado sobre a dunas”, desenvolvido a partir da ligação vital entre o homem e o mar. Guedes (2019) acrescenta que, desde meados do século XIX, quando surgiram os primeiros aforamentos, o núcleo era habitado maioritariamente por classes desfavorecidas dedicadas à pesca e à recolha de sargaço. Esta forte relação com o mar traduziu-se não apenas em modos de vida, mas também em práticas culturais e religiosas que ainda hoje se mantêm, como as procissões e festividades dedicadas aos santos protetores dos pescadores.

A Câmara Municipal de Vila do Conde (2025) reconhece Caxinas como uma das marcas identitárias mais expressivas do concelho, destacando a importância da pesca como elemento central da cultura do concelho. Abel Coentrão (citado em Público, 2024) sublinha que, enquanto no centro histórico de Vila do Conde apresentava-se uma sociedade burguesa mais voltada para o rio, nas Caxinas predominava um operariado marítimo, diretamente ligado ao mar e à sua economia.

As etimologias do nome Caxinas, segundo Guedes (2019), têm interpretações diversas, desde “cacimba”, associada ao nevoeiro marítimo, até “cachinare”, do latim, ligado à vivacidade das mulheres locais, estas leituras etimológicas reforçam a ligação simbólica entre o espaço, o mar e a sua comunidade.

A materialização desta identidade piscatória reflete-se na própria morfologia urbana. Guedes (2019) descreve as habitações do NUCPB como construções simples, alinhadas em ruas estreitas e paralelas, concebidas para responder às necessidades dos pescadores e das suas famílias. As fachadas ornamentadas com azulejos coloridos e motivos religiosos simbolizam a devoção e o vínculo espiritual ao mar (Guedes, 2019). Ferreira e Serrão (2018) observam ainda que, apesar da crescente integração urbana, as Caxinas mantêm características de comunidade unida e autónoma comparável a outros aglomerados piscatórios do norte de Portugal.

A pesca artesanal continua a ter relevância na economia local, não apenas pela criação de emprego direto, mas também pelo seu impacto cultural e simbólico na preservação da memória coletiva (Câmara Municipal de Vila do Conde, 2025). Trata-se

de uma atividade que transcende o domínio económico, assumindo um papel interpretativo e patrimonial, sendo o mar e a pesca elementos do território resultantes da relação entre as comunidades e o ambiente costeiro.

Neste contexto, Caxinas e Poça da Barca constituem um território onde a tradição marítima e a identidade cultural se unem.

4 Plano estratégico de marketing turístico de Vila do Conde

O Plano Estratégico de Marketing turístico de Vila do Conde (PEMTVC, 2024), foi lançado em 2024, com o objetivo de orientar políticas e ações associadas ao desenvolvimento turístico do concelho.

De acordo com este documento, as atividades náuticas, ao mar e à cultura piscatória um papel central no posicionamento do território enquanto destino turístico. Este enquadramento reforça a pertinência e a necessidade de desenvolver produtos turísticos que integrem a pesca artesanal, a cultura marítima e as vivências das comunidades piscatórias locais, o que vai de encontro com a proposta deste estudo (PEMTVC, 2024).

No PEMTVC (2024) é mencionado que Vila do Conde não é um destino náutico consolidado, contudo, são identificados uma série de condições naturais, geográficas, culturais e históricas que demonstram o grande potencial existente para o desenvolvimento deste segmento. Este planeamento tem o intuito de tornar o concelho em um destino náutico consolidado, com o auxílio de atividades como a pesca, remo, canoagem, surf e náutica de recreio (PEMTVC, 2024).

Este plano apresenta a comunidade das Caxinas, como uma das marcas mais fortes e identitárias de Vila do Conde, reforçando que esta constitui uma das comunidades piscatórias mais antigas e representativas a nível cultural do país.

O território é composto atualmente com 44 agentes de animação turística, sendo 12 marítimo-turísticos, o que representa uma quantidade relevante, mas sem a presença de agentes que promovam atividades relacionadas com a pesca artesanal (PEMTVC, 2024).

O PEMTVC (2024) define segmentos estratégicos direcionados ao turismo náutico, destacando dois grupos, os *Nautical Lovers*, e os *Nautical Professionals* que são compostos por dois subgrupos.

O primeiro grupo, *Nautical Lovers*, é constituído pelos *Watersport Lovers*, visitantes motivados pelos diversos desportos náuticos tais como, bodyboard, surf, SUP, canoagem e remo e pelos *Nautical Culture Enthusiasts*, que correspondem a turistas interessados na cultura náutica, nas tradições piscatórias e na história marítima. Este é precisamente o público que se enquadra no presente estudo.

Já os *Nautical Professionals*, são compostos por profissionais do desporto náutico, que procuram praias, eventos, desportos e atividades e por mareantes, que procuram infraestruturas e serviços náuticos qualificados.

Todos estes segmentos têm em comum a paixão pela náutica e por atividades diferenciadoras, autênticas e culturais que se encontrem de alguma forma relacionadas com esta temática. São provenientes de mercados estratégicos como Espanha, Alemanha, França, Reino Unido, Estados Unidos da América (EUA), Brasil, Canadá, Países Baixos e Escandinávia. O facto de podermos integrar património material e imaterial com a participação das comunidades locais, como é o caso do roteiro interpretativo, ainda vem fortalecer a adesão por parte destes segmentos (PEMTVC, 2024).

Neste plano, existem também diversos dados relativos ao turismo no destino, que são importantes analisar (PEMTVC, 2024).

A análise da oferta e da procura evidencia algumas fragilidades que reforçam a necessidade de alguma intervenção.

A estadia média entre os anos 2019 e 2023 foi de 1,6 noites, um valor bastante reduzido quando comparado à Área Metropolitana do Porto (2,1 noites) e a Portugal Continental (2,4 noites).

A ocupação existente corresponde a 45,6%, sendo uma vez mais bastante redutora, tendo em conta que o Porto possui 56,7% e destinos próximos como Matosinhos 51,9%.

O *Revenue Per Available Room* (RevPAR) apresenta um crescimento bastante baixo, de 45€ em 2019 para 47,8€ em 2023.

O turismo doméstico corresponde a 47,2% da totalidade dos hóspedes, o que representa uma grande dependência do turismo doméstico. Os turistas estrangeiros pernoitam ligeiramente mais (1,7 noites), do que os nacionais (1,5 noites), apesar do grande potencial do mercado estrangeiro, os resultados na sua generalidade são pouco expressivos.

Existe também, uma grande dependência do turismo de Sol e Mar, que representa 47,4% das motivações, o que contribui para a sazonalidade do destino.

Em simultâneo existe uma grande procura por história cultura e gastronomia, onde o roteiro interpretativo se encontra inserido e contribui para a diversificação da oferta, aumento da atratividade internacional, prolongamento da estadia e diminuição da sazonalidade (PEMTVC, 2024).

No PEMTVC (2024), estão presentes dados obtidos juntamente dos dinamizadores turísticos locais, onde foi possível perceber que a palavra que associam com maior percentagem ao destino é mar (31,6%).

Contudo, identificam algumas falhas relacionadas com a experiência do turista, nomeadamente, fraca divulgação externa do destino, ausência de oferta cultural estruturada ligada ao mar, a necessidade de experiências autênticas e maior animação e a carência de atividades diferenciadoras durante todo o ano (PEMTVC, 2024).

Com base na opinião dos dinamizadores turísticos podemos, mais uma vez, reforçar a pertinência do roteiro interpretativo e perceber que os mesmos compreendem a necessidade de serem desenvolvidos produtos deste tipo.

As metas definidas por este plano até 2030 incluem atingir 90 mil hóspedes e 160 mil dormidas, elevar o RevPAR para 57,50€, reduzir a sazonalidade, diversificar a oferta turística e fortalecer a autenticidade e sustentabilidade do destino (PEMTVC, 2023).

O PEMTVC (2024), sugere diversas ações que se alinham plenamente com o desenvolvimento do roteiro, nomeadamente, criar tours culturais ligados à herança marítima, envolver os pescadores locais em iniciativas de turismo, criar *press trips* temáticas ligadas às Caxinas, desenvolver experiências integradas que valorizem a cultura local, dinamizar o rio através de embarcações para atividades turísticas e realizar parcerias com empresas e marcas locais.

5 Análise da concorrência / *benchmarking*

A literatura relacionada com o *benchmarking* converge a sua definição enquanto um processo sistemático orientado para a melhoria contínua do desempenho organizacional, baseado na identificação, compreensão, adaptação e implementação de práticas no interior e exterior das organizações. O *benchmarking* não se limita à comparação dos resultados, assumindo-se como um mecanismo estruturado de aprendizagem organizacional centrado na análise crítica de processos, métodos e comportamentos que conduzem a níveis elevados de desempenho (Barinua & Nnadozie Walls, 2022; Purmala & Debora; Khalid et al., 2024).

Barinua e Nnadozie Walls (2022) consideram o *benchmarking* um instrumento essencial para o posicionamento competitivo das organizações permitindo compreender lacunas de desempenho e definir prioridades de melhoria com base em referências internas, setoriais ou internacionais. Esta perspetiva é também partilhada por Apasieva e Arsova (2025), que enquadram o *benchmarking* como um recurso fundamental no apoio à tomada de decisão estratégica.

No que diz respeito aos objetivos do *benchmarking*, a literatura aponta múltiplas finalidades complementares. Khalid et al. (2024) salientam a sua capacidade de fornecer uma avaliação independente e objetiva do desempenho organizacional, criando uma base realista para a definição de metas quantitativas. Paralelamente, Wudhikarn et al. (2020) evidenciam o papel do *benchmarking* no planeamento e gestão de atividades que influenciam diretamente a competitividade e a sustentabilidade das organizações. Estes contributos são reforçados por Purmala e Debora (2021), que associam o *benchmarking* à melhoria da qualidade, à eficiência operacional e à identificação de fatores críticos de sucesso e de falhas.

Outro aspeto amplamente abordado na literatura prende-se com o papel do marketing como catalisador de inovação e de aprendizagem. Khalid et al. (2024) destacam que a exposição a práticas externas incentiva a criatividade das equipas e amplia a base de experiência organizacional, permitindo replicar soluções eficazes e evitar abordagens comprovadamente ineficazes. De forma semelhante, Barinua e Nnadozie Walls (2022) interpretam o *benchmarking* como um processo essencialmente

pedagógico, no qual as organizações aprendem com outras realidades e adaptam esse conhecimento ao seu próprio contexto.

Relativamente às tipologias de *benchmarking*, observa-se um consenso quanto à diversidade de abordagens possíveis. Wudhikarn et al. (2020) e Apasieva e Arsova (2025) apresentam classificações que incluem *benchmarking* interno, competitivo, funcional, genérico, de desempenho, de processos e estratégico, refletindo diferentes níveis de análise e objetivos específicos. Esta multiplicidade de tipologias reforça o caráter flexível do benchmarking, permitindo a sua aplicação transversal em diversos setores.

No contexto específico do turismo e dos destinos turísticos, Khalid et al. (2024) e Ekonomou e Halkos (2024) sublinham a relevância do *benchmarking* enquanto instrumento de avaliação integrada do desempenho, considerando simultaneamente dimensões económicas, sociais, ambientais e de gestão. Estes autores defendem que o *benchmarking* aplicado a destinos permite identificar o seu posicionamento relativo, orientar estratégias de melhoria da experiência turística e apoiar a adoção de princípios de desenvolvimento sustentável.

Em síntese, o *benchmarking* é amplamente reconhecido como um instrumento estratégico, orientado para a melhoria contínua, a aprendizagem organizacional e o reforço da competitividade.

Neste enquadramento, a presente investigação recorre à análise comparativa de experiências implementadas em territórios que apresentam características semelhantes ao caso em estudo, nomeadamente a presença de comunidades piscatórias tradicionais, a forte relação histórica e cultural com o mar e o desenvolvimento de iniciativas turísticas baseadas na valorização do património marítimo.

Para este efeito, foram selecionados dois destinos de referência, um no âmbito nacional e outro internacional.

O primeiro corresponde à Região Autónoma dos Açores, território onde a cultura marítima assume um papel estruturante da identidade regional e onde se tem verificado o desenvolvimento e atuação de iniciativas de turismo de pesca e de experiências interpretativas associadas ao quotidiano das comunidades piscatórias. Segundo o Correio dos Açores (2024), a cultura marítima constitui um elemento diferenciador da identidade regional, sendo progressivamente integrada em produtos turísticos que

promovem a valorização do património cultural e contribuem para a diversificação da economia local.

O segundo corresponde a Itália, país pioneiro na regulamentação e desenvolvimento do turismo associado à atividade piscatória, sendo reconhecido como um dos primeiros em contexto europeu a institucionalizar a ligação entre o turismo e a pesca (Romanelli, 2021). De acordo com Romanelli (2021), o desenvolvimento da pesca-turismo em território italiano surge como uma estratégia de diversificação funcional do setor das pescas, permitindo complementar o rendimento dos pescadores, reduzir a vulnerabilidade económica associada à sazonalidade e às restrições impostas à atividade piscatória e promover a valorização do conhecimento tradicional e do património cultural. O autor destaca ainda que estas iniciativas permitem reforçar a multifuncionalidade das comunidades costeiras através da integração do turismo, educação ambiental e preservação das práticas tradicionais ligadas ao mar.

A seleção destes dois destinos fundamenta-se na relevância das suas práticas enquanto exemplos de integração entre turismo, património cultural e desenvolvimento local sustentável. A análise comparativa das experiências existentes nestes dois territórios permitirá identificar fatores críticos de sucesso, modelos organizativos e estratégias de valorização de património piscatório que poderão contribuir para o desenvolvimento do roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde.

5.1 Destino nacional - Açores

5.1.1 Enquadramento legal

Nos Açores, a prática de turismo associado à atividade piscatória encontra-se expressamente enquadrada e autorizada por legislação regional própria, que prevê o embarque de turistas em embarcações de pesca comercial, no âmbito da denominada pesca-turismo.

O Decreto Legislativo Regional n.º 36/2008/A, de 30 de julho, estabelece o quadro legal da pesca-turismo exercida nas águas da subárea dos Açores e da Zona Económica Exclusiva portuguesa. Este diploma define a pesca-turismo como uma

atividade de natureza turístico-recreativa e cultural, desenvolvida por operadores licenciados, utilizando embarcações registadas para o exercício da pesca comercial, permitindo a presença de indivíduos não pertencentes à tripulação profissional a bordo dessas embarcações (Região Autónoma dos Açores, 2008).

O diploma legal clarifica que a pesca-turismo pode integrar a observação e participação na atividade de pesca, desde que sejam respeitadas as normas de segurança e os limites de lotação estabelecidos, distinguindo-se, assim, de simples passeios marítimos sem ligação à prática profissional da pesca (Região Autónoma dos Açores, 2008).

Adicionalmente, a legislação estabelece procedimentos formais associados ao embarque de turistas, determinando que o operador deve proceder ao registo dos indivíduos não marítimos embarcados, incluindo a identificação e o número de turistas presentes em cada saída para o mar. Define ainda limites quanto ao número máximo de passageiros, fixando um teto de 12 indivíduos não marítimos por embarcação (Região Autónoma dos Açores, 2008).

Deste modo a legislação regional assume um papel central na legitimação e regulamentação do embarque dos turistas em embarcações de pesca, contribuindo para a valorização da cultura marítima açoriana salvaguardando as condições de segurança e controlo da atividade.

Este enquadramento jurídico tem permitido o desenvolvimento de diversas iniciativas de pesca-turismo no arquipélago, promovidas por associações, operadores turísticos e pescadores, proporcionando experiências autênticas de contato com a pesca tradicional açoriana, como demonstram diferentes projetos e atividades divulgados em plataformas institucionais e promocionais de turismo.

5.1.2 Experiências existentes

As atividades de pesca-turismo nos Açores apresentam-se como experiências estruturadas, que permitem ao visitante um contato direto com a atividade piscatória, variando quanto ao grau de participação, à duração e ao enfoque cultural, técnico ou recreativo da experiência.

Um dos exemplos representativos deste tipo de oferta é promovido pela Associação Marítima de Pesca e Aquicultura da Ilha Terceira, com uma duração de 3 a 4 horas. A atividade inicia-se em terra com a receção aos participantes e com uma contextualização da pesca enquanto prática económica e cultural local, incluindo visitas ao porto de pesca e a espaços interpretativos associados à atividade piscatória. Esta componente introdutória permite ao visitante compreender o funcionamento da pesca artesanal, as artes utilizadas e o papel da comunidade local. Posteriormente entram a bordo de uma embarcação de pesca e acompanham os pescadores a uma saída ao mar. A experiência possibilita o contato direto com a prática da pesca, o quotidiano dos pescadores e pode ainda integrar momentos de partilha gastronómica, reforçando a ligação entre a captura o consumo e a identidade local (Posto de Turismo, s.d.).

Outro tipo de atividade, promovido pelo *Visit Portugal*, é relativa à empresa *Velfishingtur* centra-se essencialmente na experiência da pesca propriamente dita. Neste formato, o principal enfoque reside no embarque em uma embarcação de pesca e no acompanhamento da atividade no mar, permitindo ao turista observar e participar nas tarefas associadas à pesca. A experiência destaca o contato direto com o ambiente marítimo e com a prática profissional, proporcionando ao visitante a possibilidade de capturar o seu próprio peixe, sempre sob a orientação dos pescadores (Visit Portugal, s.d.).

A experiência divulgada pelo Visit Azores, sob a designação HáMar, acrescenta uma dimensão complementar ao integrar a pesca com a observação costeira e passeio marítimo. Esta atividade é desenvolvida a bordo de um barco tradicional de pesca e combina momentos de pesca com percursos ao longo da linha costeira, permitindo aos participantes usufruir simultaneamente da prática piscatória e da paisagem marítima. Este modelo adapta a pesca-turismo a públicos com diferentes níveis de interesse pela pesca, integrando componentes de lazer, fruição paisagística e o contato com o mar (Visit Azores, s.d.).

No domínio de técnicas de pesca tradicionais específicas, destaca-se a atividade de pesca de salto e vara, divulgada pela DBM Açores. Esta experiência é direcionada a participantes com interesse particular pela pesca artesanal e caracteriza-se por ser uma jornada prolongada no mar, com duração aproximada de 8 horas, onde são abordadas e utilizadas técnicas tradicionais que exigem conhecimento técnico e resistência física. A

atividade inclui o fornecimento de equipamento e acompanhamento especializado, bem como práticas associadas à sustentabilidade, nomeadamente a promoção do *catch and release*. O número reduzido de participantes permitido contribui para uma experiência mais personalizada e tecnicamente orientada (DBM Açores, s.d.).

A experiência Pesca Tradicional Açoriana, promovida pela Terra do Pico, enfatiza a aprendizagem de técnicas ancestrais transmitidas entre gerações de pescadores. Tem a duração de 5 horas e é desenvolvida através de uma embarcação tradicional de madeira, a atividade permite aos participantes conhecer os procedimentos de segurança, os instrumentos utilizados e as práticas de pesca características da comunidade local. (Terra do Pico, s.d.).

Por fim, outro tipo de atividade dentro desta temática é promovido pela AG Expeditions, com o domínio *The Arte of Fishing*. Esta apresenta-se como uma experiência mais flexível e personalizada. A pesca é realizada a partir de zonas habitualmente utilizadas para a atividade piscatória, sendo o percurso e a dinâmica da atividade adaptados aos interesses dos participantes. Para além da prática da pesca, a experiência integra elementos de conforto e hospitalidade a bordo, como o fornecimento de equipamento de segurança e produtos locais (AG Expeditions, s.d.).

De forma transversal, estas atividades têm vindo a assumir uma importância crescente no arquipélago, sendo percecionadas como um complemento económico à pesca e como um meio de valorização da cultura marítima e do património imaterial associado à pesca. O crescimento da pesca-turismo é associado à procura por experiências autênticas e ao enquadramento legal existente, que permite o embarque de turistas em embarcações de pesca (Rádio Atlântida, 2020).

5.2 Destino Internacional – Itália

5.2.1 Enquadramento legal

O turismo associado à pesca em Itália, designado como pesca-turismo, encontra-se regulamentado pelo *Decreto Ministeriale n.º 293*, de 13 de abril de 1999. Este decreto define o conceito jurídico da atividade e as condições temporais e operacionais do seu exercício. De acordo com o mesmo, as atividades de pesca-turismo devem ser realizadas exclusivamente em período diurno, sendo expressamente autorizadas durante todo o ano, incluindo dias festivos, desde que respeitadas as funções de segurança da embarcação e dos passageiros (Italia, 1999; FAOLEX, s.d.).

O enquadramento legal estabelece ainda que a pesca-turismo é exercida como atividade complementar à pesca profissional, o que implica saídas turísticas acompanhem o ritmo habitual do quotidiano do pescador. Deste modo, as experiências assumem saídas de meio dia ou de dia completo, consoante o tipo de pesca praticada, a distância da costa e as condições meteorológicas existentes (Italia, 1999).

A legislação prevê ainda que, no período compreendido entre 1 de novembro e 30 de abril, as embarcações utilizadas para este efeito possuam instalações abrigadas. Este requisito evidencia que as experiências de pesca-turismo podem ocorrer fora da época estival, desde que sejam asseguradas condições adequadas ao conforto e à proteção dos turistas a bordo. Este aspeto reforça a ideia de que a pesca-turismo no território italiano se assume como uma atividade regular e planeada para não ser uma oferta sazonal (FAOLEX, s.d.).

5.2.2 Experiências existentes

Uma das modalidades mais comuns de pesca-turismo em Itália consiste no embarque de turistas em embarcações de pesca artesanal para o acompanhamento da atividade profissional. Estas saídas decorrem, geralmente, durante o período da manhã ou ao longo de um dia completo, permitindo aos participantes acompanhar as principais etapas da atividade piscatória, nomeadamente a largada e a recolha das artes de pesca.

A duração da experiência encontra-se, assim, condicionada pela própria lógica da atividade piscatória (Normativa e Linee Guida Pescaturismo, s.d.).

Outra tipologia recorrente integra a pesca-turismo com atividades de interpretação cultural, nas quais o tempo passado a bordo é complementado com explicações detalhadas sobre técnicas de pesca, espécies capturadas e a organização do trabalho no mar. Estas experiências estruturam-se através de percursos costeiros de curta a média duração, permitindo aos participantes observar o território marítimo e compreender a relação histórica entre a pesca e as comunidades locais (Normativa e Linee Guida Pescaturismo, s.d.).

Em várias regiões, este tipo de turismo incorpora ainda uma componente gastronómica que permite prolongar a experiência além do período passado no mar. Nestes casos, a saída para a pesca, realizada durante o período diurno é complementada com a preparação e degustação do pescado capturado, a bordo ou em terra. Deste modo a experiência assume uma programação para um dia inteiro, articulando a pesca, convívio e experiências gastronómicas (BlueLifeHub, s.d.).

Por fim, algumas iniciativas de pesca-turismo desenvolvem-se em áreas costeiras de elevado valor ambiental, onde a atividade de pesca é combinada com ações de sensibilização para a conservação marinha. Este tipo de experiências reforçam a dimensão educativa e sustentável deste tipo de turismo em território italiano (Normativa e Linee Guida Pescaturismo, s.d.).

Tal como nos Açores, estas experiências assentam no embarque em embarcações de pesca, na transmissão de saberes e conhecimentos tradicionais e na valorização da cultura marítima, permitindo estabelecer uma comparação coerente entre os dois territórios, apesar das diferenças de contexto geográfico e cultural.

6 Roteiro

A literatura reconhece os roteiros como produtos estruturados capazes de articular recursos territoriais dispersos através de uma lógica narrativa, temática e experiencial. De acordo com Vada et al. (2022), os roteiros turísticos constituem uma forma específica de organização da experiência turística, na qual atrações, serviços e atividades são conectados por um tema comum permitindo ao visitante uma leitura integrada do território.

Os autores demonstram existir consenso relativamente à estrutura fundamental dos roteiros turísticos, assente em três principais componentes, um território definido, um conjunto de pontos de interesse interligados e uma experiência turística organizada ao longo do percurso (Vada et al., 2022).

Os roteiros permitem redistribuir fluxos turísticos, estimular economias locais e reforçar a identidade territorial, promovendo ao mesmo tempo experiências mais autênticas e menos massificadas (Vada et al., 2022; Pedrosa et al., 2025).

Desta forma, os roteiros ultrapassam a simples função de orientação espacial, assumindo-se como instrumentos de valorização territorial, capazes de transformar recursos naturais e simbólicos em produtos turísticos integrados e interpretáveis (Pedrosa et al., 2025).

No âmbito dos roteiros de base cultural, a interpretação do património assume um papel central na construção da experiência turística. A interpretação é entendida como um processo de comunicação de significados que permite ao visitante compreender o valor cultural, social e simbólico dos recursos visitados (Nowacki, 2021).

Beltramo et al. (2025) defendem que os roteiros temáticos devem ser entendidos como ferramentas de planeamento territorial, capazes de integrar património cultural, paisagem, comunidade e economia local. Segundo os autores, o sucesso de um roteiro depende da sua capacidade de refletir a identidade do território e de envolver os atores locais no processo de conceção e implementação.

Nowacki (2021) demonstra que a interpretação do património contribui para o aumento da satisfação do visitante para a aprendizagem e para o desenvolvimento de atitudes mais responsáveis face ao património e às comunidades locais. Através da

interpretação, o roteiro transforma-se em um instrumento educativo e experiencial, ultrapassando a simples observação dos lugares.

Abrahams e Bama (2023) reforçam que os roteiros interpretativos são particularmente relevantes em contexto de turismo sustentável, na medida em que promovem a valorização do património cultural imaterial, a transmissão de saberes tradicionais e o contato direto com os detentores desses conhecimentos.

A digitalização, assume um papel crescente no desenvolvimento e promoção de roteiros turísticos. Iakovaki et al. (2023) analisam a integração de tecnologias digitais em rotas culturais, destacando o potencial de aplicações móveis, plataformas digitais e conteúdos multimédia para melhorar a orientação, a interpretação e o envolvimento do visitante.

Segundo os autores, a incorporação de soluções digitais pode enriquecer a experiência turística, desde que estejam concebidas de forma centrada no utilizador e em complementaridade com a interpretação presencial (Iakovaki et al., 2023). Contudo, alertam para a necessidade de garantir acessibilidade e evitar a descaracterização das experiências locais.

Com base na literatura analisada, o roteiro interpretativo da pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde, enquadra-se no modelo de roteiro turístico de base cultural e comunitária. O percurso proposto articula património material e imaterial, práticas tradicionais, espaços de trabalho e vivências quotidianas da comunidade piscatória, permitindo uma experiência integrada do território marítimo

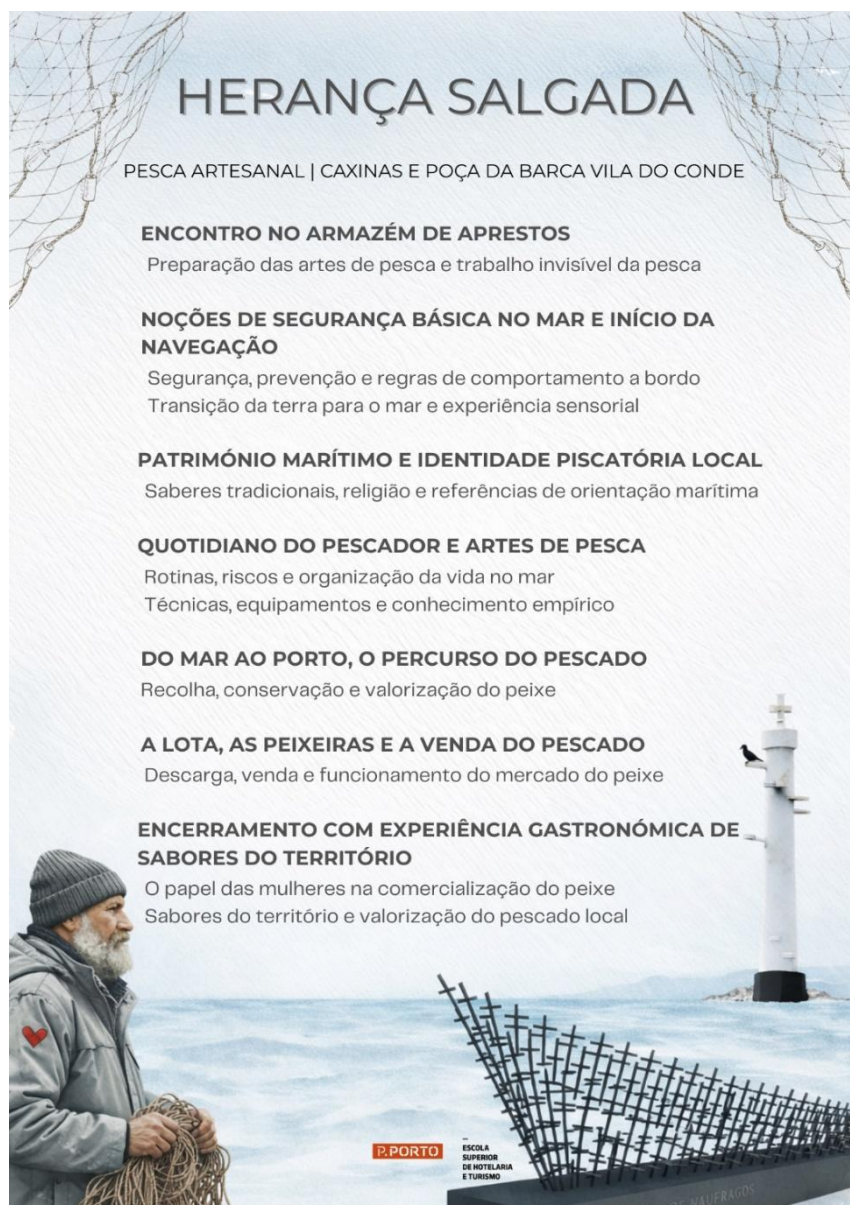


Figura 2 - Proposta de roteiro interpretativo da pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca.

Fonte: Elaboração própria.

O roteiro assume ainda uma dimensão interpretativa, ao privilegiar a transmissão de conhecimentos empíricos, a contextualização histórica e simbólica da pesca artesanal e o envolvimento direto da comunidade local, contribuindo para a valorização da identidade cultural e a promoção de um turismo sustentável e responsável.

6.1 Encontro no armazém de aprestos

O ponto de encontro localiza-se no armazém de aprestos em Vila do Conde, espaço fundamental de apoio à atividade piscatória. É neste local que se inicia a visita permitindo enquadrar a importância do trabalho desenvolvido em terra, nomeadamente a construção, reparação e manutenção das artes de pesca que são utilizadas para a captura do pescado.

Este momento introdutório possibilita apresentar a estrutura organizacional de uma empresa de pesca, evidenciando que a atividade piscatória não se limita ao trabalho realizado a bordo pelos pescadores e pelo mestre da embarcação. É fulcral a existência deste grupo de trabalhadores que, em terra, asseguram a preparação, adaptação e conservação de todo o material necessário à atividade do mar.

Embora as artes de pesca possam ser adquiridas diretamente junto de fornecedores, esta opção revela-se significativamente mais dispendiosa. Deste modo, a maioria das embarcações integra equipas de apoio em terra, atualmente concentradas nestes armazéns, que trabalham de forma contínua ao longo da semana, em função das necessidades específicas de cada embarcação. Estas equipas mantêm uma comunicação constante com o mestre da embarcação, com o objetivo de identificar os materiais que necessitam de ser substituídos ou construídos, de forma a garantir o normal funcionamento da atividade piscatória.

A existência destas equipas em terra representa uma solução economicamente mais rentável, uma vez que possibilita a aquisição de materiais em grande quantidade, como fio, corda, rede, anzóis, potes, entre outros, que são posteriormente transformados nas próprias artes de pesca. Para além disto permite também a reparação das artes provenientes do mar, frequentemente sujeitas a desgaste, bem como o reaproveitamento de materiais, prolongando o seu ciclo de vida útil.

Este ponto inicial do roteiro permite assim, evidenciar o saber associado às artes de pesca, transmitido de geração em geração e continuamente adaptado às exigências técnicas, económicas e regulamentares atuais. Paralelamente contribui para a compreensão do funcionamento de uma empresa de pesca e contextualização da temática. Estes ofícios são fundamentais para a continuidade e sustentabilidade do setor piscatório.

6.2 Deslocação até à embarcação atracada no cais

De seguida, realiza-se uma curta deslocação até à embarcação de pesca, permitindo aos visitantes uma primeira aproximação física e simbólica ao universo marítimo. Este percurso contribui para contextualizar o espaço portuário como local de trabalho quotidiano dos pescadores e como elemento estruturante da paisagem cultural local.

6.3 Colocação dos coletes salva-vidas e briefing de segurança

Antes da entrada na embarcação, procede-se à colocação dos coletes salva-vidas, seguida de um briefing de segurança, no qual são transmitidas regras básicas de comportamento a bordo, procedimentos de emergência e noções elementares da segurança marítima. Este momento reforça a segurança na atividade piscatória, frequentemente associada a contextos de risco e promove uma experiência responsável para os visitantes.

6.4 Apresentação dos componentes da embarcação

Após entrar a bordo da embarcação, é efetuada uma apresentação da casa do leme, também conhecida como ponte, e das principais componentes da embarcação de pesca atual. São explicados os sistemas de navegação, comunicação e apoio à pesca, estabelecendo-se uma comparação com os meios utilizados no passado. Com esta bordagem permite-se compreender a evolução tecnológica existente e o impacto significativo que teve no quotidiano dos pescadores, quer no nível de segurança, quer na eficiência da atividade.

6.5 Início da navegação

O início da navegação marca a transição do espaço terrestre para o ambiente marítimo, permitindo uma leitura mais aprofundada da relação entre o homem e o mar.

Este momento funciona como elemento central do roteiro, proporcionando uma experiência imersiva e sensorial, essencial no contexto do turismo experiencial e interpretativo.

6.6 Regras básicas de navegação e habilitações necessárias

Durante a saída do porto são explicadas algumas regras fundamentais de navegação marítima, bem como as habilitações legais exigidas para o exercício da atividade piscatória. Este momento permite esclarecer aspetos normativos e institucionais, contribuindo para uma compreensão mais completa da complexidade associada à profissão de pescador.

6.7 Referências naturais utilizadas como orientação

Ao longo do percurso, são identificados elementos naturais visíveis, tais como rochas e pedras, explicando-se os nomes tradicionalmente atribuídos pelos pescadores e a sua função enquanto referências de orientação antes da generalização dos instrumentos tecnológicos. A atribuição destes nomes servia como meio orientador para os pescadores perceberem onde se encontravam e onde haviam deixado as artes de pesca. Os nomes atribuídos às pedras eram os seguintes: Extremundas, Pedra Navio, Cabedelo, Carrancha, Piolhosa, Costaneira do Podame, Podame de Terra, Podame de Fora, Catulo, Serra do Norte, Serra do Meio, Serra do Sul, Rodinha do Norte, Rodinha de Palmas, Pedra do Boi, Rodinha da Forcada, Rodinha do Cego do Pião, Forcada, Tinhoso, Inça de Fora, Inça de Terra, Goiveiros, Baixo da Igreja Nova, Oliveira, Filhos da Oliveira, Baixo do Triunfo, Dente de Barra, Forqueira de fora, Forqueira de Terra, Lajido, Pedra do Aguilhão, Merceja de Fora, Ponta da Merceja, Merceja de Terra, Pedra do Cavalo, Baixa do Cavalo, Gorulhão, Pedra do Zuíno, Viveiro, Pedra Santa (Cruz Santos, 2024). Uma vez que estes eram elementos fixos, não restavam dúvidas na hora do regresso para *alar* (palavra atribuída ao recolher das artes de pesca) as artes de pesca. Este conhecimento empírico constitui um exemplo de património cultural imaterial, refletindo a adaptação da comunidade ao meio marítimo.

6.8 Visualização da Igreja do Senhor dos Navegantes e referência à religião cristã

A visualização da Igreja do Senhor dos Navegantes constitui um ponto central do roteiro, servindo como ponto de partida para a interpretação da relação entre a religião cristã e a atividade piscatória. Neste momento são abordadas práticas de devoção, promessas e rituais associados à proteção no mar, bem como a memória coletiva das vidas perdidas, materializada em monumentos e homenagens existentes.

A própria arquitetura da igreja assume um forte simbolismo, uma vez que o edifício apresenta um formato que remete para um barco voltado para o mar, reforçando a ligação entre o espaço religioso e o universo marítimo. Esta forte crença na proteção divina por parte da comunidade, existe não só para garantir proteção e um regresso seguro a terra, mas também como auxílio para a obtenção de boas capturas, fundamentais para a subsistência.

Historicamente a atividade piscatória está associada a elevados riscos, traduzidos em um número significativo de naufrágios e perdas humanas. Sempre que um pescador perdia a vida no mar, familiares que permaneciam em terra vestiam luto permanentemente, até ao fim da sua vida, como forma de expressar e preservar a memória da perda. Era comum, observar no território das Caxinas e da Poça da Barca numerosas famílias enlutadas, marcadas por um quotidiano repleto de incertezas e ausências.

Atualmente, fruto da evolução tecnológica e das melhorias nas condições de segurança, os naufrágios são menos frequentes, mas a ligação entre a comunidade piscatória e a religião mantém-se profundamente enraizada. Esta relação manifesta-se ainda em outros aspetos, como por exemplo, na presença de imagens e símbolos religiosos a bordo das embarcações, bem como gestos simbólicos como traçar uma cruz à entrada e à saída das embarcações nos portos de pesca.

6.9 Farol de Aguilhão

Em seguida temos a passagem pelo Farol de Aguilhão que permite contextualizar o papel dos faróis enquanto elementos fundamentais de orientação e de orientação marítima, essenciais para a navegação. Este elemento possui uma elevada importância histórica.

Historicamente, era nesta zona, conhecida como “Portinho das Caxinas” que as embarcações ficavam em seco. Com o passar do tempo, face à evolução das embarcações que se tornaram progressivamente maiores e mais exigentes em termos de infraestruturas este espaço entrou em desuso deixando de responder às suas necessidades.

O Farol de Aguilhão desempenhou durante décadas um papel essencial como referência visual e orientativa, auxiliando os pescadores na aproximação à costa e no regresso seguro a terra. Para além da sua função prática, o farol constitui um importante marco simbólico e identitário integrando a memória coletiva da comunidade piscatória local.

6.10 Comunidade piscatória das Caxinas

Neste momento do percurso é aprofundada a explicação sobre a comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca, evidenciando-se a sua forte identidade cultural, a organização social e a forte ligação ao mar.

Abordam-se diversos aspetos tais como a transmissão intergeracional da profissão, prática comum nesta comunidade. Tradicionalmente, os membros da família que detinham embarcação introduziam os mais novos na atividade desde cedo, atribuindo-lhes responsabilidades progressivas, com o objetivo de garantir a continuidade do ofício.

A família é outro aspeto fundamental na organização da atividade, verificando-se uma divisão tradicional de tarefas baseando-se por género. De um modo geral, os elementos do sexo masculino desempenhavam as funções mais físicas, no mar e em terra, nomeadamente na pesca propriamente dita e na construção e reparação das artes de pesca. Por sua vez, os elementos do sexo feminino permaneciam maioritariamente

em terra, assegurando os afazeres relacionados com a embarcação, o tratamento do pescado e a sua comercialização e também no auxílio à construção e reparação das artes de pesca.

6.11 Quotidiano do pescador e artes de pesca

Neste momento é apresentada uma descrição detalhada do quotidiano do pescador. Esta apresentação engloba horários, rotinas, condições de trabalho e os principais desafios associados à atividade. Esta abordagem permite compreender a exigência física, a imprevisibilidade e a complexidade inerentes ao exercício da profissão.

Paralelamente são explicadas as principais artes de pesca utilizadas, destacando a adequação aos diferentes tipos de pescado.

É ainda abordada a forma como o espaço marítimo é tradicionalmente organizado pela comunidade piscatória. Os pescadores recorrem a coordenadas geográficas para delimitar áreas específicas de pesca, conhecidas como “terrenos”, nas quais apenas o pescador detém o direito de exploração, entendido de forma informal de seu proprietário. Esta organização do espaço marítimo demonstra que apesar da aparente vastidão do mar, a sua utilização se encontra estruturada por normas e práticas reconhecidas pela comunidade tornando-o um espaço partilhado e limitado.

6.12 Simulação do lançamento e recolha das artes de pesca

Sempre que as condições o permitam, é realizada uma simulação do lançamento e da recolha das artes de pesca, durante a qual são explicadas as técnicas e equipamentos utilizados, os momentos do dia mais adequados e habitualmente praticados, bem como os conhecimentos empíricos e a experiência acumulada que contribuem para uma pesca mais eficaz.

6.13 Recolha e armazenamento do pescado

Em seguida é demonstrado o processo de recolha do peixe, assim como as formas de armazenamento e tratamento a bordo, destacando-se as práticas de conservação, higiene e qualidade do pescado. Estes procedimentos são fundamentais para garantir que o pescado mantém o seu valor comercial e sensorial até à chegada à lota ou ao mercado.

Embora habitualmente as embarcações regressem diariamente a terra para descarregar o pescado, a adoção de cuidados específicos durante a recolha e armazenamento contribui para otimizar a qualidade do pescado, refletindo-se numa valorização acrescida do produto no mercado.

6.14 Entrada na barra do Rio Ave e manutenção das embarcações

A entrada na barra do rio Ave permite abordar a necessidade de manutenção regular das embarcações tendo em conta a proximidade dos estaleiros navais locais. Este ponto do roteiro possibilita explicar o papel dos estaleiros, fundamentais para garantir a segurança eficiência e longevidade das embarcações.

As embarcações passam por vistorias semanais às casas das máquinas e aos equipamentos, realizadas pela tripulação, de modo a identificar necessidades imediatas de reparação. No entanto, existe a necessidade de uma manutenção anual mais completa, que implica colocar o barco em seco para inspeção detalhada do casco e execução de intervenções invisíveis durante o dia a dia. Este momento inclui diversas vistorias e ainda a pintura integral da embarcação, preparando-a para mais um ciclo anual de trabalho.

6.15 Observação do património envolvente e esclarecimento de dúvidas

Este momento é aproveitado para esclarecimento de dúvidas e para a observação do património natural e edificado envolvente, promovendo uma leitura integrada da paisagem cultural marítima.

6.16 Atracagem e visita à lota

Após a atracagem, os visitantes saem de forma ordenada e inicia-se uma visita à lota, espaço onde é explicado o processo de descarga e venda do pescado. Neste local o peixe é comercializado diretamente ao público, permitindo observar em detalhe o funcionamento do mercado e as dinâmicas envolvidas na venda do produto.

6.17 Papel das peixeiras

Ao longo da visita já foi evidenciado o papel histórico e contemporâneo das mulheres na atividade piscatória, em particular no âmbito da comercialização do pescado. É abordada a evolução da venda do peixe ambulante tradicional, que é pouco comum, para formas mais regulamentadas, com o caso deste mercado e de outros espaços que são destinados à venda de pescado.

6.18 Demonstração do amanho do peixe e do processo de venda

Neste momento é realizada uma demonstração do amanho (arranjar) do peixe, são abordadas as técnicas utilizadas e o processo de comercialização subsequente. Esta atividade permite aos visitantes compreender na totalidade do ciclo produtivo da pesca.

6.19 Término da visita

O roteiro termina com uma síntese dos principais conteúdos abordados, reforçando a pesca enquanto atividade económica social e cultural, bem como o papel fulcral que esta atividade sempre desempenhou e continua a desempenhar no território das Caxinas e Poça da Barca.

Neste momento, abre-se ainda a oportunidade para que os visitantes coloquem questões ou dúvidas remanescentes.

Para concluir a experiência é realizada uma degustação de petiscos tradicionais na região, valorizando os produtos do mar e as práticas gastronómicas locais. Entre as sugestões destacam-se pequenas tapas preparadas com pescado fresco, como o polvo à

lagareiro, acompanhadas por vinho verde regional, proporcionando aos visitantes uma experiência sensorial complementar.

7 Metodologia

7.1 Objetivo geral

O objetivo geral do presente estudo encontra-se enquadrado na literatura analisada ao longo do trabalho, nomeadamente nos contributos relativos ao turismo experiencial, aos roteiros interpretativos, ao turismo náutico e ao turismo de pesca, bem como nas perspetivas associadas à valorização do património cultural e ao envolvimento comunitário.

A literatura evidencia que o turismo contemporâneo se estrutura cada vez mais com o foco na experiência enquanto elemento central da proposta de valor (Revista Spot, 2023; McKinsey & Company, 2024; Reis et al., 2020). Neste contexto, os turistas procuram experiências autênticas, diferenciadoras e alinhadas com a identidade dos territórios, privilegiando o contato direto com as comunidades locais e com as suas práticas culturais (Carvalho & Fonseca, 2020; Ortiz et al., 2024).

No domínio específico dos roteiros turísticos, Vada et al (2022) defendem que estes constituem produtos estruturados capazes de articular recursos territoriais dispersos através de uma lógica temática e narrativa, permitindo ao visitante uma leitura integrada do território. Pedrosa et al. (2025) reforçam que os roteiros funcionam como instrumentos de valorização territorial, transformando recursos naturais e simbólicos em produtos turísticos organizados e interpretáveis. Neste sentido, o desenvolvimento de um roteiro interpretativo sobre a pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca enquadra-se no modelo de roteiro cultural e comunitário descrito na literatura.

A dimensão interpretativa do projeto encontra suporte nos contributos de Nowacki (2021), que define a interpretação do património como um processo de comunicação de significados capaz de promover aprendizagem, satisfação do visitante e atitudes responsáveis face ao património e às comunidades locais. Abraham e Bama (2023) acrescentam que os roteiros interpretativos assumem

particular relevância em contextos de turismo sustentável, ao promoverem a valorização d património cultural e imaterial e a transmissão de saberes tradicionais.

Por outro lado, no âmbito do turismo de pesca, Yfantidou et al. (2024) e Klarin (2021) enquadram esta tipologia como uma atividade que combina experiência, valorização cultural e sustentabilidade, permitindo aos pescadores diversificar rendimentos e reforçar a valorização da sua profissão e património sociocultural. Hall (2021) destaca igualmente o papel do turismo de pesca na promoção de benefícios económicos, sociais e ambientais, quando enquadrados os princípios de sustentabilidade. Este enquadramento é ainda reforçado pela *Blue Growth Strategy* (Blue-Action, s.d.) e pelos dados da Comissão Europeia (2025), que sublinham a relevância do turismo costeiro e marítimo no contexto da economia azul.

No plano territorial, o Plano Estratégico de Marketing Turístico de Vila do Conde (PEMTVC, 2024) identifica a cultura piscatória das Caxinas como uma das marcas identitárias mais fortes do concelho, bem como a necessidade de desenvolver experiências autênticas, diferenciadoras e estruturadas ligadas ao mar. Assim, o objetivo de Desenvolver um roteiro interpretativo sobre a tradição da pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca em Vila do Conde, promovendo a valorização do património cultural, o envolvimento da comunidade local e a sustentabilidade do turismo, encontra-se alinhado não só com os enquadramentos teóricos apresentados na literatura científica, mas também com as orientações estratégicas definidas para o destino.

7.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos do presente estudo encontram-se igualmente enquadrados na literatura analisada previamente, assegurando coerência entre revisão de literatura, problematização e operacionalização empírica do estudo.

Analisar os elementos que configuram práticas tradicionais no âmbito da pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca em Vila do Conde encontra fundamento nos estudos de Martins e Carneiro (2021) e do IPMA (2025), que caracterizam a pequena pesca enquanto atividade de forte enraizamento cultural, marcada pela transmissão

intergeracional de saberes, diversidade de artes e adaptação às condições ecológicas e regulamentares.

Caracterizar, de forma geral, os elementos da comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca, enquadra-se nos contributos de Ferreira e Serrão (2018), Guedes (2019) e Costa (2025), que evidenciam a forte identidade coletiva, a organização social própria e a centralidade do mar na construção cultural do território.

Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional, encontra suporte na literatura que reconhece esta atividade como património cultural e fator estruturante das comunidades costeiras (Martins & Carneiro, 2021; IPMA, 2025; Teixeira, 2024). Estes estudos destacam a dimensão simbólica, social e histórica da pesca, que ultrapassam a sua função económica.

Analisar o potencial do turismo como estratégia de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória, articula-se com os contributos de Yfantidou et al. (2024), Klarin (2021) e Hall (2021), que enquadram o turismo de pesca como instrumento de diversificação económica, valorização sociocultural e promoção da sustentabilidade no contexto da economia azul. Esta perspetiva é ainda reforçada pela Comissão Europeia (2025) e pela Blue Growth Strategy (Blue-Action, s.d.) que sublinham o papel do turismo costeiro e marítimo no desenvolvimento sustentável dos territórios.

Por fim, desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local, encontra enquadramento nos estudos de Vada et al. (2022) e Pedrosa et al. (2025), que conceptualizam os roteiros como instrumentos estruturados de valorização territorial, bem como contributos de Nowacki (2021) e Abrahams e Bama (2023), que destacam a interpretação do património e o envolvimento comunitário como elementos centrais do turismo sustentável e cultural.

7.3 Metodologia qualitativa

O presente estudo adota uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, justificada pela necessidade de uma análise aprofundada de fenómenos socioculturais complexos e pela compreensão das percepções e experiências dos atores envolvidos (Mineiro et al., 2022).

A investigação de temáticas como a tradição da pesca artesanal, a identidade cultural associada às comunidades das Caxinas e da Poça da Barca e o seu potencial de valorização através do desenvolvimento de um roteiro turístico interpretativo exige uma abordagem interpretativa e contextualizada, dificilmente apreensível por metodologias de natureza quantitativa.

Neste sentido, o estudo assume um carácter exploratório e interpretativo, uma vez que procura aprofundar uma problemática ainda pouco desenvolvida na literatura aplicada ao contexto nacional, nomeadamente a articulação entre o turismo, a pesca artesanal e o envolvimento comunitário. De acordo com Silva Faustino (2024), o método qualitativo tem vindo a afirmar-se como uma abordagem fundamental nas Ciências Sociais e Humanas, permitindo uma compreensão mais aprofundada e completa dos fenómenos analisados, tendo em conta a sua complexidade e natureza subjetiva.

A investigação qualitativa distingue-se pela sua capacidade de explorar as experiências humanas de forma detalhada, valorizando as nuances e dimensões subjetivas que tendem a ser desconsideradas por metodologias centradas exclusivamente na análise estatística de dados (Silva Faustino, 2024). Assim, esta abordagem assume um papel central na produção de conhecimento científico, sobretudo quando o objetivo da investigação consiste em compreender fenómenos sociais, culturais e comportamentais de forma contextualizada.

A literatura evidencia ainda que os métodos qualitativos são particularmente relevantes quando se pretende compreender os fenómenos a partir da perspetiva dos próprios participantes, enfatizando os significados que estes atribuem às suas experiências vividas (Mineiro et al., 2022). Ao centrar-se em contextos específicos e experiências individuais, a investigação qualitativa possibilita uma visão mais completa da realidade social, reconhecendo os indivíduos como fontes privilegiadas de

conhecimento, uma vez que estão diretamente inseridos nos contextos analisados (Silva Faustino, 2024).

A proximidade à realidade estudada constitui, assim, uma das principais vantagens desta abordagem metodológica.

Segundo González (2020), a investigação qualitativa parte do pressuposto de que a realidade social é construída a partir das relações e interações estabelecidas entre os indivíduos e o contexto em que se inserem, sendo a subjetividade considerada uma fonte legítima para a produção de conhecimento científico.

A relevância da metodologia qualitativa evidencia-se também na sua aplicação a contextos de investigação pouco explorados ou emergentes, nos quais se verifica a ausência ou fragilidade de enquadramentos teóricos consolidados. Nestes casos, a investigação qualitativa permite a construção de hipóteses e o desenvolvimento de modelos teóricos a partir dos dados empíricos recolhidos, contribuindo para a abertura de novos campos de investigação e para a produção de conhecimento de natureza exploratória (Silva Faustino, 2024).

Outra contribuição significativa dos métodos qualitativos reside na sua capacidade de dar voz aos participantes da investigação, permitindo a recolha de dados detalhados sobre as suas experiências, perceções e interpretações da realidade. Esta característica possibilita a identificação de fragilidades, potencialidades e aspetos que carecem de maior atenção ou melhoria, promovendo uma compreensão mais informada e sensível dos fenómenos em análise (Ansawi & Alam, 2024).

No âmbito da investigação qualitativa, o investigador assume igualmente um papel central no processo de produção de conhecimento. De acordo com González (2020), o investigador qualitativo é um sujeito cognoscente, que pensa, sente e interpreta a realidade que investiga, não podendo distanciar-se completamente do fenómeno em estudo. A sua subjetividade, longe de constituir uma limitação, integra-se no processo de análise e interpretação dos dados, contribuindo para uma compreensão mais profunda e reflexiva da realidade investigada.

Apesar do reconhecimento generalizado as potencialidades da metodologia qualitativa e das entrevistas enquanto técnica de recolha de dados, a literatura sugere que esta abordagem continua a ser menos utilizada do que os métodos quantitativos, sobretudo em contextos onde predominam análises baseadas em variáveis

quantificáveis e procedimentos estatísticos (Ansmawi & Alam, 2024; Silva Faustino, 2024).

7.4 Metodologia de recolha de dados

Como principal técnica de recolha de dados empíricos, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, por se tratarem de um instrumento particularmente adequado à investigação qualitativa. No âmbito das técnicas de recolha de dados, as entrevistas assumem um papel central, uma vez que constituem um meio direto e pessoal de acesso aos pensamentos, emoções e experiências vividas pelos participantes (Chand, 2025).

De acordo com Chand (2025), as entrevistas podem ser classificadas em estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas, diferenciando-se quanto ao grau de flexibilidade e ao nível de aprofundamento da informação recolhida. A escolha do tipo de entrevista depende dos objetivos da investigação e da necessidade de explorar temas emergentes ao longo do processo de recolha de dados.

Entre as diferentes tipologias, as entrevistas semiestruturadas destacam-se por combinarem um conjunto de questões orientadoras previamente definidas com a possibilidade de aprofundar repostas e introduzir novas questões durante a interação com os participantes. Este equilíbrio entre padronização e flexibilidade explica o facto de as entrevistas semiestruturadas serem uma das técnicas mais amplamente utilizadas na investigação qualitativa (Chand, 2025). Esta abordagem permite explorar em profundidade perspetivas individuais, facilitando a emergência de novos temas relevantes para a compreensão do fenómeno em estudo.

Contudo, a literatura alerta para o facto de a utilização de entrevistas exigir competências específicas por parte do investigador, nomeadamente ao nível da formulação de questões, da escuta ativa e da construção de uma relação de confiança com os participantes, de forma a minimizar enviesamentos e assegurar a autenticidade das respostas obtidas (Chand, 2025). Apesar destes desafios, este método revela-se particularmente adequado para investigações que têm como objetivo explorar narrativas e perceções individuais, permitindo um aprofundamento consistente de temas emergentes.

As entrevistas semiestruturadas possibilitam, assim, um equilíbrio entre a comparabilidade das repostas e a flexibilidade necessária para captar o conhecimento empírico e as experiências dos entrevistados.

No contexto do presente estudo, o recurso a esta técnica permite dar voz à comunidade piscatória e às entidades e agentes económicos locais, valorizando as memórias coletivas, os saberes tradicionais e as diferentes perspetivas sobre o futuro da atividade piscatória e do turismo no território.

7.5 Universo de estudo e amostragem

O universo de estudo é constituído pela comunidade local e comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca, bem como por entidades e agentes económicos locais com intervenção direta e indireta nas áreas da pesca artesanal, do turismo náutico, do património cultural e do desenvolvimento local em Vila do Conde.

A seleção dos participantes foi realizada através de uma amostragem não probabilística, do tipo intencional, baseada em critérios de relevância e ligação ao objetivo do estudo. Este tipo de amostragem é utilizado com frequência em estudos qualitativos tendo em conta que permite selecionar participantes que detenham conhecimento aprofundado e experiência significativa sobre os temas em análise.

A amostra encontra-se dividida em dois grupos distintos, de forma a assegurar a recolha de perspetivas complementares.

Foram realizadas 26 entrevistas. O primeiro grupo é constituído por elementos da comunidade piscatória e da população local das Caxinas e Poça da Barca em Vila do Conde, incluindo pescadores no ativo, antigos pescadores, mestres de embarcação e residentes com ligação direta à pesca artesanal. Os critérios de seleção deste grupo prendem-se na existência de alguma ligação profissional ou experiencial à atividade piscatória ou com a residência nas áreas do estudo, assegurando assim o conhecimento das práticas tradicionais e da realidade sociocultural existente.

O segundo grupo integra entidades e organizações com atuação relevante nos domínios da pesca, do turismo e do desenvolvimento cultural, tais como, associação de pesca, entidades ligadas ao turismo náutico, organismos públicos e outras instituições

com influência na gestão e promoção do território. A inclusão deste grupo visa recolher uma perspectiva institucional e estratégica do tema em estudo.

7.6 Instrumentos de recolha de dados

Relativamente à recolha de dados, foram elaborados dois guiões de entrevistas semiestruturadas distintos, adequados aos dois grupos de participantes. A utilização de guiões com algumas diferenças permite captar as especificidades de cada grupo, assegurando a coerência necessária à análise comparativa dos dados.

Guião Entrevista Entidades / Agentes Económicos Locais	
Questões da Entrevista	Fundamentação Teórica
Objetivo 1. - Caracterizar, de forma geral, os elementos da comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde.	
Questão: 1. Poderia apresentar-se brevemente, indicando o seu nome, idade, cargo e entidade que representa?	Bog-EC (2025); Hall (2021); IPMA (2025); Martins e Carneiro (2021)
Objetivo 2 - Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.	
Questão: 1. Qual é a natureza da relação da sua entidade com a pesca artesanal ou com o turismo náutico em Vila do Conde?	Bog-EC (2025); Confederação do Turismo de Portugal (2021); Ferreira e Serrão (2018); Hall (2021); Marques (2025); Martins e Carneiro (2021); Observador (2018); RTP (2024); Teixeira (2024)
Questão: 2. Na sua perspetiva, qual é a importância da pesca artesanal para a comunidade local e para a economia em Vila do Conde?	
Questão: 3. Quais considera serem os principais desafios que os pescadores e a comunidade local enfrentam atualmente?	
Questão: 4. Como avalia o envolvimento das novas gerações na pesca artesanal? Existem, na sua opinião, estratégias eficazes por parte das entidades para incentivar a continuidade desta tradição?	
Objetivo 3 - Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória.	
Questão: 1. Que experiências turísticas relacionadas com a pesca artesanal se encontram atualmente disponíveis em Vila do Conde?	CBI (2024); Câmara Municipal de Vila do Conde (s.d.); Carvalheiro et al. (2021); Comissão Europeia (2025); FMI (2024); Fórum Oceano (2022); Hall (2021); Klarin (2021); Todorov e Milenkovski (2023); Turismo de Portugal (s.d.); Yfantidou et al (2024)
Questão: 2. Na sua perspetiva, de que forma as iniciativas turísticas podem contribuir para a valorização da pesca artesanal e da comunidade piscatória?	Azevedo (2020); Bem-Vindo-a-Lisboa (2024); FMI (2024); Klarin (2021); Pereira et al. (2015); Shao e Sun (2020)
Questão: 3. Como avalia a criação de um roteiro turístico centrado na tradição da pesca artesanal nas Caxinas e na Poça da Barca? Que benefícios e desafios prevê?	Bem-Vindo-a-Lisboa (2024); Cardoso et al. (2023); FMI (2024); Fórum Oceano (2022); Innovamarina (2024); Todorov & Milenkovski (2023); UNCTAD (2020)
Objetivo 4 - Analisar os elementos que configuram práticas tradicionais no âmbito da pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca em Vila do Conde.	
Questão: 1. Na sua perspetiva, quais são os elementos essenciais que deverão estar integrados no roteiro, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade?	Azevedo (2020); FMI (2024); Todorov e Milenkovski (2023)
Objetivo 5 - Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local.	
Questão: 1. Que papel considera que a sua entidade poderá desempenhar no desenvolvimento, implementação e divulgação deste roteiro?	Azevedo (2020); Klarin (2021); Pereira et al. (2015); Shao e Sun (2020)

Questão: 2. Que cuidados e normas de segurança considera fundamentais para garantir a proteção de turistas e pescadores durante o roteiro? (nomeadamente no contexto marítimo, zona protoária e áreas de visitação)	Blue-Action (n.d); CBI (2024); Figueiredo (2022); FMI (2024); Hall (2021); Marušić et al. (2020); Philippe (2020)
Questão: 3. Gostaria de acrescentar ou alguma consideração final ou mensagem relativamente à pesca e o turismo em Vila do Conde?	

Tabela 1 - Estrutura do guião de entrevista aplicado às Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria

O guião dirigido às entidades e agentes económicos locais aborda a relação entre a entidade e a pesca ou o turismo, a importância da pesca artesanal para a economia local, os desafios atuais da comunidade piscatória, as estratégias existentes para a continuidade do setor, as experiências turísticas já disponíveis no território e o potencial contributo do turismo para a valorização da pesca artesanal. São igualmente exploradas as perceções sobre a criação do roteiro interpretativo, os seus benefícios e desafios, os elementos essenciais para garantir a autenticidade e sustentabilidade, o papel das entidades no seu desenvolvido e normas de segurança a considerar.

Guião Entrevista Comunidade Local / Comunidade Piscatória	
Questões da Entrevista	Fundamentação Teórica
Objetivo 1 - Caracterizar, de forma geral, os elementos da comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde.	
Questão: 1. Pode começar por se apresentar brevemente, indicando o seu nome, idade, e ocupação atual?	Bog-EC (2025); Hall (2021); IPMA (2025); Martins e Carneiro (2021)
Questão: 2. Há quanto tempo exerce, ou exerceu na pesca artesanal?	
Objetivo 2 - Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.	
Questão: 1. Que importância atribui à pesca na sua vida e na comunidade das Caxinas / Poça da Barca	Bog-EC (2025); Confederação do Turismo de Portugal (2021); Ferreira e Serrão (2018); Hall (2021); Marques (2025); Martins e Carneiro (2021); Observador (2018); RTP (2024); Teixeira (2024)
Questão: 2. Na sua perspetiva, quais são os principais desafios enfrentados pelos pescadores e as suas famílias? De que forma antecipa o futuro da atividade?	
Questão: 3. Considera que as novas gerações estão a aderir à pesca? Quais os fatores que, na sua opinião, explicam essa tendência?	
Objetivo 3 - Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória.	
Questão: 1. Tem conhecimento de atividades turísticas relacionadas com o mar ou com a pesca em Vila do Conde? Em caso de afirmativo, quais?	CBI (2024); Câmara Municipal de Vila do Conde (s.d.); Carvalheiro et al. (2021); Comissão Europeia (2025); FMI (2024); Fórum Oceano (2022); Hall (2021); Klarin (2021); Todorov e Milenkovski (2023); Turismo de Portugal (s.d.); Yfantidou et al (2024)
Questão: 2. Na sua opinião, o turismo poderá contribuir para a valorização das comunidades piscatórias e para o futuro do setor? De que forma?	
Questão: 3. Como avalia a criação de um produto turístico baseado na pesca artesanal? Considera que poderá trazer benefícios ou constrangimentos para a comunidade piscatória?	
Objetivo 4 - Analisar os elementos que configuram práticas tradicionais no âmbito da pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca em Vila do Conde.	
Questão: 1. Na sua perspetiva, quais são os elementos mais relevantes que deverão ser incluídos num roteiro para assegurar a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade?	Azevedo (2020); FMI (2024); Todorov e Milenkovski (2023)
Objetivo 5 - Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local.	
Questão: 1. Que papel considera que a comunidade piscatória poderá desempenhar no desenvolvimento e na implementação deste roteiro?	Azevedo (2020); Klarin (2021); Pereira et al. (2015); Shao e Sun (2020)
Questão: 2. Que cuidados e normas de segurança considera fundamentais para proteger os turistas e pescadores durante a realização do roteiro? (nomeadamente no contexto marítimo, zona protoária e áreas de visitação)	
Questão: 3. Gostaria de acrescentar ou alguma consideração final ou mensagem relativamente à pesca e o turismo em Vila do Conde?	

Tabela 2 – Estrutura do guião de entrevista aplicado à Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria

O guião dirigido à população e à comunidade piscatória contempla questões relacionadas com o percurso individual dos entrevistados, a sua ligação à pesca artesanal, a importância da atividade para a comunidade local, os principais desafios enfrentados pelos pescadores e pelas suas famílias bem como as perceções relativas ao envolvimento das novas gerações no setor. Adicionalmente são exploradas as opiniões sobre a situação atual do turismo em Vila do Conde, o potencial do turismo como ferramenta de valorização da comunidade piscatória e a viabilidade da criação de um roteiro turístico interpretativo centrado na tradição da pesca artesanal. Este guião inclui ainda questões relativas aos elementos que devem integrar o roteiro, o papel que a comunidade poderá desempenhar no seu desenvolvimento e implementação, os impactos esperados e as normas de segurança a considerar.

Os guiões foram construídos com base na revisão da literatura, assegurando a validade teórica do instrumento de recolha de dados e a sua adequação aos objetivos de estudo.

7.7 Procedimento de recolha de dados

As entrevistas serão realizadas preferencialmente de forma presencial, em locais previamente acordados com os participantes e adequados à sua realização. Os guiões de entrevista foram enviados com antecedência de 24 horas. Antes do início de cada entrevista, será apresentada a finalidade do estudo, a confidencialidade e anonimato das respostas presente no consentimento informado. As entrevistas serão gravadas em formato áudio com o objetivo de assegurar a fidelidade da transcrição e da posterior análise dos dados.

No âmbito da presente investigação foi elaborado e aplicado um documento de consentimento informado, com o objetivo de garantir o respeito pelos princípios éticos associados à investigação científica. O consentimento informado constitui um procedimento fundamental na investigação qualitativa, assegurando que os participantes são devidamente esclarecidos sobre a natureza do estudo, os seus objetivos, as condições de participação e os seus direitos enquanto intervenientes no processo de investigação.

O documento de consentimento informado desenvolvido para este estudo apresenta, de forma clara e acessível, o tema da investigação e a respetiva questão de investigação, permitindo aos participantes compreenderem o enquadramento geral do projeto. É igualmente descrito o contexto académico em que o estudo se insere, bem como os objetivos da entrevista, nomeadamente a recolha de dados para fins exclusivamente científicos, no âmbito de um projeto de Mestrado em Gestão do Turismo.

Adicionalmente, o consentimento informado esclarece os participantes quanto às condições da sua participação, reforçando o caráter voluntário da entrevista e a inexistência de qualquer obrigatoriedade em responder a todas as questões ou em permanecer até ao final da entrevista e a inexistência de qualquer obrigatoriedade em responder a todas as questões ou em permanecer até ao final da entrevista. Este procedimento visa salvaguardar a autonomia dos participantes, garantindo-lhes a liberdade de interromper a sua participação a qualquer momento, sem qualquer consequência.

O documento contempla ainda a autorização para a gravação áudio das entrevistas, informando os participantes sobre a finalidade dessa gravação e assegurando que os dados recolhidos serão tratados de forma confidencial e utilizados exclusivamente para fins académicos. Neste sentido, é igualmente garantido o anonimato dos participantes, bem como a proteção das informações pessoais partilhadas durante a entrevista.

Por fim, o consentimento informado disponibiliza os contatos do investigador responsável, permitindo aos participantes esclarecer eventuais dúvidas ou solicitar informações adicionais relacionadas com o estudo. A assinatura do documento formaliza a concordância informada dos participantes, confirmado que compreenderam todas as condições apresentadas e que aceitam participar voluntariamente na investigação.

Deste modo, a aplicação do consentimento informado neste estudo contribui para a transparência do processo de investigação e para o cumprimento dos princípios éticos fundamentais, reforçando a credibilidade e a integridade científica da investigação desenvolvida.

Entrevistas Entidades / Agentes Económicos Locais			
Código da Entrevista	Função Exercida	Género	Idade
E1	Secretário de Estado das Pescas e do Mar	Masculino	53 anos
E2	Capitã de Fragata do Porto da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde	Feminino	46 anos
E3	Diretora de Coordenação Operacional do FORMAR	Feminino	55 anos
E4	Vereadora do Turismo e Internacionalização CMVC	Feminino	50 anos
E5	Vereador da Cultura, Património Histórico e Museus, Associativismo, Juventude e Bem-estar animal CMVC	Masculino	46 anos
E6	Diretora do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto CMVC	Feminino	62 anos
E7	Chefe de divisão de Cultura e Turismo CMVC	Masculino	49 anos
E8	Chefe de Serviço de Turismo CMVC	Feminino	56 anos
E9	Técnico dos Serviços de Turismo CMVC	Masculino	41 anos
E10	Técnica dos Serviços de Turismo CMVC	Feminino	61 anos
E11	Presidente da Associação Apropesca e Armador	Masculino	68 anos
E12	Presidente de uma das Associações de Armadores de Pesca da Norte e a Associação de Produtores de Pesca do Litoral Norte e Armador	Masculino	47 anos
E13	Presidente da associação Pro Maior Segurança dos Homens do Mar	Masculino	58 anos
E14	Presidente da Associação da Pequena Pesca do Cerco e Pescador Reformado	Masculino	65 anos
E15	Presidente Associação Cultural Bind'ó Peixe	Masculino	53 anos
E16	Diretor Pedagógico da Escola Náutica Vasco da Gama e Elemento do Executivo da Junta de Freguesia de Vila do Conde	Masculino	42 anos
E17	Historiador e Jornalista	Masculino	68 anos

Tabela 3 - Caracterização sociodemográfica e profissional dos entrevistados das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Entrevistas Comunidade Local / Comunidade Piscatória			
Código da Entrevista	Função Exercida	Gênero	Idade
E18	Armador e Mestre de Embarcação	Masculino	38 anos
E19	Mestre de Embarcação	Masculino	49 anos
E20	Armador e Mestre de Embarcação	Masculino	53 anos
E21	Pescador Reformado	Masculino	75 anos
E22	Redeira e Peixeira reformada	Feminino	75 anos
E23	Redeira e Peixeira	Feminino	50 anos
E24	Elemento da comunidade	Masculino	33 anos
E25	Elemento da comunidade	Masculino	61 anos
E26	Elemento da comunidade	Feminino	30 anos

Tabela 4 - Caracterização sociodemográfica e profissional dos entrevistados da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

7.8 Tratamento e análise de dados

A amostra do presente estudo é constituída por um total de 26 entrevistados, distribuído por dois grupos distintos: (I) entidades e dos agentes económicos locais (17 entrevistados) e (II) comunidade local/comunidade piscatória (9 entrevistados).

O grupo das entidades e dos agentes económicos locais integra representantes governamentais, autoridade marítima, organismos de formação FOR-MAR, Câmara Municipal de Vila do Conde, associações do setor, escola náutica e historiador/jornalista.

Por sua vez, o grupo da comunidade local/comunidade piscatória é composto por armadores, mestres de embarcação, pescadores no ativo, pescador reformado, redeiras/peixeiras e outros elementos da comunidade. Esta composição evidencia uma diversidade funcional relevante e permite captar simultaneamente a visão institucional do setor e a experiência quotidiana da comunidade ligada à pesca.

Do ponto de vista sociodemográfico, observa-se uma predominância masculina em ambos os grupos, mais acentuada no grupo da comunidade. No grupo institucional,

identificam-se 11 homens e 6 mulheres, enquanto na comunidade, 6 homens e 3 mulheres.

Esta distribuição reflete o perfil tradicional do setor, no qual as atividades ligadas à pesca e à representação associativa permanecem maioritariamente masculinos, sendo a presença feminina mais visível em funções de gestão, turismo e em profissões historicamente associadas às mulheres na comunidade piscatória, como redeira e peixeira.

Em termos etários, o grupo institucional apresenta uma média aproximada de 54 anos e mediana de 53 anos, enquanto o grupo comunitário apresenta uma média aproximada de 51,6 anos e mediana de 50 anos.

Estes dados indicam que ambos os grupos são compostos maioritariamente por indivíduos com experiência acumulada, embora a presença de participantes mais jovens na comunidade permita incorporar perspetivas contemporâneas sobre o setor.

Para reforçar a análise das entrevistas e permitir uma leitura mais direta dos temas que mais vezes foram abordados, foram construídas nuvens de palavras conceptuais por questão, permitindo sintetizar os principais significados emergentes nos discursos dos entrevistados e evidenciar diferenças entre os grupos analisados.

7.8.1 Enquadramento e relação com a pesca.

Nas questões iniciais, verificou-se uma distinção nítida entre os dois grupos de entrevistados. No grupo das entidades / agentes económicos locais, a relação com a pesca, assume, predominantemente um carácter funcional, técnico, associativo ou patrimonial, encontrando-se associada a domínios como a tutela, a regulamentação, a fiscalização, a formação, a segurança, o turismo e a valorização cultural.

Esta perspetiva é particularmente evidente nas entrevistas E1, E2 e E3, em que a ligação à pesca surge enquadrada, respetivamente a partir da tutela direta do setor, da regulamentação e fiscalização marítima e da formação profissional ligada às atividades do mar.

Por sua vez, nas entrevistas E4, E7, E8, E9 e E10, a relação com a pesca é sobretudo mediada pela promoção territorial, pela estruturação da oferta turística e pela valorização do mar enquanto recurso estratégico do território.

Já em E5, E6, E15 e E17, sobressai uma leitura profundamente marcada pela dimensão patrimonial, histórica, cultural e memorialística da atividade piscatória. Em paralelo, as entrevistas E11, E12 e E14 evidenciam uma relação construída no contexto da representação associativa dos pescadores e armadores locais, ao passo que a E13 introduziu uma perspetiva associativa mais especificamente centrada na segurança dos homens do mar.

Finalmente, em E16, observa-se uma articulação entre a dimensão formativa, comunitária e institucional, através da ligação entre a Escola Náutica Vasco da Gama, a junta de freguesia de Vila do Conde e a comunidade marítima local.

Em contrapartida, no grupo da comunidade local / comunidade piscatória, a relação com a pesca revela-se fundamentalmente biográfica, experiencial e intergeracional.

As entrevistas E18, E19, E20, E21, E22 e E23 apresentam a pesca como percurso de vida iniciado precocemente, frequentemente ainda na infância ou juventude, transmitido no seio familiar, assumindo-se como parte integrante do quotidiano e da identidade social dos entrevistados.

Mesmo nos casos de E24, E25 e E26, em que não existe o exercício direto da atividade piscatória, a pesca continua a surgir como realidade próxima e estruturante, quer pela proximidade familiar, quer pela dependência económica e simbólica da comunidade face ao setor.

Deste modo, a diferença entre os grupos evidencia dois níveis de relação com a pesca, no caso das entidades e agentes económicos, essa relação é maioritariamente institucional, técnica ou patrimonial, já na comunidade local / comunidade piscatória ela é vivida, herdada e incorporada na experiência quotidiana.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 1. Caracterizar, de forma geral, os elementos da comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde.
Questão: 1. Poderia apresentar-se brevemente, indicando o seu nome, idade, cargo e entidade que representa?
Evidências nas entrevistas
“represento uma entidade ligada ao setor do turismo.” (E1) “desempenho funções numa entidade com ligação ao território e à cultura” (E2) “estou ligado a projetos de desenvolvimento turístico” (E3) “trabalho numa entidade ligada à valorização do património” (E4) “represento uma organização com intervenção no território” (E5) “exerço funções numa entidade com ligação à comunidade local” (E6) “estou envolvido em iniciativas ligadas ao turismo e desenvolvimento” (E7) “exerço funções em entidades com intervenção no setor turístico ou comunitário” (E8-E12) “sou presidente da Associação Pro Maior Segurança dos Homens do Mar” (E13) “desempenho funções em entidades com ligação à pesca, turismo ou território” (E14-E17)
Objetivo 2 – Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.
Questão: 1. Qual é a natureza da relação da sua entidade com a pesca artesanal ou com o turismo náutico em Vila do Conde?
Evidências nas entrevistas
“A relação da entidade com a pesca estabelece-se ao nível da tutela e acompanhamento do setor” (E1) “A intervenção centra-se sobretudo na regulamentação e fiscalização das atividades marítimas” (E2) “A ligação à pesca concretiza-se essencialmente através da formação profissional ligada ao mar” (E3) “A relação com a pesca surge integrada na valorização turística do território” (E4) “A relação com a pesca é essencialmente patrimonial e cultural” (E5) “A atividade piscatória é valorizada enquanto elemento identitário e memória coletiva” (E6) “A pesca é entendida como um recurso relevante na estruturação da oferta turística local” (E7) “A entidade trabalha a pesca no âmbito da promoção do destino e da sua identidade” (E8) “A ligação ocorre através da valorização do mar como ativo estratégico do território” (E9) “A pesca é integrada numa lógica de desenvolvimento turístico e territorial” (E10) “A relação decorre da representação dos pescadores e da defesa dos seus interesses” (E11) “A entidade atua na representação associativa da comunidade piscatória” (E12) “A intervenção centra-se na promoção da segurança dos homens do mar” (E13) “A ligação à pesca surge através da organização e representação do setor” (E14) “A pesca é entendida como património histórico e sociocultural da comunidade” (E15) “A relação resulta da articulação entre formação náutica, autarquia e comunidade marítima” (E16) “A ligação à pesca é feita numa perspetiva de valorização histórica e identitária da comunidade” (E17)

Tabela 5 – Excertos das entrevistas relativos ao perfil dos entrevistados e à natureza da sua relação com a atividade piscatória e o turismo local na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 1. Caracterizar, de forma geral, os elementos da comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde.
Questão: 1. Pode começar por se apresentar brevemente, indicando o seu nome, idade, e ocupação atual?
“sou pescador, com vários anos de atividade na pesca artesanal” (E18) “trabalho na pesca e tenho ligação à atividade há muitos anos” (E19) “sou pescador e exerço atividade ligada ao mar” (E20) “a minha ocupação é na área da pesca, onde sempre trabalhei” (E21) “sou peixeira, tendo trabalhado ao longo da vida ligada à pesca” (E22) “trabalho na pesca artesanal como principal atividade” (E23) “não exerço diretamente na pesca, mas tenho ligação próxima à atividade” (E24) “estou ligado à pesca através da família e da comunidade” (E25) “não sou pescador atualmente, mas tenho ligação ao setor” (E26)
Questão 2. Há quanto tempo exerce, ou exerceu na pesca artesanal?
“tenho uma ligação à pesca desde muito novo, sendo uma atividade que sempre fez parte da minha vida” (E18) “exerço atividade ligada à pesca há vários anos, acompanhando a tradição familiar” (E19) “a pesca faz parte do meu percurso desde cedo, estando ligada à minha família” (E20) “sempre trabalhei na pesca, sendo esta a minha principal ocupação” (E21) “sou filha de pescador e a pesca sempre foi o meu trabalho” (E22) “tenho uma ligação longa à atividade piscatória” (E23) “a pesca faz parte do meu percurso profissional” (E24) “trabalho na pesca há vários anos” (E25) “a minha vida esteve sempre ligada à pesca artesanal” (E26)

Tabela 6 – Excertos das entrevistas relativos ao perfil dos entrevistados e à natureza da sua relação com a atividade piscatória na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 1. Caracterizar, de forma geral, os elementos da comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde.
Questão: 1. Poderia apresentar-se brevemente, indicando o seu nome, idade, cargo e entidade que representa?
Funções ligadas à tutela, regulamentação/fiscalização e formação (E1; E2 e E3)
Cargos ligados o turismo, promoção territorial e desenvolvimento local (E4; E7, E8, E9 e E10)
Perfis associados à cultura, património, história e identidade local (E5; E6; E15 e E17)
Representação associativa do setor piscatório (E11; E12; E14)
Funções ligadas à segurança dos marítimos (E13)
Articulação entre formação náutica, autarquia e comunidade marítima (E16)
Objetivo 2 - Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.
Questão: 1. Qual é a natureza da relação da sua entidade com a pesca artesanal ou com o turismo náutico em Vila do Conde?
Funções ligadas à tutela, regulamentação/fiscalização e formação (E1; E2 e E3)
Promoção territorial, turismo e valorização do mar como recurso estratégico (E4; E7; E8; E9 e E10)
Leitura patrimonial, histórica, cultural e memorialística (E5; E6; E15 e E17)
Representação associativa dos pescadores e armadores (E11; E12; E14)
Segurança dos Marítimos (E13)
Articulação entre escola náutica, junta de freguesia e comunidade marítima (E16)

Tabela 7 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas ao perfil dos entrevistados e à natureza da sua relação com a atividade piscatória e o turismo local na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 1. Caracterizar, de forma geral, os elementos da comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde.
Questão: 1. Pode começar por se apresentar brevemente, indicando o seu nome, idade, e ocupação atual?
Pescadores, peixeiras ou profissões diretamente ligadas à pesca (E18; E19; E20; E21; E22 e E23)
Indivíduos sem exercício direto com a pesca, mas com ligação familiar ou comunitária ao setor (E24; E25 e E26)
Questão 2. Há quanto tempo exerce, ou exerceu na pesca artesanal?
Percurso iniciado desde cedo, transmissão familiar, vida ligada ao mar (E18; E19; E20; E21; E22 e E23)
Ligação indireta, mas prolongada, através da família, comunidade e contexto local (E24; E25 E26)

Tabela 8 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, ao perfil dos entrevistados e à natureza da sua relação com a atividade piscatória na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

7.8.2 Importância da pesca artesanal

A importância da pesca artesanal constitui um dos pontos de maior convergência entre os grupos, embora seja expressa através de enquadramentos distintos.

No grupo das entidades e agentes económicos, a pesca artesanal é predominantemente entendida como um elemento de elevado valor identitário, patrimonial e territorial.

Vários entrevistados sublinham que Vila do Conde, em particular as Caxinas e Poça da barca, se definem, historicamente pela relação com o mar e a pesca, e que esse valor ultrapassa a dimensão estritamente económica.

As entrevistas E1, E2, E3, E4, E7, E8, E9 e E10 convergem na ideia de que Vila do Conde, e em particular as Caxinas e Poça da Barca, se definem historicamente pela sua ligação ao mar e à pesca, sendo esta atividade entendida como fator distintivo do território e como expressão da sua singularidade.

Em E1, esta dimensão é ampliada ao ponto de a pesca ser associada à própria “portugalidade”.

Complementarmente, em E5, E6, E15 e E17, reforça-se a relevância da pesca enquanto património histórico, memorialístico e sociocultural, sublinhando-se o seu papel na construção da identidade coletiva da comunidade.

Por outro lado, em E11, E12, E13, E14 e E16, embora a partir de posições mais próximas da realidade operacional do setor, reafirma-se a centralidade da atividade piscatória na estrutura económica e social local.

Por sua vez, no grupo da comunidade local / comunidade piscatória, a importância da pesca é expressa de um modo mais concreto e material.

As entrevistas E18, E19, E20, E22 e E23, apresentam a pesca como sustento direto, trabalho e modo de vida, associando-se à manutenção da família, à criação dos filhos e à satisfação das necessidades básicas do agregado doméstico.

Em E21 e E24 a pesca surge igualmente como eixo histórico de organização comunitária e como legado profundamente enraizado.

Já em E25 e E26, enfatiza-se o seu papel enquanto base da estabilidade económica familiar e do funcionamento do comércio e dos serviços locais. Diversos

entrevistados referem que a ausência da atividade marítima se repercute imediatamente na restauração, no comércio de proximidade, nos serviços técnicos e noutros setores económicos no território.

A principal diferença entre os grupos reside no enquadramento da análise. Enquanto as entidades e agentes económicos, privilegiam categorias como identidade, património, coesão territorial e diferenciação do destino, a comunidade local / comunidade piscatória enfatiza o rendimento, a sobrevivência, o esforço familiar e o impacto direto no quotidiano.

Ainda assim, ambos os grupos convergem claramente na ideia de que a pesca artesanal constituiu um eixo estruturante das Caxinas e Poça da Barca.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 2 - Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.
Questão: 3. Na sua perspetiva, qual é a importância da pesca artesanal para a comunidade local e para a economia em Vila do Conde?
“A pesca assume um papel central na identidade do território, sendo um elemento profundamente enraizado na cultura local” (E1) “A atividade piscatória constitui um traço distintivo da comunidade e da sua ligação ao mar” (E2) “A pesca é parte integrante da identidade marítima de Vila do Conde” (E3) “A pesca contribui para a singularidade do território e para a sua valorização enquanto destino” (E4) “A pesca representa um património histórico e cultural fundamental da comunidade” (E5) “A atividade piscatória traduz a memória coletiva e o legado cultural local” (E6) “A atividade piscatória diferencia claramente esta comunidade de outros territórios” (E7) “A pesca é um elemento estruturante da identidade turística local” (E8) “A relação com o mar e a pesca define o posicionamento do território” (E9) “A pesca constitui um fator diferenciador na construção da imagem do destino” (E10) “A pesca mantém um papel relevante na estrutura económica local” (E11) “A atividade continua a ser central para a comunidade piscatória” (E12) “A pesca constitui uma das principais fontes de sustento da zona” (E13) “A sua relevância mantém-se tanto a nível económico como social” (E14) “A pesca é um elemento essencial do património sociocultural das Caxinas” (E15) “A pesca continua a ser um pilar importante da comunidade local” (E16) “A importância da pesca reside também na sua dimensão histórica e identitária” (E17)

Tabela 9 - Excertos das entrevistas relativos à importância sociocultural e económica da atividade piscatória, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 2 - Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.
Questão: 1. Que importância atribui à pesca na sua vida e na comunidade das Caxinas / Poça da Barca
“A pesca é o sustento da minha vida e da minha família” (E18) “é através da pesca que conseguimos garantir o rendimento familiar” (E19) “A pesca é o nosso trabalho e aquilo que nos permite viver” (E20) “A pesca é o centro da vida da comunidade” (E21) “foi a pesca que permitiu criar a família e construir uma vida” (E22) “A pesca é mais do que trabalho, é um modo de vida” (E23) “A comunidade cresceu e desenvolveu-se com base na pesca” (E24) “A economia local depende muito da pesca e do que ela gera” (E25) “quando a pesca para, sente-se em toda a comunidade” (E26)

Tabela 10 - Excertos das entrevistas relativos à importância sociocultural e económica da atividade piscatória, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 2 - Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.
Questão: 2. Na sua perspetiva, qual é a importância da pesca artesanal para a comunidade local e para a economia em Vila do Conde?
Central para a ideia de “portugalidade” e valor identitário ampliado (E1)
Pesca como elemento distintivo do território e da singularidade das Caxinas e Poça da Barca (E2; E3; E4; E7; E8; E9 e E10)
Memória, património histórico, valor sociocultural e identidade coletiva (E5; E6; E15 e E17)
Centralidade económica e social da atividade (E11; E12; E13; E14; e E16)

Tabela 11 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas à importância sociocultural e económica da atividade piscatória, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória	
Objetivo 2 - Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.	
Questão: 1. Que importância atribui à pesca na sua vida e na comunidade das Caxinas / Poça da Barca	
Sustento direto, trabalho e modo de vida	E18; E19; E20; E22 e E23
Eixo histórico de organização comunitária e legado enraizado	E21 e E24
Importância económica da atividade	E25 e E26

Tabela 12 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas à importância sociocultural e económica da atividade piscatória, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

7.8.2.1 Nuvem de palavras

território
identidade
património
comunidade
tradição

Figura 3 – Representação da frequência lexical associada à importância sociocultural e económica da atividade piscatória, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

vida
trabalho
economia
sustento
família

Figura 4 – Representação da frequência lexical associada à importância sociocultural e económica da atividade piscatória, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

7.8.3 Desafios do setor e da comunidade

No que respeita aos principais desafios enfrentados pelos pescadores e pela comunidade, as entidades apresentam uma leitura mais estrutural e sistemática da realidade.

As entrevistas E1, E2, E4, E5, E13 e E15, enfatizam particularmente os constrangimentos legais, regulamentares e políticos que incidem sobre o setor, destacando-se a burocracia, o excesso de legislação, as limitações impostas pela política europeia das pescas, a redução de cotas, a dificuldade de renovação da frota e a marginalização progressiva na chamada economia azul. Por sua vez, em E3, E11, E12 e E14, a tónica recai sobre os deságios ligados à formação, qualificação, organização da atividade e fragilidade estrutural do setor. As entrevistas E6, E7, E8, E9, E10, E16 e E17 convergem na referência a problemas como a perigosidade da atividade, a falta de mão de obra, o envelhecimento da comunidade piscatória, o recurso crescente a trabalhadores estrangeiros, a pressão exercida por outros usos do mar, a instabilidade económica e o agravamento das condições meteorológicas.

Na comunidade local / comunidade piscatória, os desafios são descritos de forma mais direta e concreta, com forte incidência sobre os efeitos práticos da atividade na vida quotidiana. As entrevistas E18, E19 e E20 salientam o peso da burocracia, a acumulação de responsabilidades do mestre e do armador, a exigência administrativa, os horários prolongados e a pressão fiscalizadora. Em E21, E22 e E24, destaca-se a dureza da profissão, a instabilidade dos rendimentos, a escassez de jovens dispostos a entrar no setor, as intempéries e a insuficiência de apoios. Já em E23, E25 e E26, surgem com especial clareza o baixo preço do peixe na primeira venda, o reduzido reconhecimento social da atividade, o risco elevado e a dificuldade em assegurar a sustentabilidade económica da pesca.

Apesar das diferenças de abordagem, verifica-se uma convergência robusta entre os dois grupos em quatro aspetos fundamentais, a escassez de mão de obra, o afastamento das novas gerações, o peso crescente da burocracia e a vulnerabilidade estrutural da atividade. A principal diferença reside no plano analítico, onde as entidades tendem a discutir sobretudo o sistema e os seus constrangimentos, ao passo que a

comunidade descreve, de forma mais direta mais o impacto desses constrangimentos na experiência quotidiana da atividade piscatória.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 2 - Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.
Questão: 4. Quais considera serem os principais desafios que os pescadores e a comunidade local enfrentam atualmente?
“existem fortes limitações decorrentes das políticas europeias, nomeadamente ao nível das cotas e da renovação da frota” (E1) “o excesso de regulamentação e de exigências legais constitui um dos principais entraves à atividade” (E2) “existe necessidade de reforçar a formação e a qualificação dos profissionais do setor” (E3) “há dificuldade em equilibrar a valorização da atividade com as exigências legais e estruturais” (E4) “a atividade enfrenta um conjunto de constrangimentos estruturais que dificultam a sua sustentabilidade” (E5) “a atividade é marcada pela perigosidade e pela instabilidade dos rendimentos” (E6) “a pesca encontra-se numa fase de grande pressão, com múltiplos desafios externos” (E7) “existe uma clara escassez de mão de obra disponível” (E8) “o envelhecimento da comunidade piscatória é um problema evidente” (E9) “tem-se verificado uma crescente dependência de trabalhadores estrangeiros” (E10) “o setor apresenta fragilidades ao nível da organização e estrutura” (E11) “há dificuldades na articulação e representação da atividade” (E12) “a legislação e a burocracia associadas à atividade são cada vez mais exigentes” (E13) “a estrutura do setor revela limitações na sua capacidade de adaptação” (E14) “a pesca tem vindo a perder relevância no contexto da economia azul” (E15) “as condições meteorológicas têm vindo a tornar-se mais adversas” (E16) “há uma transformação progressiva da comunidade e uma perda de centralidade da atividade” (E17)

Tabela 13 - Excertos das entrevistas relativos aos principais desafios e constrangimentos da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 2 - Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.
Questão: 2. Na sua perspetiva, quais são os principais desafios enfrentados pelos pescadores e as suas famílias? De que forma antecipa o futuro da atividade?
“há demasiadas responsabilidades concentradas no mestre e muita burocracia associada” (E18) “a atividade está cada vez mais exigente, com horários longos e muitas obrigações” (E19) “existe muita pressão ao nível da fiscalização e das exigências administrativas” (E20) “a pesca hoje é uma atividade de grande esforço e com muita incerteza” (E21) “é uma profissão muito dura e com poucas garantias de rendimento” (E22) “o preço do peixe na primeira venda é muito baixo face ao esforço” (E23) “as condições do mar e os custos tornam a atividade cada vez mais difícil” (E24) “há pouco reconhecimento para o trabalho que os pescadores fazem” (E25) “é difícil garantir estabilidade económica com a atividade” (E26)

Tabela 14 - Excertos das entrevistas relativos aos principais desafios e constrangimentos da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 2 – Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.
Questão: 4. Quais considera serem os principais desafios que os pescadores e a comunidade local enfrentam atualmente?
Burocracia, legislação, cotas, renovação da frota e marginalização da pesca (E1; E2; E4; E5; E13; E15)
Formação, qualificação, organização da atividade e fragilidade estrutural (E3; E11; E12 e E14)
Perigosidade, falta de mão de obra, envelhecimento, recurso a estrangeiros, pressão de outros usos do mar, instabilidade e agravamento das condições meteorológicas (E6; E7; E8; E9; E10; E16 e E17)

Tabela 15 – Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas aos principais desafios e constrangimentos da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 2 – Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.
Questão: 2. Na sua perspetiva, quais são os principais desafios enfrentados pelos pescadores e as suas famílias? De que forma antecipa o futuro da atividade?
Burocracia, responsabilidades do mestre/armador, horários prolongados e pressão fiscalizadora (E18; E19 e E20)
Dureza da profissão, instabilidade de rendimentos, falta de jovens, intempéries e escassez de apoios (E21; E22 e E24)
Preço baixo do peixe, pouco reconhecimento social, risco e dificuldade de sustentabilidade económica (E23; E25 e E26)

Tabela 16 – Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas aos principais desafios e constrangimentos da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

7.8.3.1 Nuvem de palavras



Figura 5 - Representação da frequência lexical associada aos principais desafios e constrangimentos da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.



Figura 6 - Representação da frequência lexical associada aos principais desafios e constrangimentos da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

7.8.4 Renovação geracional

O envolvimento das novas gerações na pesca surge como o ponto de maior consenso em toda a análise. Em ambos os grupos, predomina a perceção de que os mais jovens tendem a afastar-se progressivamente da atividade.

Nas entidades e agentes económicos, as entrevistas E1, E2, E4, E5, E6, E7 e E15 atribuem esta realidade à reduzida atratividade social da profissão, à sua exigência física, à perigosidade associada, à ausência de estratégias consistentes de renovação geracional e à crescente valorização de percursos alternativos, mais estáveis e socialmente reconhecidos.

Em E3, E11, E12, E13 e E14, sublinha-se a dificuldade efetiva de assegurar a continuidade profissional dentro do setor, apesar da importância da formação e da representação associativa.

Por sua vez, em E8, E9, E10, E16 e E17, é visível a ideia de que a mudança social, o aumento da escolarização e a diversificação das expectativas profissionais afastam os jovens do modelo tradicional de reprodução ocupacional ligado à pesca.

Na comunidade local / comunidade piscatória, as justificações surgem de forma mais empíricas e ligadas à experiência vivida.

As entrevistas E18, E19, E20 e E23 associam a rejeição da profissão à dureza do trabalho, aos horários exigentes, ao baixo valor económico da atividade e à observação do sofrimento vivido pelos familiares.

Em E21 e E22, destaca-se a mudança geracional entre um passado em que o mar surgia como destino natural e um presente em que os filhos dos elementos da comunidade piscatória procuram outros percursos, frequentemente através da escolarização.

Em E24, E25 e E26, sublinha-se a falta de apoios, a pouca atratividade da profissão e a tendência de mais jovens para procurarem alternativas consideradas mais estáveis e menos penosas.

Para além da dimensão económica, emerge igualmente uma componente simbólica e social. A profissão perdeu parte do seu prestígio outrora associado à figura do pescador, passando a ser associada a uma atividade da, arriscada e pouco compensadora. e risco, competindo com estilos de vida percebidos como mais confortáveis ou valorizados. Tal demonstra que o problema da sucessão geracional não se resolve exclusivamente através da melhoria dos rendimentos, embora este fator permaneça relevante.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 2 – Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.
Questão: 5. Como avalia o envolvimento das novas gerações na pesca artesanal? Existem, na sua opinião, estratégias eficazes por parte das entidades para incentivar a continuidade desta tradição?
“verifica-se uma clara dificuldade em atrair novas gerações para a atividade” (E1) “o envolvimento dos jovens é reduzido e constitui uma preocupação crescente” (E2) “a formação pode contribuir, mas não resolve o problema de base” (E3) “a profissão não é percecionada como atrativa pelas gerações mais jovens” (E4) “a dureza e a exigência da atividade afastam potenciais novos profissionais” (E5) “existe uma tendência das próprias famílias para afastar os filhos da pesca” (E6) “as transformações sociais e o aumento da escolarização contribuem para o afastamento” (E7) “os jovens procuram profissões mais estáveis e com melhores condições” (E8) “há uma clara preferência por percursos profissionais alternativos” (E9) “a estabilidade de outras áreas torna a pesca menos atrativa” (E10) “é difícil assegurar a continuidade geracional no setor” (E11) “as estratégias existentes revelam-se insuficientes” (E12) “a renovação geracional é praticamente inexistente” (E13) “não há mecanismos eficazes que garantam a entrada de novos profissionais” (E14) “existe uma ausência de estratégia estruturada a nível nacional” (E15) “a atividade não está a ser comunicada como uma opção viável para os jovens” (E16) “a comunidade afasta-se progressivamente do modelo tradicional de continuidade” (E17)

Tabela 17 – Excertos das entrevistas relativos ao envolvimento das novas gerações e aos desafios da continuidade geracional na atividade piscatória, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 2 – Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.
Questão: 3. Considera que as novas gerações estão a aderir à pesca? Quais os fatores que, na sua opinião, explicam essa tendência?
“cada vez há menos jovens interessados na pesca” (E18) “os mais novos não querem seguir esta atividade” (E19) “é um trabalho muito duro e com horários difíceis” (E20) “antigamente os jovens iam todos para o mar, hoje procuram estudar e fazer outra coisa” (E21) “há uma mudança clara na forma como os jovens veem o futuro” (E22) “o valor do peixe não compensa o esforço da atividade” (E23) “não existem incentivos suficientes para atrair os jovens” (E24) “os jovens procuram trabalhos mais estáveis e com melhores condições” (E25) “há mais opções profissionais e a pesca deixou de ser prioridade” (E26)

Tabela 18 – Excertos das entrevistas relativos ao envolvimento das novas gerações e aos desafios da continuidade geracional na atividade piscatória, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 2 - Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.
Questão: 5. Como avalia o envolvimento das novas gerações na pesca artesanal? Existem, na sua opinião, estratégias eficazes por parte das entidades para incentivar a continuidade desta tradição?
Falta de atratividade, perigosidade, exigência física, ausência de estratégia e valorização de percursos alternativos (E1; E2; E4; E5, E6, E7 e E15)
Dificuldade em assegurar a continuidade profissional (E3; E11; E12; E13 e E14)
Mudança social, escolarização e diversificação das expectativas profissionais (E8; E9; E10; E16 e E17)

Tabela 19 – Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas ao envolvimento das novas gerações e aos desafios da continuidade geracional na atividade piscatória, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 2 - Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória das Caxinas e da Poça da Barca, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional.
Questão: 3. Considera que as novas gerações estão a aderir à pesca? Quais os fatores que, na sua opinião, explicam essa tendência?
Rejeição da profissão por dureza, horários, baixo rendimento e observação do sofrimento familiar (E18; E19, E20 e E23)
Mudança geracional e deslocação para outros percursos (E21 e E22)
Falta de apoios, pouca atratividade e procura por alternativas mais estáveis (E24; E25 e E26)

Tabela 20 – Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas ao envolvimento das novas gerações e aos desafios da continuidade geracional na atividade piscatória, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

7.8.4.1 Nuvem de palavras



A word cloud with five words arranged in a vertical stack. The words are: 'atratividade' (top), 'mudança social' (second), 'alternativas' (third, in blue), 'desinteresse' (fourth), and 'desinteresse' (bottom, in dark blue). The words are in a serif font, with varying sizes and colors (dark blue and blue).

Figura 7 - Representação da frequência lexical associada ao envolvimento das novas gerações e aos desafios da continuidade geracional na atividade piscatória, na perspectiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.



A word cloud with four words arranged in a vertical stack. The words are: 'rejeição' (top), 'desgaste' (second, in blue), 'falta de retorno' (third), and 'instabilidade' (bottom). The words are in a serif font, with varying sizes and colors (dark blue and blue).

Figura 8 - Representação da frequência lexical associada ao envolvimento das novas gerações e aos desafios da continuidade geracional na atividade piscatória, na perspectiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

7.8.5 Experiências turísticas ligadas à pesca atualmente disponíveis em Vila do Conde.

No que se refere às experiências turísticas ligadas à pesca artesanal atualmente disponíveis em Vila do Conde, a conclusão é clara, não existe uma oferta turística estruturada neste domínio.

Entre as entidades e agentes económicos, as entrevistas E1, E2, E3 e E17 afirmam não conhecer experiências organizadas de turismo associadas especificamente à pesca artesanal, embora reconheçam potencial para a sua criação.

As entrevistas E4, E5, E6, E7, E8, E9 e E10 reconhecem o mar e a cultura marítima enquanto ativos turísticos relevantes, mas não identificam um produto estruturado centrado na pesca artesanal.

Por sua vez, E11, E12, E13, E14 e E15 afirmam diretamente desconhecer iniciativas deste tipo, enquanto E16 menciona que a Casa Favais e a vertente da pesca desportiva, mas não a pesca artesanal propriamente dita.

Na comunidade local / comunidade piscatória, o desconhecimento é ainda mais evidente, entre as entrevistas E18 a E26, as respostas tendem a convergir para a inexistência de atividades deste género, ou se existirem, serem desconhecidas para quem vive a realidade local.

Estes resultados apontam, de forma inequívoca, para a existência de uma lacuna ao nível da estruturação, divulgação e operacionalização de um produto turístico ligado à pesca artesanal.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 3 - Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória.
Questão: 1. Que experiências turísticas relacionadas com a pesca artesanal se encontram atualmente disponíveis em Vila do Conde?
“não tenho conhecimento de experiências estruturadas associadas à pesca artesanal” (E1) “não existem, atualmente, produtos turísticos organizados centrados na pesca” (E2) “não conheço iniciativas específicas ligadas à pesca artesanal enquanto produto turístico” (E3) “existe potencial associado ao mar, mas não um produto estruturado na pesca artesanal” (E4) “existe potencial associado ao mar, mas não um produto estruturado na pesca artesanal” (E5) “o mar é valorizado, mas a pesca artesanal não está integrada numa oferta concreta” (E6) “há matéria-prima para desenvolver experiências, mas não existe estruturação” (E7) “o mar é um elemento relevante na oferta turística, mas não especificamente a pesca artesanal” (E8) “a valorização turística existe, mas não direcionada para a pesca artesanal” (E9) “não há um produto estruturado que explore diretamente esta atividade” (E10) “não tenho conhecimento de experiências deste tipo” (E11) “não conheço atividades turísticas relacionadas com a pesca artesanal” (E12) “não existem iniciativas estruturadas nesse sentido” (E13) “não tenho conhecimento de experiências organizadas” (E14) “não conheço oferta turística ligada diretamente à pesca” (E15) “existem atividades ligadas à pesca desportiva, mas não à pesca artesanal enquanto experiência turística” (E16) “não há uma oferta estruturada que explore diretamente a pesca artesanal” (E17)

Tabela 21 - Excertos das entrevistas relativos à oferta turística existente e às experiências associadas à pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 3 - Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória.
Questão: 1. Tem conhecimento de atividades turísticas relacionadas com o mar ou com a pesca em Vila do Conde? Em caso de afirmativo, quais?
“não conheço atividades turísticas relacionadas com a pesca” (E18) “não existem, pelo menos que eu tenha conhecimento” (E19) “não tenho conhecimento de iniciativas desse tipo” (E20) “não sei de nenhuma atividade ligada à pesca nesse contexto” (E21) “não tenho conhecimento de atividades turísticas relacionadas com a pesca” (E22) “não conheço nada organizado nesse sentido” (E23) “não tenho conhecimento, nunca vi esse tipo de atividade” (E24) “não sei de nenhuma iniciativa ligada à pesca como turismo” (E25) “não tenho conhecimento de experiências desse gênero” (E26)

Tabela 22 - Excertos das entrevistas relativos à oferta turística existente e às experiências associadas à pesca artesanal, na perspectiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Entidades / Agentes económicos locais	
Objetivo 3 - Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória.	
Subcategoria	Entrevistado
Questão: 1. Que experiências turísticas relacionadas com a pesca artesanal se encontram atualmente disponíveis em Vila do Conde?	
Desconhecimento de experiências organizadas especificamente ligadas à pesca artesanal, apesar do reconhecimento de potencial	E1; E2; E3 e E17
Reconhecimento do mar/cultura marítima como ativos turísticos, sem produto estruturado	E4; E5; E6; E7, E8, E9 e E10
Desconhecimento direto de iniciativas deste tipo	E11; E12; E13; E14 e E15
Referência à Casa Favais e à pesca desportiva, mas não à pesca artesanal	E16

Tabela 23 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas à oferta turística existente e às experiências associadas à pesca artesanal, na perspectiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 3 - Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória.
Questão: 1. Tem conhecimento de atividades turísticas relacionadas com o mar ou com a pesca em Vila do Conde? Em caso de afirmativo, quais?
Inexistência ou desconhecimento dessas atividades (E18 a E26)

Tabela 24 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas à oferta turística existente e às experiências associadas à pesca artesanal, na perspectiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

7.8.5.1 Nuvem de palavras

potencial
ausência

Figura 9 - Representação da frequência lexical associada à oferta turística existente e às experiências associadas à pesca artesanal, na perspectiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

desconhecimento
ausência

Figura 10 - Representação da frequência lexical associada à oferta turística existente e às experiências associadas à pesca artesanal, na perspectiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

7.8.6 Turismo como instrumento de valorização da pesca e da comunidade

Relativamente ao turismo enquanto elemento de valorização da pesca e da comunidade, observa-se uma forte convergência entre os grupos.

Nas entidades e agentes económicos, as entrevistas E1, E4, E5, E7, E8, E9 e E10 apresentam o turismo como ferramenta estratégica de valorização territorial, diferenciação da oferta e reforço da identidade local.

Em E2, E3 e E6, destaca-se o seu potencial para valorizar um ecossistema cultural e comunitário mais amplo. Em E11, E12, E13 e E14, o turismo é entendido como forma de dar visibilidade à atividade, gerar reconhecimento social e criar rendimento complementar.

Já em E15, E16 e E17, reforça-se a sua relevância enquanto mecanismo de aproximação entre o mundo terrestre e o universo marítimo, bem como de valorização e divulgação da identidade comunitária.

Ainda assim, este grupo sublinha com frequência a necessidade de uma adequada estruturação, comunicação e enquadramento do produto.

Na comunidade local / comunidade piscatória, o turismo é igualmente percecionado de forma positiva, embora com maior ênfase nos seus efeitos práticos.

As entrevistas E18, E19 e E20 valorizam a possibilidade de mostrar o quotidiano dos pescadores, a qualidade do pescado e o esforço associado à profissão, bem como a criação de novas fontes de rendimento.

Em E21, E22 e E23, o turismo é visto como possibilidade favorável, desde que exista apoio, organização e valorização efetiva da zona e do produto pescado.

Em E24, E25 e E26, destaca-se o seu potencial enquanto solução futura para o setor, fonte de investimento e instrumento de reconhecimento e inovação.

Desta forma, o turismo é globalmente encarado de forma positiva por ambos os grupos, embora com nuances distintas. As entidades tendem a enfatizar a estruturação, posicionamento e produto, ao passo que a comunidade privilegia rendimento, reconhecimento e visibilidade.

Em conjunto, estas perspetivas apontam para a viabilidade conceptual da proposta.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 3 – Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória.
Questão: 2. Na sua perspetiva, de que forma as iniciativas turísticas podem contribuir para a valorização da pesca artesanal e da comunidade piscatória?
“o turismo pode constituir uma oportunidade de valorização do território e da atividade piscatória” (E1) “o turismo pode valorizar todo o ecossistema cultural associado à pesca” (E2) “permite dar visibilidade à realidade da atividade e da comunidade” (E3) “as iniciativas turísticas permitem reforçar a identidade da comunidade” (E4) “o turismo contribui para a valorização do património cultural ligado à pesca” (E5) “as iniciativas turísticas contribuem para valorizar o contexto social da pesca” (E6) “pode potenciar a valorização da comunidade enquanto elemento diferenciador” (E7) “o turismo permite diferenciar o destino através da sua identidade marítima” (E8) “as iniciativas turísticas reforçam o posicionamento do território” (E9) “a pesca pode ser integrada como elemento distintivo da oferta turística” (E10) “o turismo pode dar maior visibilidade e reconhecimento à atividade” (E11) “permite criar rendimento complementar para os pescadores” (E12) “contribui para valorizar a pesca local e os seus profissionais” (E13) “pode reforçar o reconhecimento social da atividade” (E14) “permite aproximar o público da realidade da pesca” (E15) “pode ser uma solução viável, desde que bem estruturada” (E16) “contribui para a valorização e divulgação da identidade comunitária” (E17)

Tabela 25 – Excertos das entrevistas relativos ao potencial do turismo na valorização da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 3 – Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória.
Questão: 2. Na sua opinião, o turismo poderá contribuir para a valorização das comunidades piscatórias e para o futuro do setor? De que forma?
“o turismo pode mostrar às pessoas como é realmente a vida dos pescadores” (E18) “permite dar a conhecer a qualidade do peixe e o trabalho envolvido” (E19) “ajuda a mostrar o esforço que existe por trás da atividade” (E20) “pode ser positivo para a comunidade, desde que exista apoio” (E21) “pode ajudar a valorizar o território” (E22) “permite valorizar o peixe e a própria comunidade” (E23) “pode ser uma solução importante para o futuro da pesca” (E24) “é uma área onde se poderia investir para trazer mais rendimento” (E25) “traz inovação e reconhecimento à atividade” (E26)

Tabela 26 – Excertos das entrevistas relativos ao potencial do turismo na valorização da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 3 - Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória.
Questão: 2. Na sua perspetiva, de que forma as iniciativas turísticas podem contribuir para a valorização da pesca artesanal e da comunidade piscatória?
Valorização territorial, diferenciação da oferta e reforço da identidade local (E1; E4; E5; E7; E9 e E10)
Valorização de um ecossistema cultural e comunitário mais amplo (E2; E3 e E6)
Visibilidade da atividade, reconhecimento social e rendimento complementar (E11; E12; E13 e E14)
Aproximação entre o mundo terrestre e o universo marítimo, bem como valorização/divulgação da identidade comunitária (E15; E16 e E17)

Tabela 27 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas ao potencial do turismo na valorização da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 3 - Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória.
Questão: 2. Na sua opinião, o turismo poderá contribuir para a valorização das comunidades piscatórias e para o futuro do setor? De que forma?
Mostrar o quotidiano do pescador, a qualidade do pescado, o esforço da profissão e a criação de novas fontes de rendimento (E18; E19 e E20)
Possibilidade favorável, desde que haja apoio, organização e valorização efetiva (E21; E22 e E23)
Turismo como solução futura, fonte de investimento, reconhecimento e inovação (E24; E25 e E6)

Tabela 28 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas ao potencial do turismo na valorização da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

7.8.6.1 Nuvem de palavras



Figura 11 - Representação da frequência lexical associada ao potencial do turismo na valorização da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

7.8.7 Opinião sobre a criação de um roteiro turístico centrado na tradição da pesca artesanal.

valorização
divulgação
reconhecimento
rendimento

Figura 12 - Representação da frequência lexical associada ao potencial do turismo na valorização da atividade piscatória e da comunidade local, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

A opinião sobre a criação de um roteiro turístico centrado na tradição da pesca artesanal é globalmente muito positiva nos grupos.

Nas entidades e agentes económicos, as entrevistas E1, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E13, E15, E16 e E17, revelam uma avaliação favorável do projeto, sublinhando o seu potencial estratégico, territorial e identitário.

Em E2, a principal preocupação incide sobre o enquadramento legal, em E11, E12 e E14, a aceitação também é positiva, embora explicitamente condicionada ao respeito pela atividade piscatória e à garantia de benefícios concretos para a comunidade.

Assim, neste grupo, a adesão ao roteiro é clara, mas associada a exigências de viabilidade, legalidade, estruturação e adequação à realidade local.

Na comunidade local / comunidade piscatória, a aceitação do projeto é igualmente favorável, embora marcada com prudência.

As entrevistas E18, E19, E20, E24, E25 e E26 consideram o roteiro benéfico, desde que seja bem organizado, não interfira com a faina e represente utilidade efetiva para os envolvidos.

Em E21, a aceitação depende da existência de apoio e remuneração, enquanto E22 e E23 revelam igualmente abertura à proposta, sobretudo quando associada à valorização da atividade e da comunidade.

Assim, não se observa rejeição generalizada em nenhum dos grupos. O que emerge é uma aceitação amplamente favorável, acompanhada de condições de

execução relacionadas com segurança, organização, enquadramento legal e benefícios concretos.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 3 - Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória.
Questão: 3. Como avalia a criação de um roteiro turístico centrado na tradição da pesca artesanal nas Caxinas e na Poça da Barca? Que benefícios e desafios prevê?
“é uma iniciativa com grande potencial para valorizar a atividade e o território” (E1) “existem desafios ao nível da regulamentação” (E2) “tudo o que contribua para valorizar a região é positivo” (E3) “vejo o projeto com muito bons olhos” (E4) “pode ser uma mais-valia para a comunidade” (E5) “trata-se de uma oportunidade relevante de valorização” (E6) “o roteiro pode contribuir para a dinamização da comunidade” (E7) “é uma proposta com potencial para diferenciar o destino” (E8) “pode reforçar a imagem territorial” (E9) “é uma forma de valorizar a identidade local” (E10) “deve respeitar a realidade da pesca e não interferir com a atividade” (E11) “é necessário assegurar benefícios concretos para a comunidade” (E12) “pode complementar a atividade piscatória” (E13) “o projeto deve ser desenvolvido com equilíbrio” (E14) “é uma iniciativa positiva, desde que respeite a comunidade” (E15) “é viável, desde que exista coordenação” (E16) “tem relevância ao nível da valorização identitária” (E17)

Tabela 29 - Excertos das entrevistas relativos à avaliação da criação de um roteiro turístico centrado na pesca artesanal, incluindo os seus potenciais benefícios e desafios, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 3 - Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória.
Questão: 3. Como avalia a criação de um produto turístico baseado na pesca artesanal? Considera que poderá trazer benefícios ou constrangimentos para a comunidade piscatória?
“pode ajudar a valorizar a atividade” (E18) “permite dar a conhecer o trabalho dos pescadores” (E19) “pode gerar rendimento adicional” (E20) “depende do apoio e da remuneração” (E21) “não vejo problema, pode ser positivo” (E22) “é interessante, desde que seja bem pensado” (E23) “se for bem organizado, não deverá trazer problemas” (E24) “é uma boa forma de aproveitar períodos em que não se vai ao mar” (E25) “é uma ideia viável, se for bem estruturada” (E26)

Tabela 30 - Excertos das entrevistas relativos à avaliação da criação de um roteiro turístico centrado na pesca artesanal, incluindo os seus potenciais benefícios e desafios, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 3 - Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória.
Questão: 3. Como avalia a criação de um roteiro turístico centrado na tradição da pesca artesanal nas Caxinas e na Poça da Barca? Que benefícios e desafios prevê?
Avaliação favorável, reconhecimento do potencial estratégico, territorial e identitário (E1; E3; E4; E5; E6; E7; E8; E9; E10; E13; E15; E16 e E17)
Preocupação com o enquadramento legal (E2)
Aceitação positiva condicionada ao respeito pela atividade e aos benefícios concretos para a comunidade (E11; E12; E14)

Tabela 31 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas à avaliação da criação de um roteiro turístico centrado na pesca artesanal, incluindo os seus potenciais benefícios e desafios, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 3 - Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória.
Questão: 3. Como avalia a criação de um produto turístico baseado na pesca artesanal? Considera que poderá trazer benefícios ou constrangimentos para a comunidade piscatória?
Aceitação benéfica, desde que bem organizado, sem interferir com a faina e com utilidade efetiva (E18; E19; E20; E24; E25 e E26)
Aceitação mediante o apoio e remuneração (E21)
Abertura total, sobretudo se associado à valorização da atividade e da comunidade (E22; E23)

Tabela 32 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas à avaliação da criação de um roteiro turístico centrado na pesca artesanal, incluindo os seus potenciais benefícios e desafios, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

7.8.7.1 Nuvem de palavras



Figura 13 - Representação da frequência lexical associada à avaliação da criação de um roteiro turístico centrado na pesca artesanal, incluindo os seus potenciais benefícios e desafios, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.



Figura 14 - Representação da frequência lexical associada à avaliação da criação de um roteiro turístico centrado na pesca artesanal, incluindo os seus potenciais benefícios e desafios, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

7.8.8 Elementos essenciais que devem constar no roteiro

No que respeita aos elementos essenciais que devem integrar o roteiro, verifica-se uma convergência significativa entre os grupos, ainda que com diferentes ênfases.

Nas entidades e agentes económicos, as entrevistas E1, E2, E3 e E5 convergem na ideia de que qualquer produto desta natureza deve valorizar o conhecimento acumulado da comunidade e a sua singularidade.

Em E4, E6, E8 e E15, enfatizam-se dimensões como a linguagem caxineira, a religiosidade, as tradições comunitárias, a gastronomia, a memória histórica, o território marítimo e a leitura cultural da atividade.

Em E7, E9 e E10, sobressai a importância da autenticidade, da circularidade entre mar e terra e do enquadramento gastronómico e territorial.

Em E11, E12, E13, E14 e E16, são valorizados aspetos como histórias reais, os tipos de embarcações, as artes de pesca, os materiais utilizados, a formação necessária, a inovação tecnológica e a articulação com entidades do setor.

Finalmente, em E17, reforça-se a perspetiva histórico-cultural e o peso da memória coletiva e da identidade comunitária.

Na comunidade local / comunidade piscatória, o foco recai sobretudo sobre a autenticidade prática da experiência.

As entrevistas E18, E19 e E25 valorizam particularmente a história das Caxinas, o crescimento da comunidade, o calão caxineiro e a língua própria.

Em E20, E21 e E26, destacam-se os aparelhos eletrónicos, os pescueiros, os fundos, as técnicas antigas, os armazéns, os materiais utilizados e a inovação das embarcações. Já em E22, E23 e E24, sublinham-se as artes de pesca, a manutenção das redes, a descarga do peixe, a lota, o ambiente familiar a bordo e a realidade concreta do trabalho.

Esta visão revela, com particular nitidez, o que a própria comunidade entende como autenticidade. Ambos os grupos convergem, assim, na ideia de que o roteiro não deve limitar-se a um simples passeio marítimo, devendo antes configurar-se como experiência interpretativa, enraizada na cultura local e capaz de traduzir linguagem, memória, tecnologia, trabalho, religiosidade e gastronomia.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 4 - Analisar os elementos que configuram práticas tradicionais no âmbito da pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca em Vila do Conde.
Questão: 1. Na sua perspetiva, quais são os elementos essenciais que deverão estar integrados no roteiro, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade?
“o roteiro deve valorizar o conhecimento acumulado da comunidade piscatória” (E1) “é essencial integrar a singularidade da atividade e do território” (E2) “a autenticidade deve assentar no saber-fazer tradicional” (E3) “devem ser incluídas as tradições, a identidade e o contexto cultural da comunidade” (E4) “o conhecimento local deve estar no centro da experiência” (E5) “a linguagem caxineira, a religiosidade e as práticas culturais são fundamentais” (E6) “é importante criar uma ligação entre o mar e o território” (E7) “o storytelling associado à pesca e à comunidade é essencial” (E8) “a experiência deve integrar o enquadramento territorial e gastronómico” (E9) “a autenticidade depende da ligação ao contexto real da comunidade” (E10) “devem ser incluídas as artes de pesca e os tipos de embarcações” (E11) “as histórias reais e o funcionamento da atividade são essenciais” (E12) “é importante articular o roteiro com entidades do setor” (E13) “a realidade concreta da atividade deve ser demonstrada” (E14) “o roteiro deve refletir a dimensão cultural e simbólica da atividade” (E15) “os materiais, a formação e a componente tecnológica devem estar presentes” (E16) “o roteiro deve valorizar a memória histórica e a identidade da comunidade” (E17)

Tabela 33 - Excertos das entrevistas relativos aos elementos essenciais a integrar num roteiro turístico baseado na pesca artesanal, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 4 - Analisar os elementos que configuram práticas tradicionais no âmbito da pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca em Vila do Conde.
Questão: 1. Na sua perspetiva, quais são os elementos mais relevantes que deverão ser incluídos num roteiro para assegurar a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade?
“deve contar a história das Caxinas e da comunidade” (E18) “é importante incluir o calão caxineiro” (E19) “devem ser mostrados os aparelhos, os pesqueiros e a forma como se trabalha” (E20) “é importante explicar os fundos, as técnicas antigas e os locais de pesca” (E21) “é importante mostrar as artes de pesca e o arranjo das redes” (E22) “a chegada do peixe, a descarga e a lota devem fazer parte” (E23) “deve mostrar-se o ambiente do barco e o trabalho real dos pescadores” (E24) “a língua própria e a história da pesca devem fazer parte” (E25) “devem ser incluídos os materiais, os armazéns e o funcionamento das embarcações” (E26)

Tabela 34 - Excertos das entrevistas relativos aos elementos essenciais a integrar num roteiro turístico baseado na pesca artesanal, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 4 - Analisar os elementos que configuram práticas tradicionais no âmbito da pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca em Vila do Conde.
Questão: 1. Na sua perspetiva, quais são os elementos essenciais que deverão estar integrados no roteiro, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade?
Valorização do conhecimento acumulado e da singularidade da comunidade (E1; E2; E3 e E5)
Linguagem caxineira, religiosidade, tradições, gastronomia, memória histórica, território marítimo e leitura cultural (E4; E6; E8 e E15)
Autenticidade, circularidade mar-terra e enquadramento gastronómico/territorial (E7; E9 e E10)
Histórias reais, tipos de embarcações, artes de pesca, materiais, formação, inovação tecnológica e articulação com entidades (E11; E12; E13; E14 e E16)
Memória coletiva e identidade comunitária (E17)

Tabela 35 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas aos elementos essenciais a integrar num roteiro turístico baseado na pesca artesanal, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 4 - Analisar os elementos que configuram práticas tradicionais no âmbito da pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca em Vila do Conde.
Questão: 1. Na sua perspetiva, quais são os elementos mais relevantes que deverão ser incluídos num roteiro para assegurar a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade?
História das Caxinas, crescimento da comunidade, calão caxineiro (E18; E19 e E25)
Aparelhos eletrónicos, pesqueiros, fundos, técnicas antigas, armazéns, materiais e inovação (E20; E21 e E26)
Artes de pesca, manutenção das redes, descarga do peixe, lota, ambiente familiar e realidade concreta do trabalho (E22; E23 e E24)

Tabela 36 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas aos elementos essenciais a integrar num roteiro turístico baseado na pesca artesanal, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

7.8.8.1 Nuvem de palavras



A word cloud with four words stacked vertically. The words are 'tradição', 'património', 'identidade', and 'cultura'. 'tradição' and 'património' are in a dark blue serif font. 'identidade' is in a dark blue serif font. 'cultura' is in a lighter blue sans-serif font.

Figura 15 - Representação da frequência lexical associada aos elementos essenciais a integrar num roteiro turístico baseado na pesca artesanal, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.



A word cloud with four words stacked vertically. The words are 'prática', 'quotidiano', 'conhecimento', and 'realidade'. 'prática' is in a light blue sans-serif font. 'quotidiano' is in a dark blue serif font. 'conhecimento' is in a dark blue serif font. 'realidade' is in a dark blue serif font.

Figura 16 - Representação da frequência lexical associada aos elementos essenciais a integrar num roteiro turístico baseado na pesca artesanal, de modo a garantir a sua autenticidade, atratividade e sustentabilidade, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

7.8.9 Papel dos entrevistados no desenvolvimento, implementação e divulgação do roteiro

Relativamente ao papel dos diferentes entrevistados no desenvolvimento, implementação e divulgação do roteiro, no grupo das entidades e dos agentes económicos destaca-se a relevância da estrutura institucional, da mediação e de promoção.

As entrevistas E4, E7, E8, E9 e E10 atribuem à Câmara Municipal de Vila do Conde um papel central na articulação entre agentes, no apoio a candidaturas, na divulgação e no enquadramento institucional do projeto.

Em E2, a autoridade marítima estabelece um papel a nível de regulamentação e de fiscalização, em E11, a Propesca surge como parceira técnica e validadora, em E12 e E14, as associações ligadas à pesca aparecem como estruturas indispensáveis de representação da atividade, em E13, a Associação Pro Maior Segurança dos Homens do Mar é identificada como apoio relevante na componente da segurança.

Nas entrevistas E15 e E17, reforça-se a importância da memória, da interpretação patrimonial e da documentação, em E16 a Junta de freguesia de Vila do Conde e a Escola Náutica Vasco da Gama demonstram a possibilidade de apoio à formação e operacionalização.

Por fim em E1, E3 e E5, destaca-se a abertura institucional, a centralidade da formação marítima e a valorização da dimensão cultural e patrimonial.

Na comunidade local / comunidade piscatória, a participação surge como condição indispensável à autenticidade do roteiro.

As entrevistas E18, E19 e E20, evidenciam disponibilidade para colaborar ativamente e a convicção de que a comunidade deveria de ser incluída no projeto.

Em E21 e E22, valoriza-se o contributo dos mestres, dos reformados e do conhecimento prático acumulado, incluindo o trabalho feminino de apoio à pesca.

Em E23, E24, E25 e E26, reforça-se que sem a aceitação e o envolvimento dos pescadores, mestres, patrões, trabalhadores e restantes elementos locais, o projeto perderia legitimidade, verdade e capacidade de representar adequadamente a realidade piscatória.

A complementaridade entre grupos é particularmente evidente. As entidades fornecem estrutura, articulação, apoio institucional e promoção, a comunidade fornece conteúdo através do conhecimento prático, autenticidade e experiência vivida.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 5 - Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local.
Questão: 1. Que papel considera que a comunidade piscatória poderá desempenhar no desenvolvimento e na implementação deste roteiro?
“a comunidade deve participar diretamente no projeto” (E18) “os pescadores podem ajudar e colaborar na sua implementação” (E19) “a comunidade tem de estar envolvida para que funcione” (E20) “os mestres e os mais velhos podem explicar como era a pesca antigamente” (E21) “o conhecimento da comunidade é essencial para mostrar a realidade” (E22) “sem a comunidade, o projeto não representa a realidade” (E23) “é importante que os pescadores façam parte para garantir verdade” (E24) “a comunidade é quem melhor conhece a atividade” (E25) “os pescadores, mestres e trabalhadores devem participar diretamente no roteiro” (E26)

Tabela 37 - Excertos das entrevistas relativas ao papel dos entrevistados no desenvolvimento, implementação e divulgação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 5 - Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local.
Questão: 1. Que papel considera que a sua entidade poderá desempenhar no desenvolvimento, implementação e divulgação deste roteiro?
“existe abertura institucional para apoiar iniciativas desta natureza” (E1) “a entidade terá um papel ao nível da regulamentação e fiscalização” (E2) “a formação pode ser um contributo relevante para a implementação” (E3) “a entidade pode apoiar ao nível da articulação entre diferentes parceiros” (E4) “a entidade pode contribuir para a valorização cultural do projeto” (E5) “a entidade poderá contribuir para a valorização cultural da comunidade, assegurando que o projeto integra as tradições, a identidade local e o património associado à pesca” (E6) “o município pode assumir um papel central na ligação entre turismo, pesca e restantes agentes” (E7) “é possível contribuir para a coordenação e estruturação do projeto” (E8) “a entidade pode enquadrar e integrar o projeto na estratégia territorial” (E9) “há um papel relevante na organização e articulação institucional” (E10) “podemos contribuir enquanto entidade técnica e de validação” (E11) “as associações podem representar e defender os interesses da comunidade” (E12) “a entidade pode apoiar na componente de segurança da atividade” (E13) “há um papel relevante na representação do setor” (E14) “podemos contribuir para a valorização patrimonial e interpretação da atividade” (E15) “a entidade pode apoiar ao nível da formação e operacionalização” (E16) “há um papel importante na divulgação e documentação da memória da comunidade” (E17)

Tabela 38 - Excertos das entrevistas relativas ao papel dos entrevistados no desenvolvimento, implementação e divulgação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 5 - Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local.
Questão: 1. Que papel considera que a sua entidade poderá desempenhar no desenvolvimento, implementação e divulgação deste roteiro?
Apoio institucional por parte da Câmara Municipal de Vila do Conde (E4; E7; E8; E9 e E10)
Regulamentação e fiscalização (E2)
Parceria técnica e validação (E11)
Representação da atividade (E12 e E14)
Segurança (E13)
Memória, interpretação patrimonial e documentação (E15 e E17)
Apoio à formação e operacionalização (E16)
Abertura institucional, centralidade da formação e marítima e valorização da dimensão cultural/patrimonial (E1; E3 e E5)

Tabela 39 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas ao papel dos entrevistados no desenvolvimento, implementação e divulgação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 5 - Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local.
Questão: 1. Que papel considera que a comunidade piscatória poderá desempenhar no desenvolvimento e na implementação deste roteiro?
Disponibilidade em colaborar ativamente e convicção de que a comunidade deve ser incluída (E18; E19 e E20)
Contributo dos mestres, reformados e conhecimento prático acumulado, incluindo o trabalho feminino de apoio (E21 e E22)
Sem o envolvimento da comunidade o projeto perderia legitimidade, verdade e capacidade representativa (E23; E24; E25 e E26)

Tabela 40 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas ao papel dos entrevistados no desenvolvimento, implementação e divulgação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

7.8.9.1 Nuvem de palavras



promoção
coordenação
apoio

Figura 18 - Representação da frequência lexical associada ao papel dos entrevistados no desenvolvimento, implementação e divulgação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.



contributo
participação
partilha

Figura 17 - Representação da frequência lexical associada ao papel dos entrevistados no desenvolvimento, implementação e divulgação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

7.8.10 Cuidados e normas de segurança

Por fim, a segurança é unanimemente vista como uma condição não negociável.

Entre as entidades e agentes económicos, as entrevistas E1, E2, E3, E5, E7 e E13 enfatizam particularmente o cumprimento legal, a fiscalização, a formação em segurança no mar e a necessidade de garantir que os critérios aplicáveis aos pescadores sejam igualmente válidos para os visitantes.

Em E4, E6 e E8, salienta-se a adequação das experiências às condições meteorológicas, a articulação com entidades competentes e a utilização de equipamentos de proteção.

As entrevistas, E9, E10, E11, E12, E14, E15, E16 e E17 reforçam, de diferentes modos, a necessidades de respeito pelas normas, de embarcações devidamente preparadas, de lotação controlada e de respeito pelas normas, de embarcações devidamente preparadas, de lotação controlada e de responsabilidade no contato com o mar.

No conjunto, este grupo centra-se sobretudo na norma, no controlo, no enquadramento legal e no planeamento.

Na comunidade local / comunidade piscatória, a segurança é formulada em termos mais práticos. As entrevistas E18, E19, E20 e E23 valorizam a escolha de dias calmos, a consulta da meteorologia, o uso de coletes salva-vidas e a atenção permanente ao estado do mar.

Em E21 e E22, reforça-se a importância do equipamento individual adequado, como roupa apropriada e proteção contra o frio.

Já em E24, E25 e E26, sublinham-se as normas claras, a explicação prévia por pessoas experientes e a utilização de equipamentos de proteção e de instruções de segurança antes do início da experiência.

Assim, embora formuladas de modo distinto, as respostas coincidem substancialmente, demonstrando que a segurança constitui uma preocupação central e transversal a todos os entrevistados.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 5 - Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local.
Questão: 2. Que cuidados e normas de segurança considera fundamentais para proteger os turistas e pescadores durante a realização do roteiro? (nomeadamente no contexto marítimo, zona protoária e áreas de visitação)
“é fundamental garantir o cumprimento integral das normas aplicáveis à atividade marítima” (E1) “a segurança passa pelo cumprimento rigoroso da legislação e pela fiscalização” (E2) “a formação em segurança no mar é um elemento essencial” (E3) “é importante explicar tudo antes de começar” (E4) “é necessário garantir que todos os intervenientes têm preparação adequada” (E5) “é importante articular com entidades competentes e avaliar as condições do mar” (E6) “a embarcação deve estar devidamente equipada e em boas condições” (E7) “o uso de coletes salva-vidas é obrigatório” (E8) “é essencial garantir que as embarcações cumprem todos os requisitos de segurança” (E9) “a tripulação deve estar preparada para lidar com situações de risco” (E10) “é fundamental respeitar a realidade da atividade e os seus riscos” (E11) “as embarcações devem estar adaptadas à presença de visitantes” (E12) “as regras aplicáveis aos pescadores devem aplicar-se igualmente aos turistas” (E13) “é necessário assegurar condições técnicas adequadas” (E14) “a segurança implica responsabilidade por parte de todos os intervenientes” (E15) “a lotação deve ser controlada e o uso de equipamentos de proteção garantido” (E16) “é essencial manter o respeito pelo risco associado ao mar” (E17)

Tabela 41 - Excertos das entrevistas relativos aos cuidados e normas de segurança a considerar na implementação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 5 - Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local.
Questão: 2. Que cuidados e normas de segurança considera fundamentais para proteger os turistas e pescadores durante a realização do roteiro? (nomeadamente no contexto marítimo, zona protoária e áreas de visitação)
“só deve ser feito em dias de mar calmo” (E18) “é preciso garantir bom tempo antes de sair” (E19) “os barcos já têm equipamentos, mas têm de ser usados” (E20) “os coletes insufláveis são muito importantes” (E21) “é necessário usar roupa adequada e proteção contra o frio” (E22) “tem de se estar sempre atento ao estado do mar” (E23) “devem existir regras claras para quem participa” (E24) “é importante explicar tudo antes de começar” (E25) “os participantes devem receber instruções de segurança” (E26)

Tabela 42 - Excertos das entrevistas relativos aos cuidados e normas de segurança a considerar na implementação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 5 - Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local.
Questão: 2. Que cuidados e normas de segurança considera fundamentais para proteger os turistas e pescadores durante a realização do roteiro? (nomeadamente no contexto marítimo, zona protoária e áreas de visitação)
Cumprimento legal, fiscalização, formação em segurança do mar e aplicação dos mesmos critérios aos visitantes (E1; E2; E3; E5; E7 e E13)
Adequação às condições meteorológicas, articulação com entidades e equipamentos de proteção (E4; E6 e E8)
Respeito pelas normas, embarcações preparadas, lotação controlada e responsabilidade no contato com o mar (E9; E10; E11; E12; E14; E15; E16 e E17)

Tabela 43 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas aos cuidados e normas de segurança a considerar na implementação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 5 - Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local.
Questão: 2. Que cuidados e normas de segurança considera fundamentais para proteger os turistas e pescadores durante a realização do roteiro? (nomeadamente no contexto marítimo, zona protoária e áreas de visitação)
Questões meteorológicas e coletes salva-vidas (E18; E19, E20 e E23)
Equipamento individual adequado, roupa apropriada e proteção contra o frio (E21 e E22)
Normas claras, explicação prévia por pessoas experientes e instruções de segurança (E24; E25 e E26)

Tabela 44 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas aos cuidados e normas de segurança a considerar na implementação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

7.8.10.1 Nuvem de palavras



Figura 19 - Representação da frequência lexical associada aos cuidados e normas de segurança a considerar na implementação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.



Figura 20 - Representação da frequência lexical associada aos cuidados e normas de segurança a considerar na implementação de um roteiro turístico baseado na pesca artesanal, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

7.8.11 Mensagem final e opiniões

As mensagens finais reforçam tendências já identificadas.

Entre as entidades e agentes económicos, as entrevistas E1, E2, E3 e E5 evidenciam esperança no setor e valorização de tudo o que contribua para enriquecer e preservar a região.

Em E4, E7, E15 e E17, reforça-se o potencial estratégico, patrimonial e identitário da comunidade piscatória.

Em E6, é particularmente forte o apelo à preservação do ecossistema cultural e social das Caxinas e da Poça da Barca.

Em E8, sobressai a exigência de respeito pelo mar, pela pesca e pelas pessoas.

Já em E9, E10, E11, E12, E13, E14, e E16, emergem ideias relacionadas com maior articulação institucional, valorização da pesca enquanto identidade, economia e sustento, e necessidade de concretizar iniciativas que, muitas vezes, permanecem apenas ao nível discursivo.

Na comunidade local / comunidade piscatória, as mensagens finais estruturam-se em torno de três eixos, respeito pelo pescador, consciência da dureza da atividade e vontade de que a pesca continue a ter futuro.

As entrevistas E18, E19 e E20 expressam claramente o desejo de continuidade da atividade, a necessidade de reconhecimento e o apelo a que os pescadores possam trabalhar com maior tranquilidade.

Em E21, E22 e E23, mantém-se o foco na fragilidade atual da pesca, no que esta proporcionou historicamente às famílias e na dificuldade de valorização do pescado.

Já em E24, E25 e E26, sobressai a combinação entre apreço pela atividade, reconhecimento de coragem dos pescadores e valorização de novas dinâmicas que possam contribuir para o futuro do setor.

No conjunto, estas mensagens finais condensam de forma particularmente clara ideias de valorização, preservação, respeito, esforço e continuidade.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 5 - Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local.
Questão: 3. Gostaria de acrescentar ou alguma consideração final ou mensagem relativamente à pesca e o turismo em Vila do Conde?
“há um esforço para valorizar o setor e garantir o seu futuro” (E1) “é necessário continuar a trabalhar no sentido de valorizar a pesca” (E2) “tudo o que contribua para enriquecer a região deve ser valorizado” (E3) “a comunidade tem um potencial enorme que deve ser valorizado” (E4) “é fundamental preservar e valorizar o património associado à pesca” (E5) “é importante não perder o ecossistema cultural das Caxinas e Poça da Barca” (E6) “há uma oportunidade clara de afirmar o território através do mar” (E7) “é fundamental respeitar o mar, a pesca e as pessoas que dela vivem” (E8) “é necessária maior articulação entre os diferentes agentes” (E9) “há espaço para fazer mais e valorizar melhor o setor” (E10) “a pesca deve continuar a ser defendida enquanto atividade essencial” (E11) “é importante garantir que a comunidade beneficia das iniciativas” (E12) “muitas ideias ficam pelo papel, é importante concretizá-las” (E13) “é necessário reforçar o apoio ao setor” (E14) “é essencial reconhecer o valor cultural e territorial da pesca” (E15) “o futuro passa por uma melhor articulação entre náutica e turismo” (E16) “a memória e identidade da comunidade devem ser preservadas e divulgadas” (E17)

Tabela 45 - Excertos das entrevistas relativos a considerações finais sobre a valorização da atividade piscatória e do turismo, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 5 - Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local.
Questão: 3. Gostaria de acrescentar ou alguma consideração final ou mensagem relativamente à pesca e o turismo em Vila do Conde?
“é importante que a pesca não desapareça” (E18) “a pesca ainda tem futuro e deve continuar” (E19) “é preciso deixar os pescadores trabalhar” (E20) “a pesca está mais difícil e é cada vez mais uma luta” (E21) “a pesca foi o que permitiu criar muitas famílias” (E22) “o problema continua a ser o pouco valor do peixe” (E23) “é preciso mais apoio e valorização para quem anda no mar” (E24) “os pescadores são homens de coragem e pouco reconhecidos” (E25) “é positivo ver novas ideias e formas de valorizar a pesca” (E26)

Tabela 46 - Excertos das entrevistas relativos a considerações finais sobre a valorização da atividade piscatória e do turismo, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Entidades / Agentes económicos locais
Objetivo 5 - Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local.
Questão: 3. Gostaria de acrescentar ou alguma consideração final ou mensagem relativamente à pesca e o turismo em Vila do Conde?
Esperança no setor e valorização da região (E1; E2; E3 e E5)
Potencial estratégico, patrimonial e identitário da comunidade (E4; E7; E15 e E17)
Preservação do ecossistema cultural e social (E6)
Respeito pelo mar, pela pesca e pelos envolvidos (E8)
Articulação institucional, valorização da pesca enquanto identidade/economia/sustento e necessidade de concretizar iniciativas (E9; E10; E11; E12; E13; E14 e E16)

Tabela 47 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas a considerações finais sobre a valorização da atividade piscatória e do turismo, na perspetiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

Comunidade Local / Comunidade Piscatória
Objetivo 5 - Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca, integrando o património cultural, práticas sustentáveis e envolvimento da comunidade local.
Questão: 3. Gostaria de acrescentar ou alguma consideração final ou mensagem relativamente à pesca e o turismo em Vila do Conde?
Continuidade, reconhecimento e tranquilidade no exercício da profissão (E18; E19 e E20)
Fragilidade atual da pesca (E21; E22 e E23)
Apreço pela atividade, coragem dos pescadores e esperança de novas dinâmicas para o futuro (E24; E25 e E26)

Tabela 48 - Categorias temáticas emergentes da análise de conteúdo das entrevistas, relativas a considerações finais sobre a valorização da atividade piscatória e do turismo, na perspetiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas.

7.8.11.1 Nuvem de palavras



A word cloud with four words stacked vertically. The words are 'estratégia', 'valorização', 'preservação', and 'futuro'. 'valorização' is in a lighter blue color, while the others are in a darker blue.

Figura 21 - Representação da frequência lexical associadas a considerações finais sobre a valorização da atividade piscatória e do turismo, na perspectiva das Entidades / Agentes Económicos Locais.



A word cloud with four words stacked vertically. The words are 'orgulho', 'continuidade', 'respeito', and 'esforço'. 'respeito' is in a lighter blue color, while the others are in a darker blue.

Figura 22 - Representação da frequência lexical associadas a considerações finais sobre a valorização da atividade piscatória e do turismo, na perspectiva da Comunidade Local / Comunidade Piscatória.

7.9 Síntese global dos resultados da análise

A análise das entrevistas evidencia um padrão muito consciente. Os dois grupos convergem na valorização da pesca artesanal como base identitária, económica e comunitária das Caxinas e da Poça da Barca. Convergem também no diagnóstico dos principais problemas, como a falta de mão de obra, afastamento das novas gerações, excesso de burocracia, instabilidade do setor e ausência de oferta turística estruturada ligada à pesca artesanal. Divergem sobretudo, no ponto de observação onde as entidades falam mais em estratégia, enquadramento, promoção e articulação, já a comunidade fala em sobrevivência, trabalho, esforço, rendimento e reconhecimento.

O que emerge das entrevistas é que existe base social, cultural e institucional para o desenvolvimento de um roteiro turístico centrado na pesca artesanal, para que o mesmo seja autêntico, seguro, com o envolvimento da comunidade e que possibilite retorno económico para os envolvidos.

8 Análise SWOT

A análise *Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats* ([SWOT]), consolidou-se como uma das ferramentas mais utilizadas no âmbito do planeamento estratégico, sendo amplamente reconhecida pela sua capacidade de estruturar o diagnóstico organizacional de forma integrada (Helms & Nixon, 2010). A sua estrutura conceptual baseia-se na distinção entre fatores internos como forças e fraquezas e por fatores externos, como oportunidades e ameaças, permitindo organizar de forma sistemática variáveis que influenciam o desempenho estratégico de organizações, projetos ou territórios (Benzaghta et l., 2021).

O termo SWOT resulta da junção das palavras inglesas *strengths, weaknesses, opportunities e threats*, traduzidas respetivamente como forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (Paiva & Guerra, 2021).

Sob a perspetiva estrutural, o ambiente interno é composto pelas forças e fraquezas, variáveis que se encontra sob a influência direta da gestão organizacional. As forças correspondem a vantagens competitivas e competências distintivas, enquanto as fraquezas remetem para vulnerabilidades operacionais ou limitações que podem comprometer a competitividade (Paiva & Guerra, 2021).

Por sua vez, o ambiente externo integra oportunidades e ameaças, elementos que escapam ao controlo direto da organização, mas que influenciam o seu posicionamento estratégico. As oportunidades representam tendências ou acontecimentos externos que podem criar impactos positivos, enquanto as ameaças constituem fatores de risco ou condicionantes que exigem a monitorização e resposta estratégica (Regar, 2021; Benzaghta et al., 2021).

A literatura evidencia ainda que a SWOT tem sido amplamente aplicada tanto por académicos como por profissionais na análise de posicionamento estratégico e formulação de planos de ação (Helms & Nixon, 2010). O seu papel fundamental no

planeamento estratégico decorre da capacidade de articular inferências internas e externas, permitindo uma visão integrada das variáveis que afetam o desempenho institucional (Souza, 2020). Enquanto instrumento de análise, a matriz SWOT facilita a organização visual da informação estratégica, promovendo maior clareza na avaliação dos dados e na definição de orientadores (Paiva & Guerra, 2021).

No domínio do turismo, a análise SWOT assume particular relevância enquanto instrumento de planeamento territorial, dada a necessidade de avaliar recursos endógenos, identidade local e condições de mercado de forma articulada (Ghorbani et al., 2015). Os destinos turísticos caracterizam-se por sistemas complexos onde fatores culturais, económicos, ambientais e sociais integram constantemente exigindo ferramentas que permitam organizar essa multiplicidade de variáveis (Benzaghta et al., 2021).

Paralelamente, a literatura sobre o turismo cultural e experiencial destaca a crescente procura por produtos assentes na autenticidade e na valorização do património local (Richards, 2018). Neste enquadramento, a criação de roteiros temáticos constitui uma estratégia de organização e interpretação de recursos culturais e comunitários, transformando ativos identitários em produtos estruturados e competitivos.

Aplicando esta perspetiva ao contexto das Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde, a atividade piscatória artesanal representa um recurso endógeno com elevado valor simbólico, cultural e identitário. A utilização da análise SWOT na proposta de criação de um roteiro de pesca artesanal permite estruturar a avaliação estratégica do projeto, identificando forças associadas à autenticidade e à tradição marítima, fraquezas relacionadas com as limitações estruturais ou organizacionais, oportunidades decorrentes da tendência crescente para o turismo experiencial e ameaças associadas à vulnerabilidade ambiental.

Embora a literatura reconheça que a análise SWOT possa apresentar limitações associadas à subjetividade na identificação e priorização dos fatores estratégicos (Helms & Nixon, 2010), continua a ser considerada uma ferramenta válida e amplamente utilizada em estudos de planeamento e desenvolvimento turístico (Benzaghta et al., 2021). Quando sustentada por evidência empírica e articulada com enquadramento

teórico consistente, a análise SWOT constitui um instrumento eficaz para apoiar decisões estratégicas e fundamentas propostas de valorização territorial.

Assim, no presente estudo, a matriz SWOT será aplicada como instrumento para avaliar a viabilidade estratégica da criação de um roteiro de pesca artesanal nas Caxinas e na Poça da Barca, em Vila do Conde.

Esta análise baseou-se nos dados provenientes das 26 entrevistas realizadas, com o objetivo de sistematizar os principais fatores internos e externos que poderão influenciar na implementação do roteiro de pesca artesanal em Vila do Conde.

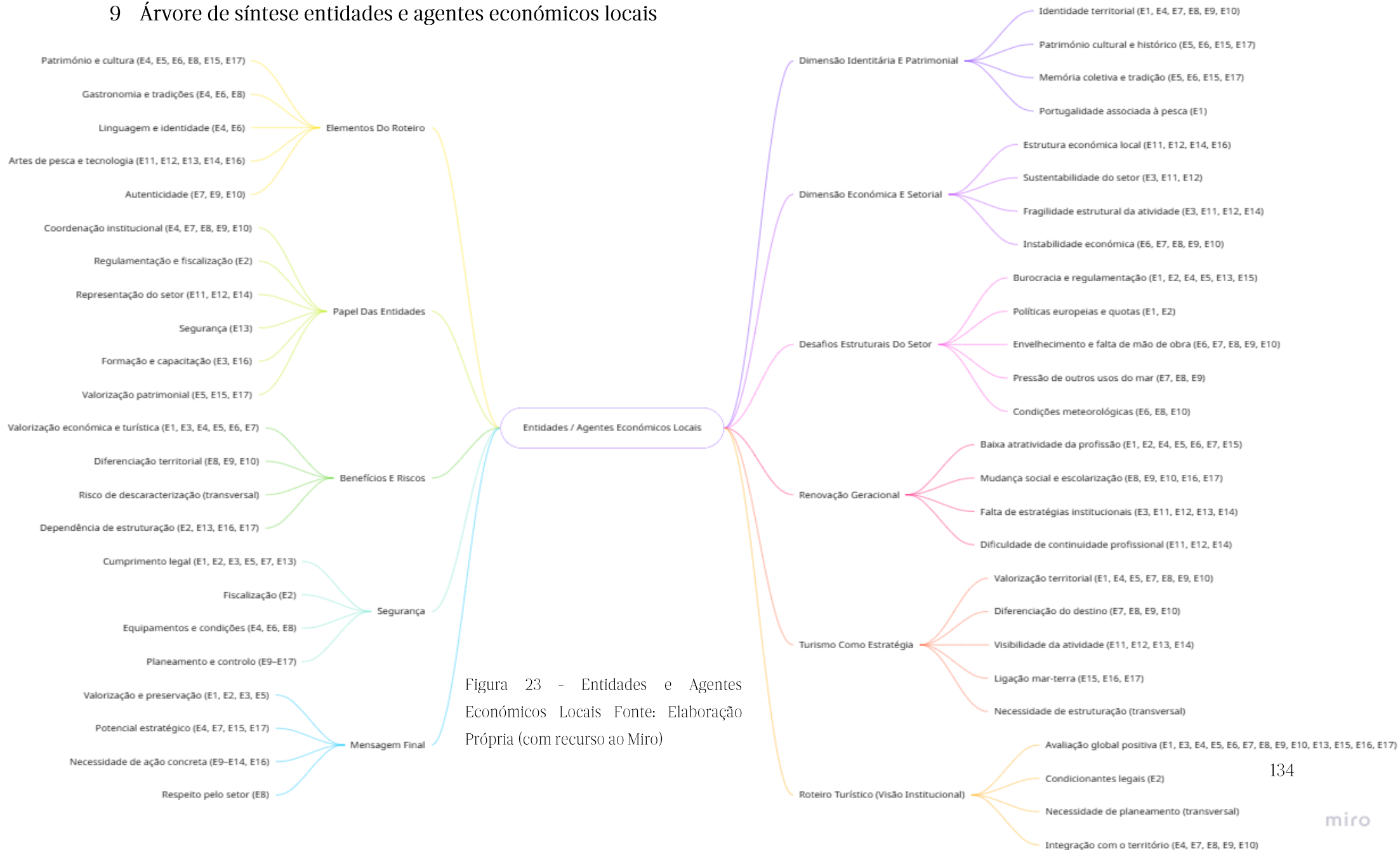
A identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças resultou da análise temática dos contributos recolhidos junto da comunidade piscatória, associações, agentes económicos e entidades institucionais.

Forças	Fraquezas
Forte identidade cultural e histórica da comunidade piscatória, reconhecida como fator identitário local e nacional (E1, E4, E6, E7, E15, E17, E24); Conhecimento tradicional profundo sobre o mar e pesca artesanal, transmitido entre gerações (E17, E18, E19, E20, E21, E22, E23, E24); Existência de património material e imaterial associado à atividade (E5, E6, E15, E17, E18, E19, E25); Comunidade coesa, com forte entreajuda e sentimento de orgulho no legado piscatório (E6, E7, E18, E19, E24, E25); Potencial turístico diferenciado e autêntico, difícil de replicar noutros destinos (E4, E7, E8, E10, E15, E18, E24, E26); Existência de atores institucionais e associativos disponíveis para apoiar iniciativas (E1, E3, E4, E7, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17); Possibilidade de criar rendimento complementar para os pescadores sem substituir a atividade principal (E1, E4, E7, E11, E18, E20, E23, E26); Interesse demonstrado por turistas em experiências genuínas ligadas às comunidades piscatórias (E4, E8, E10, E25)	Envelhecimento da população ligada à pesca e falta de renovação geracional (E8, E9, E10, E13, E15, E19, E21, E22, E24, E26); Baixa atratividade da profissão para os jovens (E4, E6, E7, E8, E10, E18, E19, E20, E23, E24, E25, E26); Ausência atual de produtos turísticos estruturados ligados à pesca artesanal (E1, E3, E4, E7, E8, E10, E11, E12, E13, E15, E16, E18, E19, E23, E24, E25, E26); Dependência elevada das condições meteorológicas (E4, E6, E16, E18, E19, E23, E24); Rendimentos instáveis e incerteza económica da atividade (E6, E11, E19, E20, E21, E23, E24, E26); Necessidade de financiamento inicial e apoio institucional para implementação (E4, E7, E10, E16, E21); Necessidade de preparação, mediação e capacitação da comunidade para acolher visitantes sem interferir com a atividade (E11, E12, E14, E18, E20, E24, E26); Persistência de perceções sociais pouco valorizadas da profissão (E4, E6, E8, E18, E24, E25, E26)
Oportunidades	Ameaças
Crescente procura por turismo experiencial, autêntico e sustentável (E4, E7, E8, E10, E15, E16); Possibilidade de diversificação económica das comunidades piscatórias (E1, E4, E7, E11, E18, E20, E23, E26); Valorização social da profissão através do contato direto com o público (E4, E11, E18, E19, E23, E24); Potencial financiamento público (E4, E1, E7, E16); Desenvolvimento de produtos turísticos complementares (E4, E7, E8, E10, E15, E16); Diferenciação do destino de Vila do Conde face a territórios concorrentes (E4, E7, E8, E9, E10, E15); Possibilidade de envolvimento de hotéis e operadores turísticos (E4, E7, E8, E10); Promoção do património cultural e marítimo local (E5, E6, E7, E15, E17, E18, E19, E25)	Regulamentações e restrições externas ao setor da pesca (E1, E2, E13, E18, E20); Alterações climáticas e agravamento das condições marítimas (E16, E18, E19, E23, E24); Concorrência de outros usos do mar economicamente mais rentáveis (E1, E7, E15); Dependência de apoios financeiros para viabilidade inicial (E4, E7, E16, E21); Redução contínua da atividade piscatória tradicional (E15, E17, E21, E24, E25)

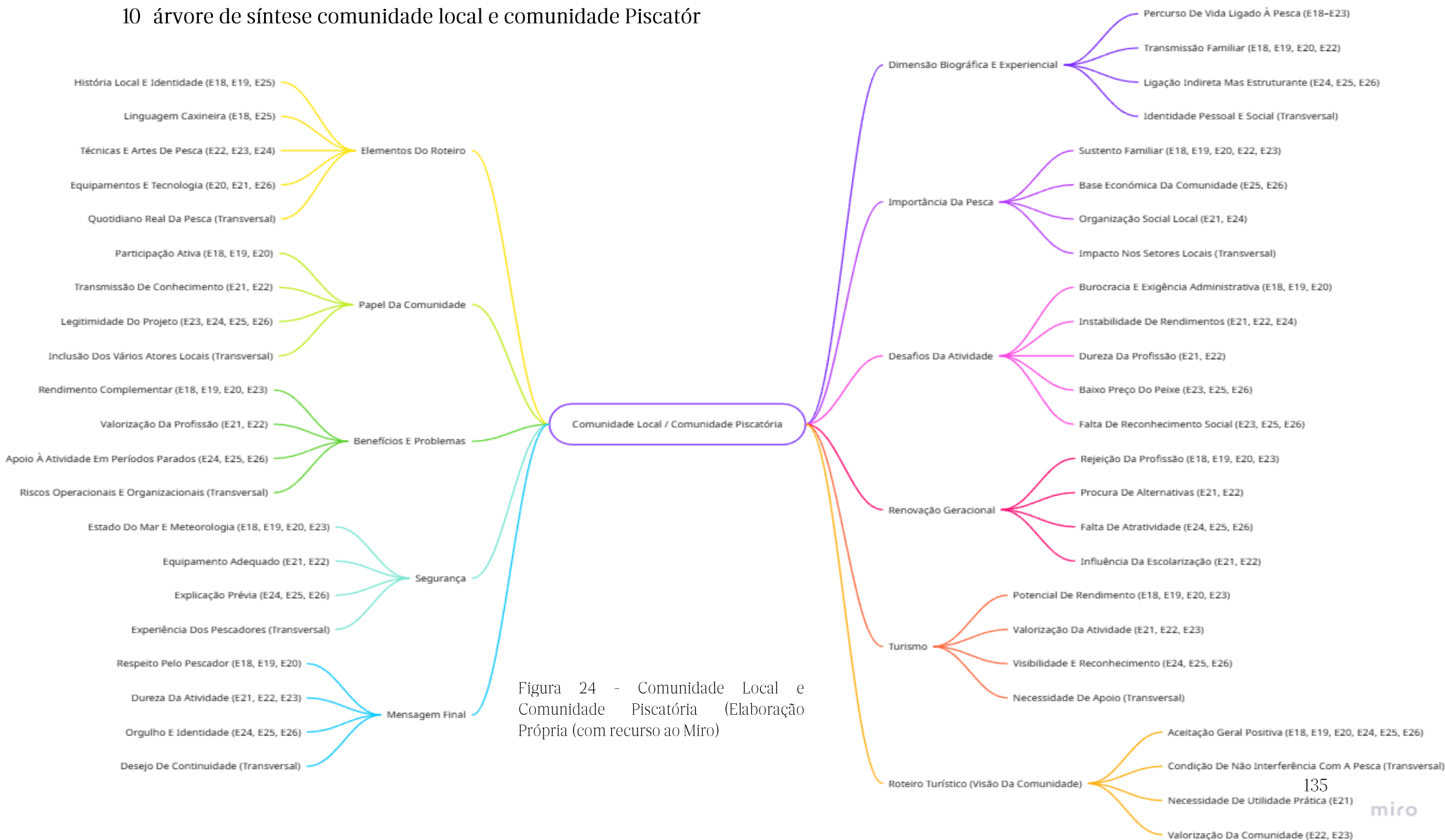
Tabela 49 - Análise SWOT geral.

Fonte: Elaboração própria, com base na análise de conteúdo das entrevistas

9 Árvore de síntese entidades e agentes económicos locais



10 árvore de síntese comunidade local e comunidade piscatôr



11 Discussão de resultados

11.1 Introdução

Em seguida, serão apresentados a discussão dos resultados obtidos no âmbito do presente estudo, através da articulação dos dados recolhidos nas entrevistas com o enquadramento teórico previamente estabelecido na revisão de literatura. Este momento analítico procura ultrapassar uma descrição meramente descritiva dos resultados, promovendo uma leitura interpretativa e crítica dos mesmos, relacionando os contributos científicos realizados ao longo da investigação.

A discussão encontra-se estruturada em função dos cinco objetivos específicos definidos, permitindo uma análise sistemática e progressiva das diferentes dimensões em estudo. Para cada objetivo, procede-se à articulação entre a perspetiva das entidades e agentes económicos locais e a perspetiva da comunidade local e comunidade piscatória, de forma a evidenciar convergências, divergências e complementaridades interpretativas.

Deste modo, pretende-se caracterizar os fenómenos em análise e compreender as dinâmicas subjacentes às perceções e discursos dos diferentes atores, reforçando a leitura multidimensional da comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde, e do seu enquadramento sociocultural, económico e territorial.

11.2 Objetivo 1. Caracterizar, de forma geral, os elementos da comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca

A caracterização da comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca. Em Vila do Conde, confirma o seu profundo enraizamento histórico, cultural, social e económico, evidenciando uma relação estrutural entre o território e a atividade piscatória. Este resultado é consistente com a literatura que enquadra a pequena pesca em Portugal como um sistema socioeconómico assente em lógicas familiares, comunitárias e de transmissão intergeracional de saberes, onde a atividade produtiva se articula com dimensões culturais e identitárias (IPMA, 2025; Martins e Carneiro, 2021).

Nesta perspetiva, a pesca artesanal não pode ser reduzida a uma atividade económica isolada, mas dever ser compreendida como um sistema de organização social, tal como sugerem Martins e Carneiro (2021), ao destacarem a sua natureza simultaneamente produtiva, comunitária e cultural. Hall (2021), reforça esta leitura ao evidenciar a centralidade social das pescas artesanais na estruturação das comunidades costeiras enquanto Bog-Ec (2025) sublinha o peso estrutural do setor na economia portuguesa, reforçando a sua relevância macro e microterritorial.

O caso das Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde, insere-se neste enquadramento, mas com uma intensidade particular, visível na forma como Ferreira e Serrão (2018), Guedes (2019) e Costa (2025) descrevem a construção de uma identidade coletiva fortemente ancorada no mar, na atividade piscatória e nas formas de organização comunitária associadas.

Assim, a comunidade não se apresenta apenas como um espaço produtivo, mas como uma construção socio-territorial onde a pesca opera como eixo estruturante da vida coletiva.

11.2.1 Entidades e Agentes Económicos Locais

No grupo das Entidades e Agentes Económicos Locais, a caracterização da comunidade piscatória é predominantemente construída a partir de uma lógica institucional normativa e estratégica. A comunidade surge enquadrada como recurso territorial, ativo cultural e elemento de diferenciação do destino, sendo frequentemente associada a dimensões de património, identidade e valorização económica.

Esta leitura aproxima-se das perspetivas de Costa (2025), Guedes (2019) e Ferreira e Serrão (2018), que destacam a centralidade histórica das Caxinas e Poça da Barca na construção da identidade marítima de Vila do Conde. De forma complementar, a Câmara Municipal de Vila do Conde (2025) reforça esta interpretação ao reconhecer a comunidade piscatória como um dos principais elementos da identidade coletiva do território.

Contudo, importa sublinhas que esta abordagem institucional tende a produzir uma leitura mais abstrata da comunidade, privilegiando a sua função simbólica e representativa em detrimento da sua dimensão vivida. Neste sentido observa-se uma

tendência para a “patrimonialização discursiva” da pesca, onde a comunidade é valorizada enquanto recurso identitário, mas menos enquanto realidade social concreta.

Esta dimensão é reforçada por Lopes et al. (2022), ao evidenciarem que o contato com práticas marítimas pode funcionar como mecanismo de reforço identitário e valorização territorial, ainda que frequentemente mediado por leituras externas e institucionalizadas da cultura local.

11.2.2 Comunidade Local e Comunidade Piscatória

Em contraste, a Comunidade Local e a Comunidade Piscatória apresentam uma caracterização profundamente enraizada na experiência vivida, na biografia social e na prática quotidiana. A pesca não é conceptualizada como setor, mas como modo de vida, herança familiar e estrutura organizadora da existência social.

Este resultado é coerente com IPMA (2025) e Martins e Carneiro (2021), que conceptualizam a pesca artesanal com uma prática social total, profundamente integrada nos modos de vida das populações costeiras. No caso das Caxinas, esta integração é particularmente evidente, uma vez que, como referem Ferreira e Serrão (2018), Guedes (2019) e Costa (2025), a atividade piscatória estrutura não apenas a economia local, mas também os padrões de sociabilidade, identidade e presença comunitária.

Contudo, os dados empíricos também evidenciam sinais de transformação estrutural nomeadamente a redução da mão de obra nacional, a crescente presença de trabalhadores estrangeiros e a alteração da perceção social da atividade. Estes elementos são coerentes com a literatura recente (Marques 2025); Teixeira, 2024; RTP, 2024; Observador, 2024), que identificam um processo de erosão da atratividade social e profissional da pesca artesanal.

Assim, a comunidade não se define apenas pela continuidade, mas também pela transformação, revelando um sistema de tensão entre permanência identitária e mudança estrutural.

11.2.3 Síntese interpretativa do objetivo 1.

A análise comparativa permite concluir que as Entidades e Agentes Económicos Locais e a Comunidade Local e Comunidade Piscatória produzem duas formas distintas de construção da realidade piscatória. As primeiras privilegiam uma leitura institucional, estratégica e patrimonializada da comunidade, enquanto a segunda privilegia uma leitura experiencial, incorporada e natureza biográfica.

Esta divergência não deve ser entendida como oposição, mas como complementaridade analítica. A comunidade piscatória emerge simultaneamente como construção simbólica e como realidade imaterial, como representação territorial e como prática quotidiana. Esta dualidade confirma a complexidade do objeto de estudo e reforça a ideia de que a sua compreensão exige múltiplas escalas de análise, articulando dimensões institucionais, culturais e experienciais.

11.3 Objetivo 2. Analisar a importância sociocultural da pesca artesanal para a comunidade piscatória, enquanto elemento identitário e de continuidade geracional

A análise evidencia que a pesca artesanal transcende amplamente a sua função económica, assumindo-se como estrutura cultural, social e identitária. A literatura é consistente ao enquadrar a pesca artesanal como prática marcada pela transmissão intergeracional de saberes, pela organização comunitária e pela construção de identidades coletivas profundamente enraizadas no território (IPMA, 2025; Martins e Carneiro, 2021).

Hall (2021) reforça esta leitura ao destacar a função social da pesca e na manutenção da coesão comunitária, enquanto Teixeira (2024) introduz uma dimensão crítica ao sublinhar a crescente fragilização desta função identitária num contexto de transformação estrutural do setor.

No caso das Caxinas e Poça da Barca, a pesca emerge como elemento estruturante da identidade local, funcionando simultaneamente como memória coletiva, prática social e referência cultural. Contudo, esta centralidade não é homogénea na forma como é experienciada.

A análise revela ainda uma tensão estrutural entre valorização da pesca e a fragilidade da sua continuidade geracional. Embora a atividade seja amplamente reconhecida como elemento identitário central, existe um consenso transversal quanto à dificuldade da sua reprodução social.

Esta situação é amplamente consistente com a literatura recente, que identifica o envelhecimento da comunidade piscatória, a perda de atratividade profissional e a redução do recrutamento jovem como tendências estruturais (Teixeira, 2024; Marques, 2025; RTP, 2024; Observador, 2024).

11.3.1 Entidades e Agentes Económicos Locais

As Entidades e Agentes Económicos Locais interpretam a pesca sobretudo como património identitário e recurso de diferenciação territorial. A sua valorização tende a operar numa lógica simbólica, onde a pesca é associada à autenticidade do território, à sua memória histórica e à construção da marca identitária de Vila do Conde

Esta leitura é coerente com Lopes et al. (2022), que destacam o papel das práticas marítimas na construção e reforço das identidades territoriais, bem como com o PEMTVC (2024), que enquadra a cultura piscatória como elemento estruturante da identidade municipal.

Este grupo atribui os problemas relacionados com a continuidade geracional à exigência física da atividade, à sua perigosidade e à crescente valorização de percursos profissionais alternativos.

11.3.2 Comunidade Local e Comunidade Piscatória

Por contraste, a comunidade atribui à pesca um significado profundamente material e existencial. A sua importância não é apenas simbólica, mas ligada ao sustento, à sobrevivência e à organização concreta da vida familiar e comunitária.

Aqui, a identidade não é abstrata, mas incorporada na prática quotidiana. Esta perspetiva é consistente com IMPA (2025) e Martins e Carneiro (2021), que sublinham a inseparabilidade entre dimensão económica e cultural da pesca artesanal.

No que diz respeito à continuidade geracional, são enfatizados fatores como a precaridade económica, a dureza do trabalho e a observação direta das dificuldades associadas à profissão.

11.3.3 Síntese Interpretativa do objetivo 2.

A pesca artesanal assume, assim uma dupla condição, é simultaneamente património cultural e prática de vida. A sua importância sociocultural reside precisamente nesta articulação entre simbolismo e materialidade, o que explica a sua centralidade persistente, apesar das transformações estruturais em curso.

Esta convergência interpretativa evidencia a crise de continuidade não resulta apenas de fatores externos, mas também de perceções internas sobre a sustentabilidade da profissão.

A pesca artesanal mantém uma elevada valorização simbólica, mas essa valorização não se traduz em continuidade geracional. Este desfasamento revela uma crise estrutural entre a identidade e a reprodução social, colocando em causa a sustentabilidade futura do modelo tradicional de pesca.

11.4 Objetivo 3. Analisar o potencial do turismo como instrumento de valorização da pesca artesanal e de promoção da sustentabilidade da comunidade piscatória

A análise do potencial turístico da pesca artesanal deve ser enquadrada no contexto mais amplo de transformação do turismo contemporâneo, caracterizado por uma crescente valorização da autenticidade, da experiência e do contato direto com comunidades locais. A literatura evidencia uma transição do turismo de massas para formas mais experienciais e culturalmente orientadas, onde a singularidade territorial e a interação com práticas locais assume centralidade (Reis et al., 2020; Carvalho e Fonseca, 2020; IPDT, 2025; Ortiz et al., 2024).

Neste enquadramento, o turismo de pesca e o turismo náutico são apresentados como modalidades com potencial de diversificação económica e valorização sociocultural, desde que integrados em modelos sustentáveis e coerentes em contextos locais (Yfantidou et al., 2024; Klarin, 2021; Hall, 2021; Azevedo, 2020). No entanto, esta

literatura também alerta implicitamente para o risco de instrumentalização do património cultural, quando a transformação turística não respeita a complexidade das práticas sociais que lhe dão origem.

No caso das Caxinas e Poça da barca, em Vila do Conde, este potencial emerge de forma clara, mas simultaneamente não estruturada, revelando um desfasamento entre discurso estratégico e operacionalização prática.

11.4.1 Entidades e Agentes Económicos Locais

As Entidades e Agentes Económicos Locais reconhecem, de forma relativamente consensual, a existência de um potencial turístico associado à pesca artesanal e ao universo marítimo local. Contudo, este reconhecimento não se traduz na identificação de um produto turístico consolidado, revelando uma condição de potencial latente, ainda não traduzido em oferta estruturada.

Esta situação evidencia uma lacuna entre valorização simbólica e desenvolvimento operacional, em que a pesca é reconhecida como ativo estratégico, mas permanece fora dos circuitos formais de produto turístico. Esta constatação é particularmente relevante quando articulada com o PEMTVC (2024), que identifica a necessidade de desenvolver experiências autênticas ligadas ao mar, sugerindo que o território possui recursos culturais subaproveitados.

Do ponto de vista analítico, as entidades tendem a enquadrar o turismo sobretudo como instrumento de posicionamento territorial e reforço identitário, alinhando-se com a lógica de *branding* territorial e diferenciação de destino. Esta perspetiva aproxima-se de Yfantidou et al. (2024) e Klarin (2021), que interpretam o turismo de pesca como mecanismo de valorização institucional e de reforço da imagem territorial.

Contudo, esta leitura permanece predominantemente estratégica e pouco operacionalizada, o que limita a sua capacidade de gerar impactos concretos na comunidade piscatória.

11.4.2 Comunidade Local e Comunidade Piscatória

Na perspectiva da Comunidade Local e Comunidade Piscatória, o turismo associado à pesca é, em grande medida, inexistente enquanto realidade experienciada ou conhecida. Este desconhecimento não é apenas informativo, mas estrutural, revelando a ausência de integração da comunidade nos processos de construção da oferta turística.

Este resultado é particularmente significativo, pois demonstra o potencial turístico identificado institucionalmente não se encontra ainda apropriado socialmente pela comunidade. Assim, existe uma dissonância entre o discurso de valorização e reconhecimento efetivo da prática turística.

Apesar disso, a comunidade revela abertura condicionada ao turismo, sobretudo quando este é entendido como oportunidade de valorização do trabalho, aumento de rendimento e reforço da visibilidade social da profissão. Neste sentido, o turismo não é interpretado como fim em si mesmo, mas como instrumento potencial de revalorização simbólica e económica da atividade piscatória.

Esta leitura está em consonância com Azevedo (2020), que destaca o turismo de pesca como forma de diversificação económica, e com Klarin (2021), que sublinha a sua dimensão experiencial. No entanto, a comunidade introduz uma dimensão crítica relevante, nomeadamente, a valorização turística só é aceitável se não comprometer a integridade da atividade piscatória.

11.4.3 Síntese interpretativa do objetivo 3.

O potencial turístico da pesca artesanal é assim, estruturalmente ambivalente. Por um lado, existe conhecimento institucional do seu valor estratégico e identitário, por outro, verifica-se a ausência de apropriação social e operacionalização concreta.

Esta ambivalência demonstra que o turismo, enquanto instrumento de valorização, não é automaticamente benéfico, dependendo da forma como é estruturado e integrado no tecido social local. A sustentabilidade do modelo turístico depende, assim, da sua capacidade de respeitar a experiência vivida da comunidade e de evitar processos de externalização do património cultural.

11.5 Objetivo 4. Analisar os elementos que configuram práticas tradicionais no âmbito da pesca artesanal

A literatura enquadra a pesca artesanal como uma prática cultural complexa, caracterizada pela articulação entre conhecimento empírico, técnicas específicas, adaptação ecológica e transmissão intergeracional de saberes (Martins e Carneiro, 2021; IPMA, 2025; DGRM, 2025). Esta perspectiva afasta-se de uma visão meramente produtivista, reconhecendo a pesca como sistema sociotécnico enraizado no território.

Neste contexto, as práticas tradicionais não devem ser entendidas como elementos residuais do passado, mas como componentes ativos de um sistema de conhecimento em permanente adaptação. No caso das Caxinas e Poça da Barca, estas práticas incluem um conjunto diversificado de artes, instrumentos, linguagens e rotinas que estruturam o quotidiano da atividade piscatória.

11.5.1 Entidades e Agentes Económicos Locais

As Entidades e Agentes Económicos Locais tendem a construir uma leitura mais ampla e integradora das práticas tradicionais, incluindo não apenas as artes de pesca, mas também elementos culturais, simbólicos e identitários associados à comunidade piscatória. Esta abordagem evidencia uma tendência para a patrimonialização interpretativa das práticas, onde a tradição é entendida como recurso cultural e turístico.

Elementos como a linguagem local, a religiosidade, a gastronomia, as embarcações, a memória histórica e o conhecimento técnico são integrados em uma visão sistemática da tradição, que ultrapassa a dimensão meramente técnica da atividade.

Esta perspectiva é coerente como Azevedo (2020) e Todorov e Milenkovski (2023), que defendem que a valorização turística de contextos piscatórios exige uma leitura integrada entre cultura, prática e experiência.

11.5.2 Comunidade Local e Comunidade Piscatória

Na Comunidade Local e Comunidade Piscatória, a configuração das práticas tradicionais emerge de forma mais concreta e operacional. Os entrevistados descrevem de forma detalhada os instrumentos, técnicas, espaços e rotinas associadas à atividade piscatória, incluindo redes, armadilhas, armazéns, lota, embarcações e processos de preparação e manutenção.

Esta descrição evidencia que a tradição não é apenas narrativa ou simbólica, mas profundamente material e incorporada no cotidiano. A comunidade não conceptualiza a tradição, mas vive-a enquanto prática contínua.

Esta dimensão confirma a leitura de Martins e Carneiro (2021), que sublinham a natureza prática e experiencial da pesca artesanal enquanto forma de conhecimento situada.

11.5.3 Síntese interpretativa do objetivo 4.

Os resultados demonstram que as práticas tradicionais da pesca artesanal constituem um sistema híbrido entre cultura e técnica, memória e operacionalidade, simbologia e materialidade. A diferença entre entidades e comunidade reside no nível de abstração, enquanto as primeiras tendem a interpretar a tradição como património cultural integrado, a segunda expressa-a como prática quotidiana concreta.

Esta complementaridade reforça a ideia de que a tradição piscatória não pode ser reduzida a um conjunto de elementos isolados, mas deve ser compreendida como sistema dinâmico de práticas sociais.

11.6 Objetivo 5. Desenvolver o roteiro interpretativo de pesca artesanal

O desenvolvimento de roteiros interpretativos insere-se em uma abordagem contemporânea de valorização do património cultural que privilegia a mediação entre conhecimento experiência e território. A literatura sublinha que os roteiros interpretativos desempenham um papel central na construção de significados, na

aprendizagem experiencial e na valorização sustentável do património material e imaterial (Vada et al., 2022; Nowacki, 2021; Abrahams e Bama, 2023; Pedrosa et al., 2025).

Neste enquadramento, o roteiro interpretativo de pesca artesanal nas Caxinas e Poça da Barca emerge como instrumento potencial de mediação entre comunidade, território e visitantes, articulando dimensões culturais, sociais e económicas.

Contudo, a literatura também evidencia que a eficácia destes instrumentos depende da sua integração com as comunidades locais e da sua capacidade de preservar autenticidade e legitimidade social.

11.6.1 Entidades e Agentes Económicos Locais

As Entidades e Agentes Económicos Locais demonstram uma aceitação generalizada da proposta de desenvolvimento do roteiro, reconhecendo o seu potencial estratégico, identitário e turístico. No entanto, esta aceitação é acompanhada por uma consciência clara dos desafios de implementação, nomeadamente ao nível da coordenação institucional, enquadramento legal e segurança operacional.

Destaca-se a importância atribuída à articulação entre múltiplos agentes, incluindo entidades municipais, associações, estruturas de fiscalização e representantes da comunidade, o que confirma a literatura de Beltramo et al. (2025) e Vada et al. (2022), que sublinha a natureza colaborativa dos processos de construção de roteiros territoriais.

A segurança emerge como condição estruturante e não negociável, refletindo a especificidade do contexto marítimo e a necessidade de enquadramento rigoroso das atividades.

11.6.2 Comunidade Local e Comunidade Piscatória

A comunidade revela uma aceitação condicionada do roteiro interpretativo, dependente da sua utilidade prática, do respeito pela atividade piscatória e da sua não interferência com o quotidiano profissional.

Mais do que uma rejeição, observa-se uma exigência de legitimidade e coautoria, onde o envolvimento direto da comunidade é entendido como condição essencial para

a autenticidade do projeto. A transmissão de saberes pelos mais experientes surge como elemento central na construção da credibilidade do roteiro.

Esta perspectiva está alinhada com Nowacki (2021) e Abraham ser Bama (2023), que defendem que a interpretação do património só atinge pela eficácia quando envolve os seus detentores originais.

11.6.3 Síntese interpretativa do objetivo 5.

Os resultados confirmam a viabilidade do roteiro interpretativo como instrumento de valorização da pesca artesanal, mas evidenciam que a sua implementação depende de condições estruturais claras como a participação comunitária, a segurança, a autenticidade e a utilidade social.

Assim, o roteiro não deve ser entendido apenas como produto turístico, mas como dispositivo de mediação cultural e social, cuja eficácia depende da sua capacidade de integrar conhecimento institucional e experiência vivida.

12 Conclusão

A presente investigação teve como objetivo central analisar o papel da pesca artesanal enquanto elemento estruturante da identidade sociocultural da comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde, bem como compreender o seu potencial de valorização através do turismo, numa lógica de desenvolvimento sustentável e integrado do território.

Partindo do reconhecimento de que a pesca artesanal, para além da sua dimensão produtiva, constitui um fenómeno social, cultural, identitário e territorial de elevada relevância neste contexto específico. O estudo procurou compreender de que forma esta atividade, historicamente enraizada na comunidade local, poderá ser valorizada através do turismo.

Neste sentido, foi desenvolvida uma abordagem centrada na conceção de um roteiro interpretativo, assente na tradição piscatória, na autenticidade da experiência, no envolvimento da comunidade e na sustentabilidade do território. Esta linha de investigação revelou-se particularmente pertinente, não só pela centralidade simbólica

e material da pesca artesanal neste núcleo urbano, mas também pelo enquadramento estratégico do próprio destino, que identifica a cultura marítima e piscatória como um dos seus principais ativos diferenciadores e reconhece a necessidade de desenvolver experiências turísticas autênticas, estruturadas e ligadas ao mar.

A análise desenvolvida ao longo do estudo, permitiu concluir em primeiro lugar que a comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca, em Vila do Conde, mantém um profundo enraizamento histórico, social e cultural na atividade piscatória, confirmando-se assim a ideia de que a pesca artesanal não pode ser entendida apenas como uma prática económica isolada, mas sim como uma realidade complexa que articula trabalho, memória, identidade, transmissão de saberes, coesão comunitária e relação com o território. Os dados empíricos recolhidos junto de entidades, agentes económicos locais, comunidade local e comunidade piscatória demonstram que a pesca continua a ocupar uma posição central no território. Ainda que os dois grupos de entrevistados expressem esta centralidade de forma distinta, ambos convergem no reconhecimento da pesca artesanal como eixo estruturante da identidade das Caxinas e Poça da Barca.

Em segundo lugar, a investigação permitiu demonstrar que a importância da pesca artesanal ultrapassa claramente a esfera simbólica, mantendo também impacto económico e social no território. Mesmo em um contexto de perda progressiva de centralidade do setor, a atividade continua a ser entendida como fonte de sustento direto para muitas famílias, base de funcionamento de outras atividades complementares e referência estruturante da vida comunitária. Os discursos recolhidos, revelam que, quando a pesca abranda ou apresenta dificuldades, os efeitos fazem-se sentir em cadeia noutras dimensões da economia e da organização local. Assim, o estudo mostra que a pesca artesanal permanece ativa, não só enquanto memória do passado, mas enquanto realidade que embora fragilizada, continua a influenciar o presente da comunidade.

Todavia, a investigação demonstra igualmente que esta centralidade convive com um conjunto de fragilidades estruturais significativas. A análise dos resultados evidencia de forma clara a existência de múltiplos constrangimentos que afetam o setor e comprometem a sua continuidade futura. Entre os principais desafios identificados encontram-se o envelhecimento da população ligada à pesca, a ausência da renovação geracional, a dureza física e psicológica da atividade, a instabilidade dos rendimentos, o

baixo valor do pescado na primeira venda, o peso da burocracia e da regulamentação, a pressão fiscalizadora, os riscos associados ao trabalho no mar e a percepção generalizada de que a profissão perdeu a atratividade social. A convergência entre os entrevistados quanto a estes aspetos é particularmente expressiva e reforça a ideia de que a crise da pesca artesanal não resulta de um único fator, mas de um conjunto de pressões acumuladas, de natureza económica, institucional, social e cultural.

A análise SWOT do estudo confirma esta leitura ao sistematizar simultaneamente forças relevantes como a forte identidade cultural, o saber tradicional, a autenticidade e a coesão comunitária, fraquezas estruturais como o envelhecimento da população ligada ao setor e a dificuldade de continuidade geracional. É também evidenciado um conjunto de oportunidades como a crescente procura por turismo experiencial, autêntico e sustentável, a possibilidade de diversificação económica das comunidades piscatórias e a diferenciação do destino de Vila do Conde face a territórios concorrentes, por outro lado, a análise identifica um conjunto de ameaças que poderão comprometer a concretização destas oportunidades, nomeadamente as restrições regulamentares impostas pelo setor, as alterações climáticas e a tendência da redução contínua da atividade piscatória tradicional.

Um dos resultados mais expressivos do presente estudo prende-se precisamente com a questão da renovação geracional. A investigação mostra que existe um consenso muito robusto, transversal aos dois grupos entrevistados, quanto ao afastamento progressivo das novas gerações da atividade piscatória. A pesca deixou de ser percebida como um percurso desejável, sendo associada a risco, exigência, instabilidade e desgaste, enquanto que outros percursos profissionais surgem como mais estáveis, reconhecidos e compatíveis com as expectativas atuais dos jovens. Esta conclusão é particularmente relevante porque demonstra que a continuidade da pesca artesanal não pode mais ser assegurada apenas por via da tradição ou da herança familiar, exigindo novas formas de valorização social, económica e simbólica da atividade.

É neste contexto que surge um dos contributos centrais do presente estudo, a demonstração de que o turismo pode constituir uma via complementar de valorização da pesca artesanal, da comunidade piscatória e do território. Os resultados obtidos indicam, de forma bastante consistente, que o turismo é percebido pelos

entrevistados como uma oportunidade potencialmente positiva, desde que adequadamente estruturada. Para as Entidades e Agentes Económicos Locais o turismo surge sobretudo como instrumento de valorização territorial, diferenciação da oferta, reforço da identidade local e posicionamento estratégico do destino. Para a Comunidade Local e Comunidade Piscatória, o turismo é visto de forma mais pragmática, como possibilidade de reconhecimento, visibilidade, rendimento complementar e maior valorização do trabalho e do pescado. Apesar destas nuances, há uma convergência clara quanto à ideia de que o turismo poderá contribuir para aproximar visitantes da realidade da pesca, valorizar o património marítimo e reforçar a singularidade do território.

Um dado pertinente e justificativo da investigação é o facto de se ter constatado a inexistência, ou pelo menos a ausência de conhecimento generalizado, de uma oferta turística estruturada especificamente centrada na pesca artesanal em Vila do Conde. Este resultado tem um duplo significado. Por um lado, revela uma lacuna efetiva na oferta turística local, sobretudo se tivermos em conta o potencial identitário da cultura piscatória e o próprio enquadramento estratégico do destino. Por outro lado, reforça a pertinência e originalidade de proposta desenvolvida neste estudo, na medida em que evidencia um espaço concreto de inovação e diferenciação. A criação de um roteiro interpretativo da pesca artesanal surge assim, não como uma mera hipótese abstrata, mas como resposta a uma ausência identificada empiricamente e como proposta coerente com as necessidades e oportunidades do território.

A proposta de roteiro interpretativo apresentada no trabalho constitui, desde modo, um dos seus contributos mais relevantes, uma vez que transforma a análise produzida em possibilidade concreta de intervenção territorial. O estudo permitiu concluir que existe uma aceitação globalmente favorável à criação de um roteiro turístico centrado na tradição da pesca artesanal, quer por parte das entidades, quer por parte da comunidade, embora essa aceitação seja claramente condicionada por critérios de autenticidade, utilidade, segurança, enquadramento legal, respeito pela atividade e benefício efetivo para os envolvidos. Estes fatores demonstram que a viabilidade do roteiro não depende apenas da sua atratividade turística, mas sobretudo da sua legitimidade social e da sua capacidade de ser reconhecido como algo útil, respeitador e coerente com a realidade local. A própria síntese interpretativa do objetivo 5 no documento vai nesse sentido, ao afirmar que o roteiro é viável enquanto instrumento de

valorização da pesca artesanal, mas que a sua implementação depende de condições estruturais claras, designadamente a participação comunitária, segurança, autenticidade e utilidade social.

Neste quadro, a investigação evidencia que um roteiro desta natureza não deve ser entendido como um simples passeio temático ou produto turístico superficial, mas sim como um dispositivo de mediação cultural, patrimonial e social. O seu valor reside na possibilidade de organizar e interpretar discursos dispersos, materiais, imateriais, humanos, territoriais e simbólicos através de um produto coerente, narrativo e experiencial, capaz de dar a conhecer aos visitantes o universo da pesca artesanal e simultaneamente, de reforçar internamente o reconhecimento da comunidade sobre o valor do seu próprio legado. O roteiro proposto ganha particular densidade porque integra elementos associados ao quotidiano do pescador, às artes de pesca, aos armazéns de aprestos, às embarcações, à navegação, à lota, ao amanho do peixe, à religiosidade, à linguagem local, à memória da comunidade e ao património marítimo, articulando mar e terra em uma lógica interpretativa e experiencial. Esta riqueza de componentes demonstra que o produto não se reduz a uma experiência turística isolada, permitindo estruturar uma narrativa integrada sobre a relação entre território, comunidade e mar. A centralidade da articulação entre múltiplos agentes e a importância não negociável da segurança também foram claramente identificadas no estudo como condições de concretização.

Do ponto de vista de conteúdos teóricos, o presente estudo contribui para reforçar e aprofundar a literatura que entende a pesca artesanal como realidade multidimensional, simultaneamente económica, social, cultural e identitária. Contribui também para o campo dos estudos em turismo cultural, turismo experiencial e turismo de pesca, ao demonstrar que a valorização turística de atividades tradicionais só adquire consistência quando assenta autenticidade, interpretação, participação dos detentores dos saberes e integração territorial. O estudo aproxima ainda, de forma relevante, três campos que muitas das vezes surgem tratados separadamente, o património cultural imaterial, o desenvolvimento turístico e a sustentabilidade comunitária, mostrando que a articulação entre eles não só é possível, mas conceptualmente fecunda. Para além disso, o trabalho reforça a utilidade de leitura territorial e comunitária do turismo, evidenciando que o desenvolvimento de produtos turísticos identitários exige processos

colaborativos, conhecimento contextual profundo e sensibilidade às realidades locais. A própria utilização da análise SWOT, sustentada em 26 entrevistas, permitiu estruturar estrategicamente a proposta de valorização territorial.

No plano dos contributos práticos, a dissertação oferece uma base concreta de apoio à decisão para entidades locais, decisores políticos, estruturas associativas e agentes de turismo interessados em desenvolver iniciativas de valorização da cultura marítima de Vila do Conde. O trabalho não se limita a diagnosticar problemas ou a reconhecer potencialidades, propõe sim uma linha de ação plausível, contextualizada e empiricamente informada. Neste sentido, fornece elementos relevantes para a estruturação futura de um produto turístico diferenciado, articulado com a Estação Náutica de Vila do Conde, com o Plano Estratégico de Marketing Turístico de Vila do Conde e com as tendências da procura contemporânea por experiências autênticas e culturalmente significativas. Ao mesmo tempo, alerta para a necessidade de a implementação de qualquer proposta obedecer a critérios rigorosos de segurança, enquadramento legal, coordenação interinstitucional, respeito pelo quotidiano da atividade e distribuição justa de benefícios.

No que respeita aos resultados aportam, importa destacar que eles permitem deslocar o debate da pesca artesanal de uma lógica de perda e declínio para uma lógica de valorização, reconfiguração e possibilidade futura. O estudo não ignora a crise do setor, pelo contrário, caracteriza-a com clareza e surge com o intuito também de combater a mesma. No entanto, demonstra que essa mesma crise pode abrir espaço à construção de novas estratégias de reconhecimento e de sustentabilidade, desde que estas não substituam a pesca pela encenação turística, mas antes utilizem o turismo como instrumento complementar de valorização do património vivo. Este é talvez, um dos aportes mais importantes do trabalho, mostrar que a pesca artesanal pode continuar e gerar valor, não apenas pelo que produz materialmente, mas também pelo que representa culturalmente, pelo que ensina socialmente e pelo que oferece enquanto experiência interpretativa enraizada no território.

Não obstante a relevância dos resultados, importa reconhecer algumas limitações do estudo. Desde logo, a natureza qualitativa da investigação, embora plenamente adequada aos objetivos definidos, não permite generalizações estatísticas para outros contextos territoriais ou comunidades piscatórias. O estudo centra-se num

caso específico, justificado por características históricas, culturais e sociais muito próprias, o que constitui simultaneamente uma força interpretativa e uma limitação em termos de extrapolação. Acresce que a amostra, embora diversificada e adequada ao desenho metodológico, é necessariamente limitada em número, integrando 26 entrevistados distribuídos entre Entidades e Agentes Económicos Locais e a Comunidade Local e Comunidade Piscatória. Por outro lado, o trabalho incide sobre perceções, discursos e representações dos entrevistados, não contemplando uma fase posterior de experimentação prática, prototipagem ou teste-piloto do roteiro proposto. Assim, embora a investigação demonstre viabilidade conceptual e estratégica da proposta não permite ainda avaliar empiricamente o seu desempenho efetivo em contexto real de implementação.

Pode igualmente referir-se como limitação o facto de o estudo captar uma realidade situada em um determinado momento, não acompanhando evoluções posteriores do setor, da comunidade ou do próprio destino turístico. Dada a rapidez com que se transformam em condições económicas, regulamentares, ambientais e sociais associadas à pesca e ao turismo, seria útil que investigações futuras pudessem assumir uma lógica mais longitudinal.

Daqui decorrem várias recomendações finais. Em primeiro lugar, seria importante desenvolver investigações aplicadas que testassem, em contexto real, a implementação parcial ou piloto do roteiro interpretativo, permitindo avaliar dimensões como a experiência do visitar, a aceitação efetiva da comunidade, os impactos económicos complementares, os desafios operacionais e os requisitos de segurança.

Em segundo lugar, seria pertinente alargar o estudo a outras comunidades piscatórias portuguesas, de forma comparativa, analisando semelhanças e especificidades nos processos de valorização turística da pesca artesanal.

Em terceiro lugar, recomenda-se o aprofundamento de dimensões ainda pouco exploradas no presente trabalho, como os modelos de governança colaborativa necessários à gestão do produto, os mecanismos de repartição de benefícios entre os diferentes atores, as implicações legais do embarque de visitantes em contexto piscatório e o papel das ferramentas digitais na interpretação e promoção do património marítimo.

Importa ainda referir que o presente estudo não integrou uma análise económica detalhada, nomeadamente ao nível da definição de um orçamento para a implementação do roteiro interpretativo, o que constitui uma limitação relevante. Neste sentido, investigações futuras deverão contemplar a avaliação da viabilidade económico-financeira do projeto, incluindo a estimativa de custos de implementação, operação e manutenção, bem como a identificação de potenciais fontes de financiamento e modelos de sustentabilidade económica.

Por fim, seria relevante cruzar abordagens qualitativas e quantitativas, permitindo complementar a densidade interpretativa deste estudo com dados relativos à procura potencial, ao perfil dos visitantes, à predisposição para consumo deste tipo de experiência e à viabilidade económica do produto.

Em síntese, a presente dissertação permitiu concluir que a pesca artesanal das Caxinas e Poça da Barca permanece como património vivo, elemento estruturante da identidade local e recurso territorial de elevado valor cultural, social e simbólico. Demonstrou também que, apesar das fragilidades e ameaças que comprometem a continuidade do setor, existe espaço para a sua valorização através de estratégias turísticas cuidadosamente desenhadas, assentes na autenticidade, na interpretação do património, na participação comunitária e na sustentabilidade. O roteiro interpretativo proposto emerge, assim, como possibilidade credível de mediação entre tradição e inovação, entre memória e futuro, entre atividade produtiva e valorização turística. Mais do que propor um novo produto, este trabalho propõe uma nova forma de olhar para a pesca artesanal, não como resíduo de um passado em desaparecimento, mas como herança viva, conhecimento situado e oportunidade de desenvolvimento territorial responsável. É precisamente nessa articulação entre rigor científico, valorização patrimonial e utilidade prática que reside no principal contributo desta investigação.

13 Referências bibliográficas

Abrahams, E., & Bama, H. K. N. (2023). Heritage interpretation as a catalyst for sustainable ecotourism in protected areas: A systematic literature review. *Studia Periegetica*, 42(2), 119–142. <https://doi.org/10.58683/sp.581>

AG Expeditions. (s.d.). *The art of fishing – Azores*. <https://agexpeditions.pt/pt-pt/tours/the-art-of-fishing-azores>

Almeida, S. B. de, Santos, N., Méndez Díaz, M., & Santiago, I. D. (2024). Turismo experiencial – uma tipologia: Estudo sobre a perceção da experiência pelo viajante. In *Roteiros culturais, turismo e património entre culturas* (Cap. 5, pp. 62–74). https://www.researchgate.net/publication/385155777_TURISMO_EXPERIENCIAL_-_UMA_TIPOLOGIA_ESTUDO_SOBRE_A_PERCECAO_DA_EXPERIENCIA_PELO_VIAJANTE

Andrade-Cunha, M., Irimia-Diéguez, A., & Perea-Khalifi, D. (2025). Co-creation of experiences in tourism: A conceptual perspective through a meta-review and thematic mapping. *Tourism & Management Studies*, 21(2), 29–51. <https://doi.org/10.18089/tms.20250203>

Apasieva, T. J., & Arsova, M. (2025). Analysis of best competitive practices (benchmarking) in marketing operations. *Journal of Economics*, 10(2), 36–50. <https://js.ugd.edu.mk/index.php/JE/article/view/7831>

Asmawi, A., & Alam, M. S. (2024). Qualitative research: Understanding its underlying philosophies. *Forum for Philosophical Studies*, 2(1), Article 2836. <https://ojs.acad-pub.com/index.php/FPS/article/view/2836>

Barinua, V., & Nnadozie Walls, O. (2022). Benchmark strategies and competitiveness. *Journal of Accounting, Marketing and Management Research*, 9(2), 50–59. <https://bwjournal.org/index.php/bsjournal/article/view/615>

Beltramo, R., De Bernardi, P., D’Onofrio, R., & Fiore, M. (2025). Designing thematic tourist trails for local development: A framework based on territorial heritage. *Land*, 14(10), Article 1943. <https://doi.org/10.3390/land14101943>

Bem-Vindo-a-Lisboa. (2024). *Turismo náutico em Portugal: Regatas e festivais pelo país*. <https://www.bem-vindo-a-lisboa.com.br/blog/turismo-nautico-em-portugal-regatas-e-festivais-pelo-pais/>

Benzaghta, M. A., Elwalda, A., Mousa, M. M., Erkan, I., & Rahman, M. (2021). SWOT analysis applications: An integrative literature review. *Journal of Global Business Insights*, 6(1), 55–73. <https://doi.org/10.5038/2640-6489.6.1.1148>

Blue-Action. (s.d.). *The EU Blue Growth Strategy*. <https://blue-action.eu/policy-feed/blue-growth>

BlueLifeHub. (2023, 17 de abril). *Pescatourism industry in the Mediterranean showing promising signs for increasing fisher income*. <https://www.bluelifehub.com/2023/04/17/pescatourism-industry-in-mediterranean-showing-promising-signs-for-increasing-fisher-income/>

Bog-EC. (2025). *Pesca em Portugal: O que está a ser feito para garantir a sustentabilidade dos oceanos?* <https://bog-ec.pt/pesca-em-portugal-o-que-esta-a-ser-feito-para-garantir-a-sustentabilidade-dos-oceanos/>

Câmara Municipal de Vila do Conde. (2021). *Vila do Conde: Censos 2021*. Câmara Municipal de Vila do Conde. https://www.cmviladoconde.pt/cmviladoconde/uploads/writer_file/document/5154/vila_do_conde_censos_2021.pdf

Câmara Municipal de Vila do Conde. (2022). *Inauguração dos armazéns de aprestos no porto de pesca e apresentação da obra de recuperação paisagística*. <https://www.cm-viladoconde.pt/comunicacao/gabinete-de-comunicacao/noticias/noticia/inauguracao-dos-armazens-de-aprestos-no-porto-de-pesca-e-apresentacao-da-obra-de-recuperacao-paisagistica/>

Câmara Municipal de Vila do Conde. (2024). *Plano estratégico de marketing turístico de Vila do Conde (2025–2030): Versão completa*.

Câmara Municipal de Vila do Conde. (s.d.). *Agricultura e pescas*. <https://www.cm-viladoconde.pt/servicos/servicos-municipais/agricultura-e-pescas>

Cardoso, L., Lopes, E., Almeida, G. G. F., Lima Santos, L., Sousa, B., Simões, J., & Perna, F. (2023). Features of nautical tourism in Portugal—Projected destination image with a sustainability marketing approach. *Sustainability*, 15(11), Article 8805. <https://doi.org/10.3390/su15118805>

Carvalho, C. M. B., & Fonseca, J. A. C. (s.d.). *A percepção dos prestadores de serviços sobre o turismo de experiência no Centro Histórico de São Luís*.

https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1623603582_ARQ_UIVO_b692c27c0a1bb1b89a898e5940be62b6.pdf

Cavalheiro, M. B., Mayer, V. F., & Luz, A. B. T. (2021). Nautical sports tourism: Improving people's wellbeing and recovering tourism destinations. In C. R. A. Perinotto, F. V. Mayer, & R. R. J. Soares (Eds.), *Rebuilding and restructuring the tourism industry* (pp. 130–156). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-7998-7239-9.ch007>

CBI – Centre for the Promotion of Imports from Developing Countries. (2024). *The European market potential for fishing tourism*. <https://www.cbi.eu/market-information/tourism/fishing-tourism/market-potential>

Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental de Vila do Conde (CMIA Vila do Conde). (2024). *Há pesca em Vila do Conde* [Folheto]. https://web.cmia-viladoconde.net/wp-content/uploads/2024/03/folheto_exposicao_ha_pesca_em_vila_do_conde.pdf

Chand, S. P. (2025). Methods of data collection in qualitative research: Interviews, focus groups, observations, and document analysis. *Advances in Educational Research and Evaluation*, 6(1), 303–317. <https://doi.org/10.25082/AERE.2025.01.001>

Comissão Europeia. (2025). *The EU Blue Economy Report 2025* (Relatório KL-01-24-002-EN-N). Publications Office of the European Union. <https://op.europa.eu/fr/publication-detail/-/publication/0a4a79d8-353f-11f0-8a44-01aa75ed71a1/language-en>

Confederação do Turismo de Portugal. (2021). *Turismo marítimo, uma saída para a crise nas regiões costeiras*. <https://ctp.org.pt/noticias/turismo-maritimo-uma-saida-para-a-crise-nas-regioes-costeiras>

Correio dos Açores. (2024, 21 de fevereiro). *Cultura marítima: Um fator diferenciador da identidade e da vida nos Açores*. <https://correiodosacores.pt/2024/02/21/cultura-maritima-um-fator-diferenciador-da-identidade-e-da-vida-nos-acores/>

Costa, J. A. da S. (2025). *A pesca do bacalhau e a estrutura urbana de Vila do Conde (1936–1976)* [Dissertação de mestrado integrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/167545>

Cruz Santos, R. (2024). *Planta etnográfica do litoral das Caxinas e Poça da Barca* [Mapa]. Câmara Municipal de Vila do Conde.

DBM Açores. (s.d.). *Pesca tradicional de salto e vara*. <https://www.dbmazores.com/atividade/pesca-tradicional-de-salto-e-vara-2/>

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos. (s.d.). *Artes de pesca*. <https://www.dgrm.pt/artes-de-pesca>

Ekonomou, G., & Halkos, G. (2024). *Establishing a benchmarking approach in tourism organizations and destinations*. Munich Personal RePEc Archive. <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/121754/>

Escola Superior de Hotelaria e Turismo. (2025). *Renovação da certificação da Estação Náutica de Vila do Conde*. <https://www.esht.ipp.pt/noticias/renovacao-da-certificacao-da-estacao-nautica-de-vila-do-conde>

European Commission. (2023). *The EU Blue Economy Report 2023*. Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2771/7151>

FAOLEX. (s.d.). *Italy: Decree of 13 April 1999, No. 293 on pescaturismo*. <https://faolex.fao.org/docs/pdf/ita31895.pdf>

Ferreira, R. T., & Serrão, A. (2018, 26 de julho). *Caxinas: Um (quase) ensaio*. JPN – JornalismoPortoNet. <https://www.jpn.up.pt/2018/07/26/caxinas-um-quase-ensaio/>

Forbes PT. (2023). *Turistas preferem experiências exclusivas em vez de bens materiais*. <https://www.forbespt.com/turistas-preferem-experiencias-exclusivas/>

Fórum Oceano. (2022). *Sobre as Estações Náuticas de Portugal*. <https://database.forumoceano.pt/sobre-as-enp/>

Future Market Insights. (2025). *Fishing tourism market size, trends & forecast 2025–2035* [Relatório]. <https://www.futuremarketinsights.com/reports/fishing-tourism-sector-overview-and-analysis>

Ghorbani, A., Raufirad, V., Rafiaani, P., & Azadi, H. (2015). Ecotourism sustainable development strategies using SWOT and QSPM model. *Tourism Management Perspectives*, 16, 290–297. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2015.09.005>

González, F. E. (2020). Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 8(17), 155–183. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.322>

- Guedes, P. C. (2019). *Metamorfose habitacional: O bairro das Caxinas* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM – Repositório Institucional da Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/60191>
- Hall, C. M. (2021). Tourism and fishing. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 21(4), 361–373. <https://doi.org/10.1080/15022250.2021.1955739>
- Helms, M. M., & Nixon, J. (2010). Exploring SWOT analysis – Where are we now? A review of academic research from the last decade. *Journal of Strategy and Management*, 3(3), 215–251. <https://doi.org/10.1108/17554251011064837>
- Iakovaki, E., Kladou, S., & Mylonopoulos, D. (2023). Analyzing cultural routes and their role in advancing cultural heritage management within tourism: A systematic review with a focus on the integration of digital technologies. *Journal of Cybersecurity and Privacy*, 3(4), 108–128. <https://doi.org/10.3390/jcp3040108>
- Innovamarina. (2024). *Economic impact of nautical tourism activities*. <https://innovamarina.com/en/economic-impact-of-nautical-tourism-activities.html>
- IPDT – Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo. (2025). *Tendências de viagem e turismo*. <https://www.ipdt.pt/tendencias-viagem-turismo/>
- Italia. (1999). *Decreto ministeriale 13 aprile 1999, n. 293: Regolamento recante norme in materia di disciplina dell'attività di pescaturismo*. Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana. <https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:ministero.politiche.agricole.e.forestali:decreto:1999-04-13;293>
- Khalid, B., Abbas, J., & Qaisar, S. (2024). Benchmarking sustainability performance in tourism destinations: A systematic literature review. *Sustainability*, 16(6), Artigo 2587. <https://doi.org/10.3390/su16062587>
- Klarin, T. (2021). Fishing tourism. In *Encyclopedia of Tourism*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-74923-1>
- Lam-González, Y., León González, C., & León Ledesma, J. D. (2017). Exploring preferences and perceptions of the European yachtsmen visiting the Canary Islands (Spain). *Cuadernos de Turismo*, 39, 655–658. <https://digitum.um.es/server/api/core/bitstreams/d1895783-2365-4767-b6e5-3b7959e54e7b/content>
- Lopes, E. R., Simões, J., Simões, J. T., Rosa, M., Silva, J., Santos, J., & Rego, C. (2022). Sustainable management of cultural and nautical tourism: Cultural and tourist

enhancement narrative(s). *Journal of Tourism and Heritage Research*, 5(1), 203–216. https://www.researchgate.net/publication/363186069_Sustainable_management_of_cultural_and_nautical_tourism_cultural_and_tourist_enhancement_narratives

Lopes, E., Carvalho, F., & Simões, J. T. (2023). Nautical tourism in Medio Tejo (Portugal): The wakeboard activity. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 40, 67–79. <https://doi.org/10.34624/rtd.v40i0.31441>

Luís, H. (2024). *Rumo à pesca: Um barco, duas vidas, uma história*. Câmara Municipal de Vila do Conde.

MAR 2020. (2020). *Os maiores armazéns de aprestos de apoio às comunidades piscatórias estão a ser construídos na Póvoa de Varzim*. <https://www.mar2020.pt/noticias/os-maiores-armazens-de-aprestos-de-apoio-as-comunidades-piscatorias-estao-a-ser-construidos-na-povoa-de-varzim/>

Marques, A. T. (2025). *Até na maior comunidade piscatória do país os jovens “fogem” do mar*. *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/pais/artigo/ate-na-maior-comunidade-piscatoria-do-pais-os-jovens-fogem-do-mar/17893226>

Martínez Vázquez, R. M., Milán García, J., & De Pablo Valenciano, J. (2021). Analysis and trends of global research on nautical, maritime and marine tourism. *Journal of Marine Science and Engineering*, 9(1), Artigo 93. <https://doi.org/10.3390/jmse9010093>

Martins, R., & Carneiro, M. (2021). *Artes de pesca artesanais em Portugal*. Instituto Português do Mar e da Atmosfera. https://www.ipma.pt/pt/media/noticias/documentos/2021/Artes_Pesca_artesanais.pdf

Martins, R., & Pereira, J. (2025). *Conceito de pesca artesanal (Portugal continental)*. Divisão de Gestão e Modelação de Recursos da Pesca, Instituto Português do Mar e da Atmosfera. <https://cc-sud.eu/wp-content/uploads/2025/02/Prez-IPMA.pdf>

Marušić, E., Šoda, J., & Krčum, M. (2020). The three-parameter classification model of seasonal fluctuations in the Croatian nautical port system. *Sustainability*, 12(12), Artigo 5079. <https://doi.org/10.3390/su12125079>

McKinsey & Company. (2024). *The state of tourism and hospitality 2024*. <https://www.mckinsey.com/industries/travel/our-insights/the-state-of-tourism-and-hospitality-2024>

Normativa e Linee Guida Pescaturismo. (s.d.). *Normativa e linee guida per attività di pescaturismo*.
<https://www.galgargano.com/feamp/linee-guida-manuali-per-operatori-pesca-e-acquacoltura/normativa-e-linee-guida-pescaturismo/>

Nowacki, M. (2021). Heritage interpretation and sustainable development: A systematic literature review. *Sustainability*, 13(8), 4383.
<https://doi.org/10.3390/su13084383>

Obradović, Z., & Krklješ, M. (2020). Nautički turizam na Dunavu, Sremski Karlovci / Nautical tourism on the Danube, Sremski Karlovci. *Zbornik radova Fakulteta tehničkih nauka*, 34, 229–232. <https://doi.org/10.24867/01FA01Obradovic>

Observador. (2017, 20 de março). *Caxinas sem pescadores por falta de mão-de-obra nacional*. <https://www.observador.pt/2017/03/20/caxinas-sem-pescadores-por-falta-de-mao-de-obra-nacional/>

Observador. (2024, 24 de agosto). *Como os indonésios estão a salvar a pesca portuguesa*. <https://www.observador.pt/2024/08/24/como-os-indonesios-estao-a-salvar-a-pesca-portuguesa/>

OMARE. (2018). *Pesca artesanal local*.
<https://www.omare.pt/pt/atividade/pesca-artesanal-local/>

Ortiz, O., Rusu, C., Rusu, V., Matus, N., & Ito, A. (2024). *Tourist eXperience considering cultural factors: A systematic literature review*. *Sustainability*, 16(22), 10042.
<https://doi.org/10.3390/su162210042>

Paiva, M. V., & Guerra, M. das G. G. V. (2021). Análise Swot como ferramenta estratégica no processo avaliativo do curso de Administração Pública do IFPB. *Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, 10(19), 1–13.
<https://doi.org/10.5902/2318133865770>

Pedrosa, A., Martins, F., & Breda, Z. (2025). *The critical success factors for tourism routes development: A systematic review*. *European Journal of Tourism Research*, 39, Artigo 3903. <https://doi.org/10.54055/ejtr.v39i.3439>

Pereira, E. C. S., Mascarenhas, M. V. M., Flores, A. J. G., & Pires, G. M. V. S. (2015). *Nautical small-scale sports events portfolio: A strategic leveraging approach*. *European Sport Management Quarterly*, 15(1), 27–47.
<https://doi.org/10.1080/16184742.2015.1007883>

Pesca Barrento. (2020). *Pesca artesanal portuguesa é um exemplo a seguir em toda a Europa*. <https://pescabarrento.pt/pesca-artesanal-portuguesa-e-um-exemplo-a-seguir-em-toda-a-europa/>

Philippe, M. (2020). Social and associative sports tourism in France: The Glénans and the National Union of Outdoor Sports Centres (UCPA). *The International Journal of the History of Sport*, 37(5–6), 433–450. <https://doi.org/10.1080/09523367.2020.1754197>

Portugal. (2019). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 203-A/2019, de 30 de dezembro*. *Diário da República*, 1.^a série, n.º 250/2019, 1.º suplemento. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/203-a-2019-127659203>

Posto de Turismo. (s.d.). *Associação Marítima de Pesca e Aquicultura da Ilha Terceira*. <https://postodeturismo.pt/pt/cruzeiros/terceira/associacao-maritima-de-pesca-e-aquicultura-da-ilha-terceira>

Purmala, Y. A., & Debora, F. (2021). A systematic literature review of benchmarking implementation in various industries. *Indonesian Journal of Industrial Engineering and Management*, 2(1), 35–51. <https://doi.org/10.22441/ijiem.v2i1.10518>

Rádio Atlântida. (2020). *Pesca-turismo tem vindo a crescer nos Açores, afirma diretor regional das Pescas*. <https://www.radioatlantida.net/pesca-turismo-tem-vindo-a-crescer-nos-aco-res-afirma-diretor-regional-das-pescas/>

Região Autónoma dos Açores. (2008). *Decreto Legislativo Regional n.º 36/2008/A, de 30 de julho: Define o quadro legal da pesca-turismo exercida nas águas da subárea dos Açores da ZEE portuguesa*. *Diário da República*, 1.^a série, n.º 146. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/36-2008-454841>

Reis, R. R. V., Brito, T. M., & Freitas, T. D. M. (2020). *Experiências turísticas: Uma reflexão sob a abordagem do marketing*. *Research, Society and Development*, 9(9), e863996441. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.6441>

Revista Spot. (2023). *Turismo imersivo: viver um local é a nova tendência dos viajantes*. <https://revistaspot.pt/turismo-imersivo-viver-um-local-nova-tendencia-viajantes/>

Richards, G. (2018). Cultural tourism: A review of recent research and trends. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 36, 12–21. <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2018.03.005>

Romanelli, M. (2021). *Fishing tourism in Italy*. *Ocean & Coastal Management*, 212, 105886. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2021.105886>

RTP. (2024). *Setor das pescas depende cada vez mais da imigração para manter atividade*. https://www.rtp.pt/noticias/pais/setor-das-pescas-depender-cada-vez-mais-da-imigracao-para-manter-atividade_v1489971

Santos, E., Castanho, R. A., & Meyer, D. (2022). *Is investment contributing to competitiveness in nautical tourism in the Atlantic area?* *Sustainability*, 14(19), 12018. <https://www.mdpi.com/2073-4441/14/19/2964>

Shao, Y., & Sun, Y. (2020). *SWOT analysis of coastal sports tourism*. *Journal of Coastal Research*, 112(sp1), 103–105. <https://doi.org/10.2112/JCR-SI112-030.1>

SIC Notícias. (2025, 30 de outubro). *Marina de Portimão eleita a melhor do Sul da Europa em prémio internacional de luxo*. [Notícia online]. <https://sicnoticias.pt/pais/2025-10-30-marina-de-portimao-eleita-a-melhor-do-sul-da-europa-em-premio-internacional-de-luxo-64bd1269>

Silva Faustino, L. S. (2024). *Método qualitativo: Origem, conceitos e relevância nas ciências humanas*. SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9093>

Souza, G. P. (2020). Análise SWOT como ferramenta de avaliação pedagógica. In *Anais do Congresso Nacional de Educação (CONEDU)*. Editora Realize. https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MDI_SA21_ID5189_02092020112017.pdf

Teixeira, L. M. (2024). Estratégias de salvaguarda do património marítimo nas Caxinas. *Revista História Oral*. <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1468/106106106421>

Terra do Pico. (s.d.). *Pesca tradicional açoriana*. <https://terradopico.com/pt/tours/pesca-tradicional-acoriana/>

TNews. (2023). *A importância das experiências no turismo*. <https://tnews.pt/a-importancia-das-experiencias-no-turismo/>

Todorov, P., & Milenkovski, L. (2023). Nautical tourism as a key tourist product for the improvement of tourism in Serbia. *UTMS Journal of Economics*, 14(1), 87–94. <https://hdl.handle.net/10419/281934>

Turismo de Portugal. (2017). *Estratégia Turismo 2027: Uma estratégia para o melhor destino do mundo*. https://www.turismodeportugal.pt/pt/Media/Kit_Informativo/Paginas/Uma-Estrategia-para-o-Melhor-Destino-do-Mundo.aspx

Turismo de Portugal. (2025). *Visão geral - dados de 2024*. https://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/visao_geral/Paginas/default.aspx

Turismo de Portugal. (s.d.). *Estações Náuticas de Portugal*. <https://business.turismodeportugal.pt/pt/Conhecer/programas-iniciativas/Paginas/estacoes-nauticas-portugal.aspx>

Turismo de Portugal. (s.d.). *Turismo náutico*. <https://www.visitportugal.com/pt-pt/experiencias/turismo-nautico>

Turismo do Porto e Norte de Portugal. (s.d.). *Turismo náutico no Porto e Norte de Portugal: experiências a não perder*. <https://www.visitportoandnorth.travel/pt/o-que-fazer/turismo-nautico>

United Nations Conference on Trade and Development. (2020). *COVID-19 and tourism: Assessing the economic consequences* (Policy Brief No. 3). <https://unctad.org/publication/covid-19-and-tourism-assessing-economic-consequences>

Vada, S., Dupre, K., & Zhang, Y. (2022). Route tourism: A narrative literature review. *Current Issues in Tourism*. <https://doi.org/10.1080/13683500.2022.2151420>

Valor Econômico. (2025, 21 de abril). *Crise na gestão da pesca nacional exige respostas urgentes, alerta CONEPE*. <https://valor.globo.com/patrocinado/pressworks/noticia/2025/04/21/crise-na-gestao-da-pesca-nacional-exige-respostas-urgentes-alerta-conepe.ghtml>

Visit Azores. (s.d.). *HáMar*. <https://www.visitazores.com/explorar/hamar>

Visit Portugal. (s.d.). *Velasfishingtur – pesca-turismo*. <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/velasfishingtur-pesca-turismo>

Wang, H. (2020). *The development of marine sports tourism in the context of the experience economy*. *Journal of Coastal Research*, 112(sp1), 84–86. <https://doi.org/10.2112/JCR-SI112-024.1>

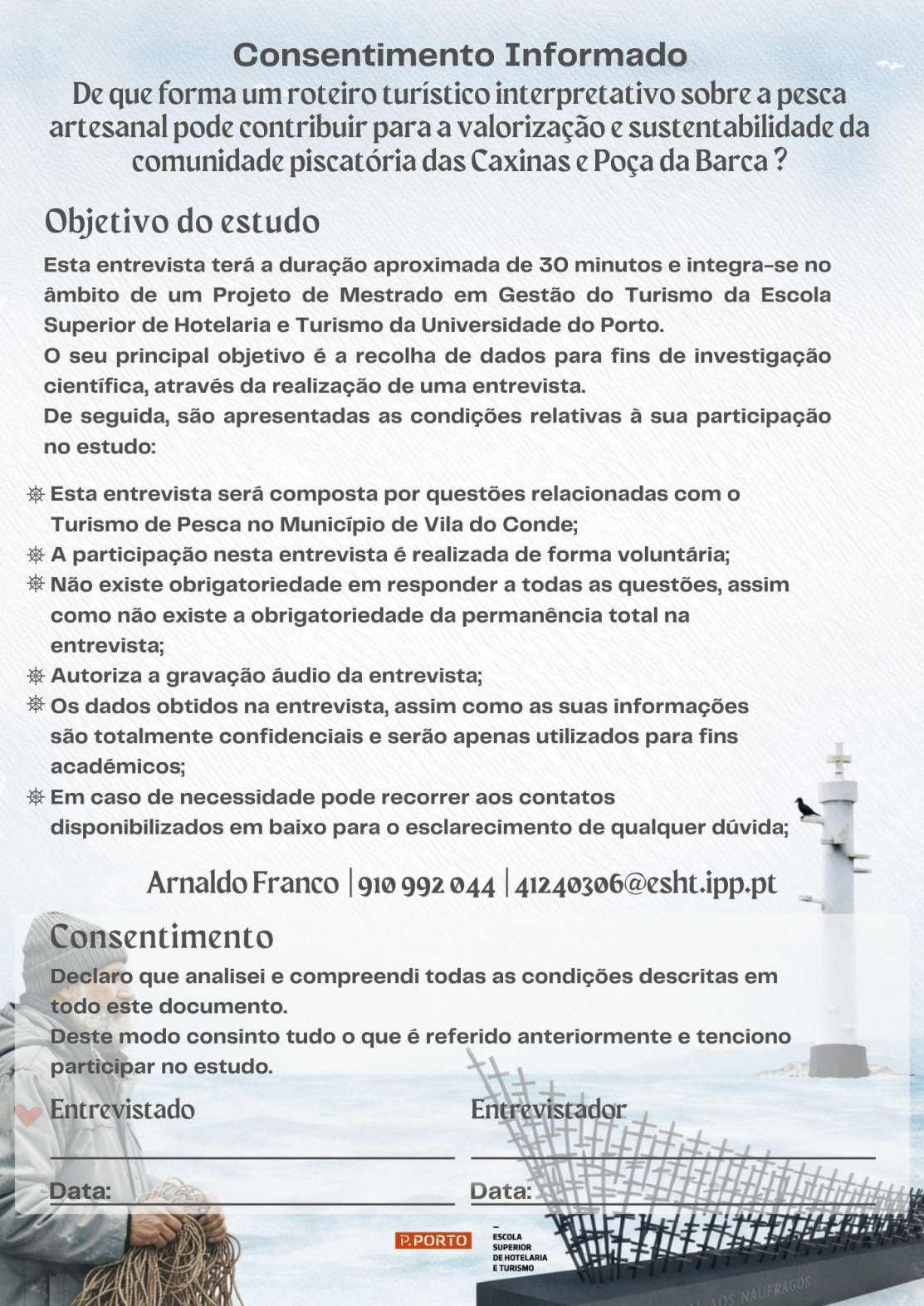
Wudhikarn, R., Chakpitak, N., & Neubert, G. (2020). *Improving the strategic benchmarking of intellectual capital management in logistics service providers*. *Sustainability*, 12(23), 10174. <https://doi.org/10.3390/su122310174>

Yang, Y., Gong, Y., & Li, B. (2020). *The development of marine sports tourism based on experience economy*. *Journal of Coastal Research*, 112(sp1), 106–108. <https://doi.org/10.2112/JCR-SI112-031.1>

Yfantidou, G., Gkorezis, P., Tzetzis, G., Kouthouris, C., Costa, G., & Mouratidis, K. (2024). Experience economy perspective on recreational fishing tourism travelers' reviews: A data science approach. *Tourism and Hospitality*, 5(2), 354–380. <https://doi.org/10.3390/tourhosp5020023>

ANEXOS

Anexo A – Consentimento informado aplicado aos participantes das entrevistas do estudo.



Consentimento Informado

De que forma um roteiro turístico interpretativo sobre a pesca artesanal pode contribuir para a valorização e sustentabilidade da comunidade piscatória das Caxinas e Poça da Barca ?

Objetivo do estudo

Esta entrevista terá a duração aproximada de 30 minutos e integra-se no âmbito de um Projeto de Mestrado em Gestão do Turismo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo da Universidade do Porto.

O seu principal objetivo é a recolha de dados para fins de investigação científica, através da realização de uma entrevista.

De seguida, são apresentadas as condições relativas à sua participação no estudo:

- ✳ Esta entrevista será composta por questões relacionadas com o Turismo de Pesca no Município de Vila do Conde;
- ✳ A participação nesta entrevista é realizada de forma voluntária;
- ✳ Não existe obrigatoriedade em responder a todas as questões, assim como não existe a obrigatoriedade da permanência total na entrevista;
- ✳ Autoriza a gravação áudio da entrevista;
- ✳ Os dados obtidos na entrevista, assim como as suas informações são totalmente confidenciais e serão apenas utilizados para fins académicos;
- ✳ Em caso de necessidade pode recorrer aos contatos disponibilizados em baixo para o esclarecimento de qualquer dúvida;

Arnaldo Franco | 910 992 044 | 41240306@esht.ipp.pt

Consentimento

Declaro que analisei e compreendi todas as condições descritas em todo este documento.

Deste modo consinto tudo o que é referido anteriormente e tenciono participar no estudo.

Entrevistado	Entrevistador
Data:	Data:

 ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO

LOS NAUFRAGOS